



UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas
IP – Instituto de Psicologia
EICOS – Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e
Ecologia Social

ADOÇÃO EMOCIONAL EM FAMÍLIAS DE RECASAMENTO :
um estudo sobre a construção das relações afetivas entre
padrastos/madrastas e seus enteados

ROSA MARIA FERREIRA RIBEIRO

RIO DE JANEIRO
2005



UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas
IP – Instituto de Psicologia
EICOS – Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social

**ADOÇÃO EMOCIONAL EM FAMÍLIAS DE RECASAMENTO :
um estudo sobre a construção das relações afetivas entre
padrastos/madrastas e seus enteados**

ROSA MARIA FERREIRA RIBEIRO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação EICOS – Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

ORIENTADORA: Prof^a Dr^a MARIA LÚCIA ROCHA-COUTINHO

RIO DE JANEIRO

2005

ROSA MARIA FERREIRA RIBEIRO

**ADOÇÃO EMOCIONAL EM FAMÍLIAS DE RECASAMENTO :
um estudo sobre a construção das relações afetivas entre
padrastos/madrastas e seus enteados**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação EICOS – Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Aprovada por:

PROF^a. DR^a MARIA LÚCIA ROCHA-COUTINHO - ORIENTADORA

PROF^a DR^a EDNA TINOCO PONCIANO

PROF^a DR^a LEILA SANCHES DE ALMEIDA

RIO DE JANEIRO
OUTUBRO DE 2005

R 484 Ribeiro, Rosa Maria Ferreira

Adoção emocional : um estudo sobre a construção das relações afetivas entre padrastos/madrastas e enteados em famílias de recasamento / Rosa Maria Ferreira Ribeiro. – Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

111 fls.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Lúcia Rocha-Coutinho

Dissertação (Mestrado em Psicossociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares de Comunidade e Ecologia Social, 2005.

1. Psicologia - Tese 2. Família recasada 3. Relações familiares 4. Madrasta 5. Padrasto 6. Filhos. I. Rocha-Coutinho, Maria Lúcia. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. III. Título.

CDD - 150

À meu pai
(em memória)

Agradecimentos

À meu filho pela compreensão dos muitos momentos em que não pude lhe dar a atenção que gostaria.

À Renato, pelo carinho, incentivo e colaboração nas etapas administrativas deste trabalho.

Aos meus amigos, pelas palavras de incentivo e pela disponibilidade em me escutar nos momentos de angústia que antecederam os últimos meses deste estudo.

Aos padrastos, madrastas e enteados (as) entrevistados, que aceitaram compartilhar comigo suas idéias e emoções a respeito do tema pesquisado.

À Prof. Maria Lúcia Rocha-Coutinho, orientadora da dissertação, pela paciência nos momentos finais da elaboração deste estudo.

À CAPES, pela ajuda financeira recebida durante os anos de 2003 e 2004.

RESUMO

Ao longo das últimas décadas temos observado um aumento significativo do número de recasamentos, originando laços de parentesco múltiplos e de difícil definição. Geralmente, no primeiro casamento, ou em casamentos subseqüentes em que não haja filhos de uniões anteriores, a chegada dos filhos ocorre após um ajuste inicial do casal. Em famílias de recasamento com filhos este tempo não existe, obrigando seus membros a ajustes múltiplos (marido-mulher/padrasto/enteado) e a uma readaptação da rotina diária, sendo cada membro da nova família responsável pela construção e/ou expansão dos territórios afetivos no convívio familiar.

Partindo de tais considerações, desenvolvemos uma pesquisa de campo com famílias de recasamento em que, pelo menos um dos cônjuges, tenha filho(s) adolescente(s) de casamentos anteriores convivendo no mesmo espaço doméstico do atual cônjuge. O objetivo foi investigar a construção das relações afetivas entre padrastos/madrastas e seus enteados adolescentes, tendo como referenciais teóricos norteadores alguns autores da antropologia, da Psicossociologia e da História da Família.

Para tanto, entrevistamos, em separado, cinco padrastos/madrastas e seus respectivos enteados adolescentes. Todos os 10 entrevistados eram de classe média, moradores da cidade do Rio de Janeiro e estavam inseridos num convívio familiar de, no mínimo, dois anos. As entrevistas foram gravadas e os textos resultantes de sua transcrição foram submetidos a uma análise de discurso.

Nossos resultados apontam para o fato de que a maioria dos padrastos/madrastas e enteados não conseguiu estabelecer, entre si, uma relação afetiva satisfatória. Ao contrário, verificamos que existe um distanciamento entre a maior parte dos entrevistados, provocado, principalmente, pela falta de diálogo.

Observamos, ainda, a influência significativa do modelo tradicional de família (pai-mãe-filhos) dificultando a construção e/ou o desempenho de papéis mais específicos (madrasta/padrasto-enteados) e pertinentes à nova configuração familiar.

Palavras-chave: Recasamento, relações afetivas, padrastos/madrastas, enteados.

ABSTRACT

During the last decades, there has been a considerable increase on the number of remarriages, originating multiple types of kinship difficult to be defined. Usually, in first marriages, or in subsequent marriages in which there are no children from previous marriages, the birth of a child occurs after an initial period of adjustment for the members of the new couple. However, when they have children from previous marriages there is no such a time. This leads all family members to make multiple rearrangements (husband-wife/stepfather-stepmother/stepchild) and re-adaptations in daily routine in which each member of the new family is responsible for the construction and/or development of new affective relationships in their intimacy.

With these questions in mind, we developed a study on remarriage families in which at least one member of the couple has adolescent children from previous marriages living with them. Our main objective was to investigate the construction of affective relationships between stepfathers/stepmothers and their adolescent stepchildren.

For such, we interviewed five stepfathers/stepmothers and their respective stepchildren. All ten informants were middle-class, lived in the city of Rio de Janeiro and have been living together for at least two years. All the interviews were tape recorded and transcribed and the resulting texts were submitted to a discourse analysis.

Our results point to the fact that most pairs of stepfathers/stepmothers and stepchildren could not establish a satisfactory affective relationship with each other. On the contrary, we observed that there is a distance among them, as a result, most specially, of a lack of dialogue.

Besides, we observed a significant influence of the traditional family model – composed of father, mother and children. This, in our view, may make it difficult to construct and/or to perform the more specific roles of stepfather/stepmother-stepchild that are appropriate to the new family configuration.

Key-words: remarriage, affective relationships, stepfathers/stepmothers, stepchildren.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5 – 9
1. FAMÍLIA: UMA INSTITUIÇÃO EM TRANSFORMAÇÃO	10
1.1 - Família como construção histórica e social	10 – 16
1.2 - Casamento: início da vida conjugal	16 - 19
1.3 – Divórcio: rompimento dos laços conjugais	20 – 24
1.4 – Recasamento: reconstrução da vida conjugal	24 - 27
2. FAMÍLIA RECASADA: ESPECIFICIDADES E REFORMULAÇÃO PAPÉIS	28
2.1 - A família recasada : uma estrutura complexa	28 – 32
2.2 – Adolescência e relacionamento familiar	32 - 39
2.3 - A construção de identidade de padrasto e madrasta na contemporaneidade	39 – 44
2.4 – A paternidade x ser padrasto	44 - 48
2.5 – A maternidade x ser madrasta	48 - 53
3. PESQUISA DE CAMPO	54
3.1 – Método	54
3.1.1 – Os entrevistados	54 - 56
3.1.2 – Procedimentos	56
3.1.3 – Categorias	57
3.1.4 – O discurso dos entrevistados	58
Categoria 1- Relacionamento antes e depois do recasamento	58 - 74
Categoria 2 – Diálogo e resolução de conflitos	75 – 86
Categoria 3 – Ideal de relacionamento familiar e de desempenho de papéis	87 – 92
Categoria 4 – O lugar de cada um na nova família	92 – 98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99 – 104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105 – 109
ANEXOS	110
Roteiro para entrevistas	111

INTRODUÇÃO

No final do século XX, o modelo de família conjugal moderno¹ perdeu seu lugar como o tipo mais prevaiente na nossa sociedade. Atualmente, entre as classes dominantes, é cada vez mais comum encontrarmos outros tipos de família (ver Vaitsman, 1994), como a de recasamento, originando laços de parentesco múltiplos e de difícil definição. A nova família, neste caso, se constrói sobre ciclos vitais interrompidos de famílias anteriores e, devido, principalmente, ao envolvimento dos filhos do primeiro casamento, podem surgir vários tipos de conflitos e sentimentos (Maldonado, 1986), que vão desde a dificuldade em nomear os novos papéis à convivência entre meio-irmãos, passando pelos conflitos de lealdade aos pais biológicos e o exercício da autoridade. Além disso, nossa sociedade não oferece orientações para o desempenho desses novos papéis e relacionamentos, que tampouco encontram uma linguagem que expresse positivamente o lugar dos membros dessa família em relação aos novos parentes. O termo padrasto/madrasta ainda é usado de forma pejorativa e carrega uma conotação negativa a respeito do papel a ser exercido nesta situação. Neste sentido, basta dar uma olhada nas madrastas bruxas das histórias infantis, como a da Branca de Neve e a da Cinderela, cujo estereótipo empregado é hostil, contribuindo, muitas vezes, para moldar as atitudes relativas às famílias recasadas. Como assinalam Gettleman & Markowitz (1978), “em literatura profissional e popular, as madrastas têm sido descritas como narcisistas, desajustadas e hostis aos enteados” (p. 115).

Geralmente, no primeiro casamento, ou em casamentos subsequentes em que não haja filhos de uniões anteriores, a chegada dos filhos ocorre após um ajuste inicial do casal. Em famílias de recasamento com filhos este tempo não existe, obrigando seus membros a ajustes múltiplos (marido-mulher/padrasto/enteado) e a uma readaptação da rotina diária. Nessas famílias, segundo Maldonado (1986), “há um tipo diferente de

¹ Optamos por empregar o termo “família conjugal moderna” por acreditarmos ser esta a denominação mais condizente com o modelo de família nuclear burguesa importado da Europa e aclimatado à nossa cultura.

autoridade, não baseada em prerrogativas do vínculo biológico, mas na relação de respeito e no papel exercido dentro da nova família” (p. 186).

De nossa parte, acreditamos que as relações familiares baseadas, sobretudo, no respeito sejam uma tendência da contemporaneidade e, portanto, presentes em qualquer tipo de configuração familiar. Entretanto, no que diz respeito ao desempenho de papéis, acreditamos que, em famílias de recasamento, este exercício se dá de forma mais complexa, pois os membros trazem na bagagem padrões comportamentais sobre o que é ser filho (a) e pai/mãe, mas não do que é ser padrasto/madrasta/enteado. Esses padrões podem gerar expectativas acerca da atuação do outro e/ou de si mesmo na nova família, dificultando o desempenho do papel de padrasto/madrasta/enteado. Cabe ressaltar aqui que estamos entendendo papel como o exercício de um determinado comportamento na interação com o outro.

Assim, é a partir do desempenho desses novos papéis e funções na nova família que se construirá um tipo de relacionamento, em que cada membro da nova família será responsável pela construção e/ou expansão dos territórios afetivos no convívio familiar. Assim, as relações afetivas que serão estabelecidas entre padrastos/madrastas e seus enteados dependerão não só do desejo de construir uma vida conjugal satisfatória, mas também do desejo e disponibilidade emocional de cada membro do casal para dar e receber afeto dos filhos do outro. Em outras palavras, para adotar emocionalmente uns aos outros.

O termo “adotar emocionalmente” surgiu a partir da nossa percepção sobre a maneira, bastante peculiar, que nós, os brasileiros, temos de nos relacionar afetivamente com as pessoas que nos são queridas, mas com quem não possuímos um vínculo biológico. Tanto no meio urbano, quanto no rural, as relações sociais que se estabelecem comportam interações afetivas extremamente fortes e capazes de considerar um vizinho, por exemplo, como um membro da família e de criar expressões como “irmão de consideração”. É justamente esse aspecto de nossa cultura que nos autoriza a utilizar o termo “adoção emocional” em nossa pesquisa.

Neste estudo, consideramos recasamento como um arranjo, não necessariamente oficializado, de convivência familiar, em que, no mínimo, um dos cônjuges foi casado anteriormente, tendo ou não filhos dessa união. Entendemos, ainda, que na nova família,

todos os membros “se assumem envolvidos emocional e afetivamente como parentes” (Brun, 1995). Estamos também tomando aqui a perspectiva do Ciclo de Vida Familiar desenvolvida por Carter & McGoldrick (1995). Em seus estudos sobre as etapas de desenvolvimento da vida familiar, as autoras compreendem o recasamento como uma das “transições mais difíceis para as famílias negociarem” (Carter & McGoldrick, 1995), pois é preciso ter paciência para tolerar a ambigüidade da situação e conceder a cada membro da nova família espaço e tempo necessários para que os sentimentos de pertença sejam restabelecidos, bem como para o desenvolvimento de uma vida conjugal satisfatória que inclua as relações afetivas entre padrastos/madrastas e seus enteados.

Nos últimos anos, as pesquisas sobre recasamento foram se tornando sensíveis à complexidade deste novo tipo de família. Antes, os pesquisadores ocupavam-se em detalhar os problemas relacionais destas famílias, mas não se detinham nas diversidades de cada uma delas. Procuravam apenas estabelecer um padrão de equivalência entre as distintas famílias de recasamento.

A partir da década de 1990, fatores como tendências demográficas, coabitação, dinâmica conjugal, questões legais e efeitos de padrastos e madrastas sobre seus enteados passaram a ter relevância nestas pesquisas. No entanto, ainda persiste a dificuldade em descrever adequadamente as novas configurações familiares, sendo importante o desenvolvimento de pesquisas quantitativas e qualitativas que estudem mais os diferentes processos das famílias recasadas e incluam as experiências, percepções e reflexões de cada membro familiar (Coleman, Ganong, Fine, 2000). No Brasil, já podemos encontrar estudos que enfocam o tema do recasamento, abordando, de maneira mais contextualizada, os diversos tipos de relações que se estabelecem nessa nova configuração familiar. Citamos, como exemplo, as pesquisas quantitativas e qualitativas desenvolvidas em Porto Alegre por Adriana Wagner (2000; 1999) sobre os mitos sociais relativos aos papéis femininos de mãe e madrasta e o auto-conceito de mulheres que desempenham esses papéis, bem como sobre a relevância da configuração familiar para o bem-estar psicológico dos adolescentes. No entanto, é visível a escassez de trabalhos que abordem a realidade da família moderna brasileira, com um enfoque no recasamento e nas relações afetivas que surgem neste novo núcleo familiar.

Pensando e me deparando com estas questões durante o curso de Especialização em Terapia Familiar Sistêmica do Instituto de Psiquiatria da UFRJ, surgiu o interesse em estudar a adoção emocional em famílias de recasamento. Procuramos nos ater mais especificamente à forma como são construídas as relações afetivas entre padrastos/madrastas e seus enteados, tentando compreender a participação e as contribuições de cada membro na nova família.

Nosso objetivo aqui foi melhor entender como padrastos, madrastas e seus enteados estão vivenciando estas novas configurações familiares, mais especificamente o recasamento, contribuindo para uma reflexão sobre a responsabilidade dos mesmos na construção e/ou expansão das relações afetivas no novo contexto familiar. Para tanto, entrevistamos padrastos e madrastas e seus respectivos enteados, privilegiando a fase da adolescência. Nossa amostra foi composta por indivíduos de classe média, moradores da cidade do Rio de Janeiro e com, no mínimo, 2 (dois) anos de convívio familiar.

O presente estudo desenvolve-se em 4 capítulos. No capítulo I, buscamos uma compreensão do que poderíamos chamar hoje de “família contemporânea”. Nele abordamos temas como casamento, separação conjugal e recasamento, através de uma revisão bibliográfica sobre o assunto, procurando traçar um percurso contextualizado das transformações histórico-sociais sofridas pelo modelo de família até o estabelecimento da família contemporânea.

No capítulo II, discutimos as diversidades inerentes aos papéis de padrasto, madrasta e enteado, surgidos com a família recasada, direcionando nossas reflexões para as especificidades e particularidades que envolvem a construção das relações entre os membros dessa nova configuração familiar.

No capítulo III, apresentamos a metodologia utilizada e analisamos os dados resultantes de nosso trabalho de campo - entrevistas com padrastos/madrastas e seus respectivos enteados. Procuramos, ainda, articular o material colhido nas entrevistas com os temas desenvolvidos no capítulo anterior.

No último capítulo, apresentamos nossas considerações finais, desenvolvidas a partir dos resultados obtidos com o estudo de campo, sem, contudo, pretender esgotar o assunto, mas, antes, fomentar questionamentos e/ou futuras pesquisas sobre recasamentos e configurações familiares.

Acreditamos, também, que o estudo do tema em questão possa servir como um instrumento a mais na reflexão sobre as transformações sociais que o modelo familiar vem sofrendo, contribuindo, sobretudo, para a queda de estereótipos ainda tão arraigados em nossa cultura.

1. FAMÍLIA: UMA INSTITUIÇÃO EM TRANSFORMAÇÃO

1.1 – Família como construção histórica e social

O significado da família evoluiu historicamente. Na Roma Antiga, o termo família englobava escravos e serventes e foi criado para designar um novo organismo social caracterizado pela presença de um chefe de família que mantinha sob seu poder mulher, filhos e um certo número de escravos (Carvalho, 1995). Ele assinalava, de alguma maneira, um tipo de dependência no sentido de uma afiliação, mesmo que simbólica, sob a qual se dá o desenvolvimento social e afetivo do indivíduo.

No período feudal, a família se consolidou como uma unidade de produção, em que homens, mulheres e crianças trabalhavam juntos, tanto nos afazeres domésticos quanto nas atividades do campo. Até o século XV, a família manteve-se calcada numa realidade moral e social que objetivava a preservação da linhagem e a manutenção dos bens.

Nos séculos XVI e XVII, tanto a família aristocrata quanto a família burguesa privilegiavam o espaço extra-doméstico, não havendo separação rigorosa entre o espaço público e o privado. Nesse período, as famílias permaneciam a maior parte do tempo fora do lar, em festas e em atividades laborativas que proporcionavam a ajuda mútua, a proteção da honra e da vida em situações de crise. A família não tinha ainda como função principal a construção e a manutenção da vida afetiva e da socialização de seus membros – que veio a ter mais adiante. Até esse momento, segundo Bruschine (1990),

atribuíam-se pouco valor à privacidade, domesticidade, cuidados maternos, amor romântico e relações íntimas com as crianças. A vida emocional das crianças não gravitava em torno dos pais, mas estava difundida através de vasta gama de figuras adultas (p. 39).

Somente a partir do século XVIII, com a ascensão da burguesia, o início do processo de industrialização, o surgimento dos Estados Modernos como elemento organizador da vida social, a invenção da imprensa - que favoreceu o desenvolvimento da alfabetização e facilitou o acesso à leitura pelas camadas populares -, o aparecimento de novas religiões e as modificações na própria igreja católica, é que se construíram

novas formas de conceber o mundo. Ocorreram profundas mudanças não só em relação à vida cotidiana, mas também em relação ao corpo e ao gosto pelo isolamento, levando a família a se constituir como um lugar de refúgio, de intimidade e de afetividade entre seus membros. Foi também nessa época que as práticas pedagógicas contribuíram para o nascimento da escola, da privacidade e da preocupação com a igualdade entre os filhos. Nesse contexto, o sentimento de família começou a se transformar, chegando-se, por fim, ao modelo de família nuclear burguesa (Ariès, 1978) que, durante muito tempo, prevaleceu, especialmente nas sociedades européias e norte-americanas.

A autoridade masculina passou a balizar este modelo, estabelecendo, no seu início, uma relação baseada na hierarquia e subordinação, no poder e na obediência. A família que se visualizava nesses primeiros tempos era composta de pai, mãe e crianças vivendo numa mesma casa, tendo o pai como chefe da família. Isto é, cabia a ele o sustento e a manutenção da casa e a autoridade sobre a família. Também nessa época, os filhos passaram a ser o centro das atenções da família, observando-se um prolongamento da infância e um cuidado maior com a educação e a proteção dos filhos.

Entretanto, essas idéias não se concretizavam ao mesmo tempo e de forma hegemônica, ou seja, não abarcavam todas as classes sociais. A classe operária, no início da industrialização, não se configurava propriamente como um “ninho de domesticidade”. Com as condições de vida bastante precárias, crianças, jovens e mulheres contribuíam com sua mão de obra nas fábricas, sendo elementos imprescindíveis na luta pela subsistência familiar. Dessa forma, as relações interpessoais entre os membros familiares da classe operária se configuravam de maneira diferente daquelas da classe burguesa, visto que “crianças e jovens afirmavam sua independência dos pais através do trabalho na fábrica, onde eram praticamente socializados” (Pôster, em Bruschini, 1990, p. 39). Também as relações entre homens e mulheres se mantinham de forma desigual no que se refere à divisão de tarefas, pois as mulheres tinham uma dupla jornada de trabalho, atuando nas fábricas e se responsabilizando pelas tarefas domésticas.

Somente ao longo de um século, à medida que a classe operária, através de sua luta constante por melhorias, obteve conquistas trabalhistas importantes para a época, com o salário família e a jornada de trabalho limitada, entre outras, é que a família trabalhadora foi se assemelhando à família burguesa (Pôster, em Bruschini, 1990).

Não podemos deixar de pontuar, ainda, os avanços científicos, em especial na medicina, que contribuíram significativamente para homogeneizar os padrões familiares da classe operária com os padrões da classe burguesa. A medicina, aliada ao Estado, passou a intervir nas famílias, através da estratégia de fortalecimento do papel materno, contribuindo para a valorização da criança, do núcleo conjugal e da privatização do espaço doméstico (Donzelot, 1980)

Nesse processo de “aburguesamento”, a família começa a privilegiar não só a privacidade, mas também a intimidade, resultando na transformação do estilo arquitetônico das casas. O antigo salão cede lugar à sala de jantar separada da sala de visitas e os quartos individuais favorecem uma crescente interiorização dos membros familiares.

Nesse contexto, a família desenvolve uma cultura própria, uma aparente autonomia e uma atmosfera de intimidade (Habermas, em Bruschini, 1990), em que seus membros, na busca por uma identidade familiar, passam a se unir pelo afeto, pelo costume e pelo gênero de vida, enfim, pelo sentimento de classe (Ariès, 1978).

No Brasil, esse processo teve início com a chegada da família real portuguesa, no século XIX. Até então, o modelo prevalecente era o patriarcal, composto por esposa e filhos, bem como escravos, servos e agregados, que conviviam em um mesmo espaço geográfico – a fazenda ou engenho. Nesse modelo, a mulher era vista como o centro da esfera doméstica, decidindo as questões imediatas com relação à casa e os filhos. Porém, era o pai quem dava a última palavra (Freyre, 1963). Entretanto, essa mulher, descrita por Freyre (1963) como dócil, submissa e subjugada dentro de uma estrutura familiar opressiva e sexualmente assimétrica é, em parte, contestada por autores como Antônio Cândido (1951) e Samara (1983, 2002) que, em seus estudos, mostram a mulher da época como um membro de fundamental importância na educação das crianças, na gerência do lar e no comando dos escravos. Nos momentos (nem tão raros assim) em que o marido se ausentava da casa, era ela quem assumia o papel de chefe da casa, tomando todas as decisões inerentes à casa e às atividades da fazenda.

Embora estudos assinalem que a estrutura familiar brasileira variava de acordo com as diferentes regiões - as famílias extensas predominavam nas lavouras canavieiras nordestinas, as famílias com um número reduzido de componentes eram mais acentuadas na região Sul, e as famílias chefiadas por mulheres eram mais facilmente

encontradas no Sudeste -, a essência do modelo patriarcal permaneceu durante todo o século XIX. Mesmo os novos casais que constituíam residência independente dos domicílios dos pais, optavam, em sua grande maioria, por manter vigorosamente as mesmas relações familiares e de compadrio² (Almeida, 1987; Samara, 1983, 2002).

Com a chegada da Corte portuguesa, inicia-se um processo de assimilação do moderno pelo tradicional. Segundo Almeida (1987), “o padrão da mentalidade da família nuclear burguesa será reapropriado e adaptado pela mentalidade da família patriarcal” (p. 63). As idéias trazidas da Europa promoveram transformações significativas para a família brasileira. As propostas de uma vida mais saudável e prolongada a partir de uma maior segurança higiênico-sanitária, de uma efetiva moralidade e responsabilidade familiar encontraram terreno fértil no Brasil, pois importávamos os costumes e as novidades européias sem grandes questionamentos. Utilizando, respectivamente, as expressões de Foucault (1979) e Costa (1979), podemos dizer que o Brasil, assim como o continente europeu havia feito, promoveu a “disciplinarização dos corpos” e a “normalização da família”, empreendendo os primeiros esforços na moralização dos costumes. Nas palavras de Bruschini (1990),

Disciplinam-se os corpos, regula-se a sexualidade, a função educativa formal é transferida para os internatos. Europeizada, a casa passa a ser o cenário do amor conjugal, da autoridade paterna e do amor materno que inclui o aleitamento materno [antes realizado pelas amas de leite] e os cuidados higiênicos (p. 64).

E se, aos poucos, a casa se transformou em espaço de cama, repouso, amor, carinho e calor humano, a rua tornou-se o seu inverso. Ou seja, a rua se transformou em lugar perigoso e esvaziado de afeto e solidariedade, como apontou DaMatta (1991). De acordo com o autor, expressões como “vá para o olho da rua” denotam um rompimento drástico com um determinado grupo social; já a frase “estou na rua da amargura” expressa a dor da solidão ou a falta de solidariedade de um dado grupo social.

² Relação entre compadres, baseada na cumplicidade e intimidade mútua. Nas camadas populares tem-se a idéia de que uma das funções do(a) padrinho/madrinha é amparar o(a) afilhado(a) na falta de seus pais biológicos.

Ainda com relação à importância conferida à casa em nosso país, DaMatta (1991) apresenta uma série de observações acerca do espaço doméstico brasileiro, feitas por diversos visitantes no início do século XIX, que reforçam a ideia de que “o simbolismo da casa e através da casa é grande em nossa sociedade” (p. 60). Em suas palavras, de casa vem “*casamento, casadouro e casal*, palavras que denotam atos e situações relacionais” (p. 60) que, de acordo com o que se pretendia na época, modificaram a natureza do casamento. O casal higiênico deveria se preocupar com o futuro dos filhos e não mais com a manutenção e/ou a conquista de riquezas. Portanto, a escolha do cônjuge passou a se basear, em grande parte, na sua condição física, objetivando uma prole saudável. Uniões consanguíneas e uniões entre mulheres jovens e homens velhos eram condenadas pela possibilidade de gerar uma criança defeituosa ou com algum tipo de doença hereditária.

Em contrapartida, o sexo na vida conjugal também sofre significativas mudanças. Se antes o exercício sexual objetivava a procriação, com as ideias higienistas, a sexualidade conjugal passou a ser exaltada e regulada pela medicina, pois “do bom desempenho sexual dos cônjuges dependia a saúde dos filhos, a moralidade da família e o progresso populacional da nação” (Costa, 1979, p. 229). Com o sexo dentro do casamento sendo incentivado pelos higienistas, em pouco tempo surgiu a necessidade de controlar o número de filhos, o que passou a ser feito através da ênfase sobre o uso de contraceptivos naturais. Assim, mais uma vez as relações conjugais sofreram modificações. O ato sexual, que até então parecia ser comandado pela natureza, passa a ser controlado pelo homem, como, por exemplo, através do coito interrompido (Travis, 2003). Mais tarde, no século XX, o controle passará a ser exercido pela mulher, com o aparecimento da pílula anticoncepcional.

Com a entrada na era moderna, caracterizada pela urbanização, pela industrialização e pelo desenvolvimento das atividades educacionais, científicas e tecnológicas, a família privatizou-se. Nesse processo de modernização, a unidade doméstica foi separada das atividades empresariais, excluindo as mulheres das práticas exercidas na esfera pública e reorganizando a divisão sexual do trabalho na sociedade brasileira. Ao homem, chefe de família e provedor da família, coube o espaço público e à mulher, dona-de-casa, reservou-se o espaço privado do lar. Segundo Vaitsman (1994), “estas relações estruturaram o padrão que ficou conhecido como família conjugal

moderna e que, por ter como um de seus princípios a livre escolha do cônjuge, também foi associado ao individualismo e às idéias de liberdade e igualitarismo” (p. 15).

Se nos basearmos numa divisão meramente didática, poderemos dizer que foi a partir da segunda metade do século XX, especialmente entre as décadas de 1950 e 1980, que a família modificou-se, mais uma vez, em sua definição, “através de um processo de modernização guiado pelo ideal de uma família ‘igualitária’ ” (Figueira, 1987, p. 15). Até então, o tipo prevalecente de família era marcado por uma relação hierárquica entre seus membros, em que o marido tinha uma posição de autoridade em relação a sua esposa e filhos, sendo que os direitos, os deveres e os privilégios eram concedidos a cada membro da família a partir de sua posição, de seu sexo e idade. De acordo com Vaitsman (1994), a passagem para a família igualitária diluiu os papéis e as atribuições relativos aos gêneros.

Entretanto, alguns autores (Bruschini, 1990; Jablonsk, 1998) são unânimes em afirmar que a família tradicional e a família “igualitária” coexistem na sociedade contemporânea sem, contudo, se suceder de forma evolutiva. Segundo Bruschini (1990), os grupos do subúrbio e do interior representariam mais facilmente os segmentos mais tradicionais, em que as redes de parentesco e de vizinhança são estreitas e exercem um papel fundamental. Já os segmentos mais modernos seriam melhor representados pelos grupos intelectualizados e psicanalizados. Nestes grupos, a ideologia individualizada teria uma incidência mais profunda, sendo a sociabilidade “construída com base em critérios de escolha pessoal” (Bruschini, 1990, p. 75).

A partir de 1960, assistimos, ainda, a uma transformação que trouxe importante contribuição para a mudança na estrutura da família conjugal moderna. A participação da mulher das classes média e alta na esfera pública (com a mulher saindo de casa para trabalhar) e a aprovação da lei do divórcio em 1977 foram relevantes para o aparecimento dessa “nova” família, denominada, por alguns, de pós-moderna. Com ela surgem novos tipos de configurações familiares. Para Vaitsman (1994), “de maneira mais precisa, o que caracteriza a família e o casamento numa situação pós-moderna é justamente a inexistência de um modelo dominante [de família], seja no que diz respeito às práticas, seja enquanto um discurso normatizador das práticas” (p. 19).

Como apontamos, a instituição família sofreu várias transformações ao longo dos anos. Estas não ocorreram de forma linear e, como assinalamos, tampouco um

modelo extinguiu o outro. Muito pelo contrário, sempre convivemos com diferentes modelos de família, ainda que, em determinadas épocas e/ou regiões do país, um modelo possa ter prevalecido sobre os demais.

Podemos pensar, então, que o significado de família que temos atualmente compreende um processo histórico-social em andamento, no qual o passado e o presente da família são relevantes para entendermos a complexidade e a pluralidade de configurações familiares.

1.2 - **Casamento: início da vida conjugal**

O casamento é uma das instituições mais antigas da nossa civilização e, apesar das profundas transformações ocorridas nas últimas décadas, o casamento, ainda que na forma de união não legalizada, continua sendo um sonho a ser realizado, mesmo após uma ou mais experiências mal sucedidas.

Em pesquisas recentemente realizadas sobre o casamento contemporâneo (Fères-Carneiro, 2001), observou-se que em indivíduos com idades variando entre 25 e 35 anos o casamento, apesar de descrito como “muito difícil e complicado”, ainda é muito valorizado nas camadas médias da população do Rio de Janeiro.

Há alguns meses atrás (mais precisamente em outubro de 2004), o Jornal Extra publicou um artigo que faz a seguinte observação: “está cada vez mais comum ver casais juntando as escovas de dentes”. O texto acrescentava, ainda, que, de acordo com os entrevistados, esta seria a melhor maneira de perceber se há ou não afinidades entre os casais. Segundo a reportagem, estaria sendo criado um **novo estado civil** (grifo nosso), já que os casais de “namoridos” (expressão utilizada pelo autor do artigo) entrevistados, apesar de já estarem morando juntos, continuavam afirmando que eram apenas namorados.

O fato é que, sendo uma instituição, o casamento, conforme apontam Carter & McGoldrick (1995), “requer que duas pessoas renegociem juntas uma miríade de questões que definiram previamente para si em termos individuais, ou que foram definidas por suas famílias de origem, tais como quando e como comer, dormir, conversar, fazer sexo, brigar, trabalhar e relaxar” (p. 184). O casal também terá que

renegociar os relacionamentos parentais e a vida social, bem como decidir sobre que rituais e tradições familiares serão mantidos e que novos serão construídos.

Assim como a família, o casamento se modificou ao longo dos anos. Na realidade, mesmo tendo significados distintos, casamento e família parecem ter uma representação indissociável, uma vez que tanto o termo família quanto o casamento nos remete à idéia de união matrimonial, legalizada ou não, entre duas pessoas, sendo, portanto, termos inseparáveis.

Na pesquisa de Fères-Carneiro (2001), mencionada anteriormente, a autora verificou que o casamento foi valorizado pela maioria dos homens como “constituição de família, enquanto que era concebido pelas mulheres como “relação amorosa”. Assim, casamento e família foram, de certa forma, identificados na concepção masculina.

Segundo Carter & McGoldrick (1995),

o significado do casamento na nossa época é profundamente diferente do seu significado em toda a história anterior, quando ele estava firmemente inserido na estrutura econômica e social da sociedade. A mudança no papel da mulher e a crescente mobilidade da nossa cultura, juntamente com os dramáticos efeitos dos contraceptivos amplamente disponíveis, estão nos forçando a redefinir o casamento (p. 184).

Até pouco tempo atrás, casar era uma etapa natural da vida, sendo até mesmo desejado pela grande maioria das mulheres, uma vez que carregar o estereótipo de “solteirona” ou “encalhada” era mais pesado do que manter um casamento sem amor. Além disso, o casamento representava a passagem para a vida adulta, simbolizando, através da paternidade e da maternidade, que um homem e/ou uma mulher tinham alcançado o status de adulto completo (Carter & McGoldrick, 1995).

Atualmente, ser adulto é sinônimo de ser um indivíduo que trabalha e que consegue gerenciar sua vida sem, contudo, haver a necessidade de manter algum tipo de vínculo conjugal. Entretanto, como o sociólogo Luhmann (1991) bem pontuou,

numa sociedade, que oferece a cada pessoa um ambiente altamente complexo, pleno de relações em constante mutação, casamentos ou relações similares são cada vez

mais intensivos, uma vez que podem oferecer o apoio necessário à pessoa no seu lado, pelo menos numa relação duradoura (p. 206).

Por isso mesmo, a livre escolha do cônjuge, um dos marcos do casamento moderno, proporcionou modificações importantes ao matrimônio. De acordo com Travis (2003), a importância conferida ao amor levou alguns jovens a uma nova forma de conjugalidade, a coabitação, que mais tarde – no final da década de 1980 – levou uma parcela considerável da população ao que a autora chamou de “recusa do casamento institucionalizado”. Isso pode explicar o número significativo de uniões não legalizadas com as quais convivemos em nossa sociedade.

Em contrapartida, o casamento baseado na concepção moderna da escolha, do amor eterno e dirigido a um único indivíduo serviu, também, de palco para o aparecimento de conflitos conjugais oriundos do individualismo e da divisão sexual do trabalho.

Sobre esse aspecto, Vaitsman (1994) comenta que

Quanto maior a possibilidade efetiva de escolher, maior o espaço para o conflito entre o individual e o coletivo se expressar. Quando a divisão sexual do trabalho e o individualismo patriarcal são redefinidos e homens e mulheres passam a se ver como iguais, criam-se condições sociais particularmente favoráveis para que este conflito se manifeste, levando a um maior número de separações (p. 35).

Ao mesmo tempo em que a sociedade se modernizava, desenvolvia-se a noção de individualidade que, sob o significado de singularidade, impulsionou o sujeito a buscar a felicidade e a satisfação pessoal a partir de uma maior liberdade de escolha. Nesse contexto, o casamento moderno foi justificado pela noção romântica de individualidade e de amor moderno. O processo de individualização também serviu de base para uma das grandes contradições do casamento moderno, fundado no amor e na livre escolha do cônjuge, pois, “embora o objetivo do amor moderno seja a reciprocidade e a complementaridade entre dois indivíduos, a individualidade de cada um ergue barreiras entre os dois, fazendo do outro algo inatingível que é determinado pela individualidade” (Vaitsman, 1994, p. 35).

Dessa forma, para que a relação se torne duradoura, o casal tem que conciliar as necessidades individuais e coletivas. Se isso não for possível, cabe aos cônjuges insatisfeitos e infelizes, o rompimento da união. Podemos dizer, então, que a noção de eternidade das relações e dos sentimentos foi abalada. No entanto, para Vaitsman (1994), a família e o casamento modernos só entraram em crise quando as mulheres foram ampliando sua participação na esfera pública. Ao ingressar no mercado de trabalho, nas atividades estudantis, políticas e sócio-culturais, as mulheres não só redefiniram a divisão entre as esferas pública e privada, como também ampliaram suas aspirações para fora do casamento e do cuidado com os filhos.

Fères-Carneiro (2001) assinala que

No mundo contemporâneo, homens e mulheres organizam suas vidas a partir de uma reivindicação, desvalorizando o lugar de dependência. [Entretanto,] buscando equilibrar a necessidade de criar laços significativos e de alcançar autonomia homens e mulheres se vinculam de formas diversas. Quando o investimento maior centra-se nas exigências do casal, a fusão dos parceiros é incentivada. Quando predomina o investimento nas exigências de cada um, enfatiza-se a autonomia dos cônjuges (p. 69-70).

Jablonski (2001) cita alguns fatores que também contribuem para a crise do casamento, além do crescimento do individualismo, como os movimentos de urbanização da sociedade, o processo de secularização, o encurtamento das famílias, o aumento da longevidade, a valorização do amor e da sexualidade e, em especial, a noção parcial que o indivíduo passou a ter a respeito das influências dos fatores sócio-culturais nesse processo de crise. Contudo, o autor comenta que, apesar da instituição do casamento estar passando por momentos delicados, as pessoas ainda querem se casar pelo menos uma vez na vida e, mesmo o insucesso de uma primeira união, não necessariamente invalida o desejo de constituir uma segunda, havendo, assim, uma distinção entre o fato de querer casar e o de permanecer casado.

Dessa forma, a partir das considerações acima, fica mais fácil percebermos o motivo pelo qual o índice de divórcios aumentou consideravelmente nas últimas décadas do século XX. Elas também nos dão pistas sobre novas transformações nas relações familiares. Por enquanto, vamos nos ater ao divórcio.

1.3 - **Divórcio: rompimento dos laços conjugais**

O divórcio tornou-se legalmente possível no Brasil após sua legitimação em 26 de dezembro de 1977. Até então, os casais que decidiam se separar tinham que conviver com o preconceito da sociedade que estigmatizava o indivíduo separado, em especial o do sexo feminino, bem como seus filhos.

Entretanto, conforme assinala Trevis (2003), “o divórcio não surgiu, no Brasil, como um dispositivo legal que poderia ser acionado quando o desejo de separar-se fosse manifestado legalmente pelo casal, ou que permitisse a dissolução de um contrato civil – o casamento – entre adultos, protegendo seus direitos e o de seus filhos. Sua obtenção deveria ser precedida de dois anos de separação judicial ou cinco anos de separação de fato” (p. 13).

Atualmente, os dispositivos jurídicos procuram agilizar ao máximo tal processo e, embora não seja este o objetivo dos juristas, o fato é que o divórcio tem sido amplamente utilizado como única solução para a insatisfação conjugal. E já que mencionamos o dispositivo jurídico, cabe-nos ressaltar que, com o passar do tempo, tanto as custas processuais do divórcio baratearam, como também os profissionais da justiça tornaram-se mais ágeis na tramitação do processo, principalmente se os cônjuges estiverem de comum acordo sobre as cláusulas do mesmo (separação consensual). Tal fato pode se reverter numa motivação a mais para que o casal decida-se pela separação.

Alguns autores (Jablonski, 1998, 2001; Fères-Carneiro, 2001; Vaistman, 1994) são categóricos em apontar, em especial, os movimentos de modernização e de individualização, como fatores que influenciaram fortemente a dissolução do casamento. Com o aprofundamento do processo de modernização, as mulheres redefiniram seu lugar na sociedade e na própria família. A partir do momento em que as mulheres passaram a constituir seus projetos, independentemente do casamento, este ficou relegado a um segundo plano, ou, pelo menos, deixou de ser o objetivo máximo de suas vidas. A carreira e a independência financeira tornaram-se prioridades e, uma vez que as mulheres já não se sentem mais tão dependentes dos homens, podem mais facilmente não só adiar o casamento, como também terminar um relacionamento que não é mais satisfatório.

O desenvolvimento do individualismo, que a nosso ver é inerente ao processo de modernização, enfatizou a autonomia, a independência, a liberdade e a auto-satisfação, enfraquecendo, aos poucos, as relações familiares e/ou as relações conjugais. À medida que a felicidade e a satisfação pessoal passaram a ser prioridade para os indivíduos, o coletivo ficou abalado. Essa busca constante de realização pessoal contribuiu para um novo tipo de interação que leva os indivíduos a funcionarem “como reservatórios inesgotáveis de conteúdos psicológicos latentes e [além disso,] a satisfação de entrega total pode produzir uma sensação de esvaziamento” (Simmel, em Fères-Carneiro, 2001, p. 69). Uma vez que as expectativas e as idealizações do parceiro não são confirmadas, cria-se espaço para o surgimento da situação de crise na relação conjugal. Além disso, segundo Jablonski (2001),

o apelo ao novo e à descartabilidade, batendo de frente com a noção de comprometimento inerente à opção de quem quer se casar, constituem exemplos do que entendemos por uma exacerbação de demandas antagônicas concomitantes, e que têm levado os casais de hoje a um estado de confusão de valores e de atitudes que culmina em um grande número de separações e de divórcios (p. 87).

Existem, ainda, as uniões não oficializadas que, por não terem um contrato matrimonial oficial, tornam mais fácil seu rompimento. Assim, é comum ouvirmos frases do tipo “não deu certo, separa”.

À primeira vista pode parecer que as uniões matrimoniais perderam importância para os indivíduos, mas, na realidade, o que pode estar ocorrendo é exatamente o oposto. De acordo com Berger e Kellner (1964), “os divórcios não ocorrem porque os casamentos tornam-se pouco importantes, mas porque sua importância é tal que os indivíduos não aceitam que suas expectativas relacionadas a esta união sejam frustradas” (em Trevis, 2003, p. 33). Essa idéia corrobora o que já mencionamos anteriormente sobre as expectativas inerentes ao casamento e ao individualismo, bem como sobre a vontade que os indivíduos têm de se casar ou recasar, apesar de todas as dificuldades.

No entanto, o divórcio, seja ele oficializado ou não, é sempre desgastante, não só para os cônjuges como também para o restante da família. Carter & McGoldrick (1995) ressaltam que

apesar de sua prevalência, poucos cônjuges estão preparados para o impacto emocional e físico do divórcio. O divórcio afeta os membros da família em todos os níveis geracionais, por toda a família nuclear e ampliada, provocando uma crise para a família como um todo, assim como para cada indivíduo dentro da família (p. 291).

Essa crise é, para a mulher, segundo Vaitsman (1994), muito mais acentuada e difícil de transpor do que para os homens. Como na maioria dos casos a mulher fica com a guarda dos filhos, a carga de responsabilidade torna-se maior. Além de arcar, geralmente, com a criação e educação dos filhos, a mulher precisa dar conta ainda das necessidades da casa, da família e dela própria (Vaitsman, 1994). Nos casos em que a mulher dependia financeiramente do marido, dedicando-se integralmente à casa e à família durante o casamento, com o divórcio, o retorno ou mesmo a entrada dessa mulher no mundo do trabalho terá que ser buscada, pois, muitas vezes, a pensão paga pelo ex-cônjuge não é suficiente para dar conta das despesas da família.

Dessa forma, essas mulheres têm que conciliar o mundo público e o privado. Muitas delas, diante das dificuldades, podem até mesmo retardar o rompimento conjugal. Como assinala Vaitsman (1995),

Apesar da insatisfação emocional constituir um motivo para o desejo, o planejamento e a execução do projeto de separar-se, a idéia de desfazer um casamento traz insegurança emocional, principalmente quando existem filhos envolvidos. Além disso, as vantagens da cooperação econômica que o casamento implica não podem ser minimizadas, mesmo que a satisfação emocional seja a única justificativa para mantê-lo. Para as mulheres que não dispunham de autonomia econômica, a insegurança de enfrentar a vida só com os filhos, embora não tenha impedido a separação, adiou-a (p. 139).

Mesmo assim, pesquisas recentes (Fères-Carneiro, 1995; Jablonski, 2001) mostram que, geralmente, são as mulheres que tomam a iniciativa da dissolução do matrimônio.

De qualquer modo, como apontam Carter & McGoldrick (1995), o divórcio representa uma transformação no ciclo de vida familiar, afetando os membros da família em todos os níveis geracionais e provocando uma crise não só para o indivíduo dentro da família, mas também para a família como um todo. Entretanto, se a família consegue negociar a crise e vivenciar as transições que ocorrem concomitantemente ao processo de divórcio, será restabelecido o sistema familiar, proporcionando a continuidade do processo de desenvolvimento da família e de seus membros.

No caso de haver filhos, essa negociação precisa incluir, minimamente, um tipo de relacionamento entre os ex-cônjuges que permita a manutenção das funções paternas de cada um. A idéia é que não haja um prejuízo nas relações qualitativas entre pais e filhos.

Apesar do desenvolvimento das teorias psicológicas e educacionais que, junto com as mudanças sociais, produziram alterações jurídicas sobre a regulamentação das uniões conjugais, não permitindo que a separação dos cônjuges traga prejuízos aos filhos e à sociedade (Britto, 1993), o que se observa na prática é o afastamento gradual do genitor em relação ao(s) seu(s) filho(s). Mesmo com a sensível mudança no comportamento masculino da classe média, em que o marido/pai tem se mostrado mais participativo nas tarefas domésticas, no cuidado e na educação dos filhos e, mesmo que alguns pais solicitem a guarda (compartilhada ou não) dos filhos durante o processo de separação, ainda encontramos inúmeros casos de pais que se distanciam gradualmente dos filhos.

Seja qual for o motivo alegado (reconstrução da vida afetiva, falta de tempo, evitar discussões com a/o ex, entre outros), o fato é que tais atitudes podem, entre outros prejuízos, comprometer o desenvolvimento emocional das crianças e/ou dos adolescentes.

Francoise Dolto (1989) sustenta que o modo como o divórcio é vivenciado e conduzido pela família - em especial, no que diz respeito à relação entre pais e filhos - interfere sobremaneira no desenvolvimento psíquico dos filhos. Inventar mentiras do tipo “seu pai viajou” ou mesmo consumir o divórcio em sigilo e revelá-lo

posteriormente pode provocar uma confusão de valores para os filhos, uma vez que a mentira e a omissão se fazem presentes nos momentos difíceis da vida em família. Do mesmo modo, as agressões verbais ou mesmo físicas entre casais na fase que precede a separação evocam nos filhos diversos sentimentos como o medo, a insegurança, a revolta e a raiva, que podem levar a uma desestruturação afetiva (Dolto, 1989).

Quando o divórcio é provocado pelo surgimento de um novo parceiro (cônjuge em potencial), cria-se um terreno ainda mais fértil para a discórdia familiar. Nesses momentos, é comum que o cônjuge traído sinta-se desvalorizado em seu papel marital, como também é comum que um ou mais filhos tomem partido do cônjuge enganado.

Para Dolto (1989), os pais devem, primeiramente, “humanizar” sua separação, verbalizando sentimentos, expressando humores, confessando fracassos e amadurecendo a decisão. A partir daí, devem comunicar claramente aos filhos a intenção de se separarem ou se divorciarem, assumindo cada qual sua responsabilidade nesse processo, mesmo quando existirem discordâncias entre os cônjuges, como é o caso, por exemplo, de situações em que um dos cônjuge quer se divorciar e o outro não. Tais atitudes podem evitar que os filhos sintam-se culpados ou responsáveis pelo término do casamento dos pais.

Ainda de acordo com Dolto (1989), “em todos esses casos, o divórcio esclarece a situação para o filho, sob a condição de que tudo isso seja claramente dito, oficialmente, diante do resto da família e dos amigos” (p. 12).

1.4 - **Recasamento: reconstrução da vida conjugal**

O recasamento, seja na forma de união legalizada ou de união consensual, pode se dar após o divórcio ou após a morte de um dos cônjuges. No entanto, o fator principal para que isso aconteça é o desejo de recomeçar, de investir num novo relacionamento. Segundo Wagner (2002),

o par conjugal reinveste toda a energia afetiva na nova relação, na tentativa de reparar os erros que ocasionaram a ruptura do casamento anterior. A expectativa e a motivação são de que “agora vai dar certo” (p. 25).

Obviamente, nem todos os indivíduos separados acabam por constituir uma nova relação conjugal. Em alguns casos, encontramos apenas um dos membros do casal com vínculo conjugal reconstituído. Aliás, a esse respeito, estudos como o de Jablonski (2003) mostram que o número de indivíduos recasados é maior no sexo masculino (52 %) do que no feminino (43 %).

As nomenclaturas utilizadas para definir esse novo núcleo apelam para o prefixo “re”, introduzindo a idéia de “de novo”. Dessa forma, encontramos termos como famílias *recasadas, refeitas, reorganizadas, reconstituídas, reestruturadas* (Wagner, 2002).

Talvez nenhuma dessas palavras contemple a complexidade e o significado desse tipo de configuração familiar, ficando a terminologia sujeita à preferência de cada autor ou contexto social. Por exemplo, na área jurídica, *recasamento* é considerado como casar novamente com o ex-cônjuge. Wagner (2002) acredita que a idéia de *reinvestimento* seria mais indicada para descrever esse novo arranjo familiar. Já Carter & McGoldrick (1995) preferiram utilizar o termo família recasada em seu livro *As Mudanças no Ciclo de Vida familiar – Uma estrutura para a terapia de família*. Segundo as autoras, outros termos como famílias reconstituídas e reestruturadas induzem à idéia de que tais famílias necessitam apenas “rearrumar as partes da família”.

Assim como estas autoras, optamos pela utilização do termo família recasada ou família de recasamento, com o objetivo de enfatizar, como o fazem Carter & McGoldrick (1995), que neste tipo de família “é o vínculo conjugal que forma a base para o complexo arranjo de várias famílias numa nova constelação” (p. 345).

O processo de construção dessa nova constelação familiar é bastante complexo, pois envolve a bagagem emocional de questões não resolvidas dos relacionamentos anteriores, bem como a bagagem da família de origem.

Sobre esse aspecto, Carter & McGoldrick, (1995) assinalam que no recasamento, há pelo menos três conjuntos de bagagem emocional que o indivíduo leva para o novo relacionamento: a bagagem emocional da família de origem; a do primeiro casamento; e a do processo de separação, divórcio e do período entre os casamentos.

Quando existem filhos de casamentos anteriores, o processo adaptativo se torna ainda mais complexo, pois, além das dificuldades que os cônjuges separados ou divorciados encontram para gerir as necessidades dos filhos, existem, ainda, as

dificuldades inerentes ao grupo familiar que vivencia o recasamento. De que forma cada membro da nova família irá exercer ou mesmo nomear os novos papéis (padrasto/madrasta/enteado, meio-irmão) ? Como definir o espaço, a autoridade e a responsabilidade de cada um na nova família ? Como constituir laços afetivos em meio a esses fatores ?

Em pesquisa sobre a situação conjugal na França, Segalen (1996) observou que a preservação do laço pós-conjugal em prol do interesse dos filhos tem se mostrado utópica, sendo constatado um “descomprometimento familiar dos homens”. Em contrapartida, a sociedade francesa valoriza a relação mãe/filho, concorrendo para expulsar os homens da família desunida. A autora comenta, ainda, que o número de crianças vivendo num núcleo recasado vem aumentando cada vez mais, fortalecendo o que ela chamou de “parentalidade social”, que inclui a figura do padrasto e da madrasta.

No que diz respeito à nomenclatura dos novos papéis, sabe-se que são carregadas de conotações pejorativas (vide os contos infantis da Branca de Neve e Cinderela), contribuindo para caracterizar desfavoravelmente os novos membros familiares. Por sua vez, esse movimento pode influenciar a maneira como cada um irá se comportar na nova família, uma vez que a representação cultural dos personagens das histórias infantis é inculcada desde cedo no imaginário dos indivíduos.

Os aspectos relativos ao lugar, à autoridade e às responsabilidades dos membros familiares serão redefinidos de acordo com uma nova ordem de importância. Por exemplo, quando o padrasto assume o sustento da casa, seguido da mãe, o pai biológico passa para o terceiro lugar na hierarquia familiar (Wagner, 2002).

O sub-sistema fraterno, que passa a ser composto por meio-irmãos (só por parte de pai ou mãe) e por irmãos sem vínculo consanguíneo (filhos somente do padrasto ou da madrasta) merece um breve comentário. É possível que venha a se estabelecer, nesses casos, um tipo de relação mais unida e solidária. Em pesquisa realizada com adolescentes, objetivando conhecer as vicissitudes dos novos arranjos, Adriana Wagner (2002) constatou que os irmãos de núcleos originais “mantém uma relação fraterna clássica de rivalidade e competição pelo amor parental” (p. 30), enquanto que na família recasada, na relação entre os irmãos prevalece o companheirismo e a cooperação como forma de manter os vínculos essenciais e estruturantes daquilo que é familiar. Acreditamos que esse tipo de relacionamento pode ser também estendido aos meio-

irmãos e aos “irmãos políticos” (sem vínculo consangüíneo), uma vez que os mesmos participam do processo de reconstrução de novos vínculos conjugais.

Por tudo isso, podemos dizer que não basta só o desejo de re-investir em um novo relacionamento. Esse pode ser apenas o ponto de partida para se iniciar uma nova vida conjugal. É preciso paciência e habilidade para manejar as dificuldades que podem surgir na nova configuração familiar.

No próximo capítulo, discutiremos mais detalhadamente algumas especificidades da família de recasamento, bem como a construção dos papéis de padrasto, madrasta e enteado e suas implicações para a nova família e seu funcionamento.

2. FAMÍLIA RECASADA: ESPECIFICIDADES E REFORMULAÇÃO DE PAPÉIS

2.1 - A família recasada : uma estrutura complexa

Nos últimos anos, temos assistido a um fenômeno bastante interessante. Por um lado, a mídia anuncia que a sociedade está procurando resgatar o modelo de família tradicional, através de casamentos legalizados e, por outro, as estatísticas mostram que o número de recasamentos tornou-se significativo após a legalização do divórcio, na década de 1970. Isso nos remete à idéia, já discutida por Figueira (1987) e Jablonski (1999), de que convivemos tanto com o modelo tido como tradicional, quanto com os novos e diferentes tipos de família. Além disso, sendo o casamento contemporâneo fundamentado, em geral, no amor entre duas pessoas, a separação ou o divórcio tornam-se uma alternativa prática quando um dos parceiros não está mais apaixonado pelo outro. Certamente, iremos encontrar casais que mantêm a união por motivos puramente econômicos ou sociais, mas esses casos não configuram, necessariamente, a regra do casamento contemporâneo.

Em contrapartida, as dificuldades enfrentadas por aqueles que decidiram se divorciar não foram suficientes para extinguir o desejo e a motivação de constituir uma nova união. Pelo contrário, um primeiro casamento pode contribuir para o reconhecimento, a aceitação e a negociação de situações que foram difíceis no casamento anterior.

Segundo Bernstein (2002),

determinados a aprender com a própria experiência, pessoas que já foram casadas optam por mudar radicalmente de forma de vida. Aqueles que se casaram por amor (amor que com o tempo perdeu a força) poderão talvez optar por escolher um novo parceiro tendo por base critérios e razões mais pragmáticos, enquanto aqueles, cujo relacionamento prático ou utilitário os deixaram uma sensação de vazio, poderão talvez escolher seus novos parceiros tendo por base o romance e a paixão (p. 300).

A partir de tais considerações podemos supor, então, que os indivíduos, na busca por uma união mais satisfatória que a anterior, procuram lidar com os problemas de forma mais realista e consciente, uma vez que a ilusão de encontrar uma única pessoa capaz de preencher *todas* as necessidades interpessoais presentes na idéia de um casamento “feliz para sempre” não existe mais. O aprendizado proporcionado pela união anterior, a respeito de si mesmo e de como cada um contribui para a dinâmica do casamento pode ser um dos fatores relevantes para o sucesso de uma nova união.

Contudo, na busca de um relacionamento familiar satisfatório para todos os membros da família é comum encontrarmos indivíduos repetindo antigos padrões de relacionamentos anteriores, uma vez que as pessoas internalizam diversos modelos de relações afetivas, em especial o modelo tradicional de família.

Apesar das transformações que a família sofreu ao longo dos últimos anos, o modelo tradicional de família ainda serve como parâmetro para se avaliar as diversas configurações familiares que foram surgindo com o divórcio e os recasamentos. Esse fato contribui para acentuar a falsa idéia de que as segundas famílias são problemáticas ou não são tão boas quanto a família conjugal moderna original. Segundo Bernstein (2002), os contos infantis estimularam fortemente associações do tipo “a madrasta é malvada”, o “padrasto é um ser abusivo” e o “enteado é uma criança infeliz”.

Acreditamos que, se tomamos um modelo, seja ele qual for, como medida padrão, consideraremos os outros modelos insuficientes perante o modelo de referência. É o que acontece com as famílias de recasamento ao serem comparadas com o modelo tradicional de família conjugal moderna. As segundas famílias terminam por receber uma conotação pejorativa em relação às famílias originais, dificultando, assim, sua legitimidade como um tipo distinto de família. Além disso, ao serem avaliadas de acordo com os padrões da família conjugal moderna, não se reconhece nem se respeita as particularidades dessas novas configurações, pois se estabelece normativas irreais e não condizentes com a realidade dessas famílias (Erera, 1997).

Existe, ainda, uma gama de fatores que fazem da família de recasamento uma unidade complexa, a começar pelo fato de que sua construção se dá pela inclusão de novos membros, como o padrasto, a madrasta e, em alguns casos, os filhos de um ou de cada um destes. As relações a serem estabelecidas a partir daí vão requerer uma dose de

paciência para que o processo de transição e de adaptação às novas relações familiares atinjam o objetivo desejado.

Assim como no casamento, o recasamento requer o estabelecimento de regras de conduta que satisfaçam às necessidades e aos objetivos individuais de cada membro. Isso requer uma negociação mais cuidadosa, uma vez que o recasamento envolve o entrelaçamento de 3, 4 ou mais famílias, que carregam cicatrizes das primeiras uniões (Carter & McGoldrick, 1995). Poderão, assim, surgir conflitos e sentimentos específicos neste novo tipo de relação, principalmente nos primeiros anos de casamento, sendo necessário um período adaptativo para resolver as questões importantes e encontrar um equilíbrio familiar mais harmônico.

De acordo com a autora americana Patrícia Papernow (1993), é preciso tempo para que os novos membros se sintam à vontade no novo lar. A autora estima que seja necessário “entre 5 a 7 anos de coragem, compreensão e apoio para que uma família formada em torno de um recasamento alcance o estágio de desenvolvimento familiar no qual as relações entre os membros desse novo grupo sejam de proximidade e autenticidade, de modo que o padrasto ou a madrasta e os enteados sintam-se integrantes da mesma família e que a solidez do relacionamento entre o casal torne-se o centro forte da família” (em Bernstein, 2002, p. 300).

De nosso lado, concordamos, em parte, com a autora acima citada. Partimos da crença de que o tempo estimado para a adaptação de todos os membros de uma família recasada varia conforme a fase de desenvolvimento dos enteados e o contexto em que se deu a separação ou o divórcio. Além disso, acreditamos que a relação conjugal tende a se solidificar à medida que o relacionamento entre padrasto/madrasta e seus respectivos enteados constitui um relacionamento satisfatório e harmonioso. Nesse aspecto, encontramos reforço nos estudos de Bernstein (2002). Em sua pesquisa, a autora cita diversos pesquisadores e clínicos que confirmaram que “a qualidade da relação entre padrasto ou a madrasta e os enteados é o melhor indicativo da felicidade familiar” (Bernstein, 2002, p. 311), quando comparada a qualidade da relação entre os esposos.

Bernstein (2002) comenta, ainda, que quando o padrasto ou a madrasta não competem com os enteados pelo amor e pela atenção do pai/marido ou da mãe/esposa (pessoa amada por ambas as partes), a relação entre eles pode se tornar profunda, trazendo benefícios para o relacionamento familiar como um todo.

Outros conflitos poderão surgir neste tipo de relação, seja nos primeiros anos do recasamento ou em alguma outra fase do desenvolvimento da vida familiar. Por exemplo, por parte do padrasto/madrasta pode haver sentimentos de culpa por não amar os filhos da outra pessoa, sentimentos de rejeição com relação a eles, expectativas de sentimentos de gratidão por parte do(a) enteado(a), dificuldades quanto a assumir responsabilidades sobre a disciplina e educação dos enteados, entre outros. Em contrapartida, o novo casamento pode levar os enteados a idealizar o pai/mãe biológico com quem não residem mais e a suscitar conflitos de lealdade, pois eles tendem a ver a lealdade aos padrastos/madrastas como infidelidade para com seus verdadeiros pais (Erera, 1997). Por vezes, os enteados têm receio de estabelecer um relacionamento mais próximo com seu padrasto/madrasta acreditando estar traindo seu pai/mãe biológicos. Talvez seja esta uma das razões pelas quais alguns casais que se divorciam procuram estabelecer um relacionamento amigável com os ex-cônjuges e seus novos parceiros.

Segundo Bernstein (2002), este recurso se reverte num “presente incomensurável para os filhos dessas famílias, os quais cultivam relações com parentes da própria escolha” – sem laços consangüíneos -, trazendo “benefícios para todos, minimizando o estresse relativo às questões de inclusão/exclusão nos rituais de família e oferecendo um intercâmbio de serviços” (p. 315).

Entretanto, sabemos que essa não é uma tarefa fácil, pois exige que cada casal negocie, de forma respeitosa, as necessidades que todos os membros da família têm de privacidade e de comunicação. Por exemplo, quem e quando se pode convidar alguém para jantar em casa ou quem é recebido na casa de quem e quando (Bernstein, 2002).

Provavelmente, as soluções encontradas serão mais satisfatórias para todos caso se estabeleça limites flexíveis, mas não invasivos. Respeitar o espaço e o desejo do outro requer jogo de cintura por parte de todos os envolvidos, principalmente quando os filhos ou enteados estão vivenciando as transformações próprias da fase da adolescência.

Objetivando investigar a comunicação em famílias predominantemente intactas e com filhos adolescentes, Adriana Wagner (2001) constatou que as famílias que possuem adolescentes vivenciam crises e mudanças qualitativas nos relacionamentos inter-geracionais. Nessas famílias, a percepção que cada membro familiar tem do outro, da relação interpessoal e do próprio grupo familiar é modificada pelos sentimentos,

pensamentos e comportamentos dos jovens. Segundo a autora, esse contexto configura um terreno fértil para o aparecimento de conflitos entre pais e filhos, já que os adolescentes, no processo de construção de sua identidade, passam a contestar os valores até então controlados pelos pais. Por vezes, ainda pode surgir o medo, ao invés do conflito, fazendo com que o adolescente evite perguntar, trocar idéias ou mesmo contestar.

Seja como for, tais atitudes dos filhos adolescentes constituem um problema a mais a se levar em consideração na manutenção do bom relacionamento familiar de famílias originais ou intactas. No caso de famílias de recasamento, esse momento pode se transformar numa experiência bastante complicada a se vivenciar, uma vez que as mudanças inerentes à fase da adolescência são permeadas por situações e problemas específicos desse novo núcleo familiar que se formou.

Partindo dessa premissa, e estando o nosso estudo sobre a construção das relações afetivas entre padrastos/madrastas e seus enteados focado na fase da adolescência, acreditamos ser relevante tecermos algumas considerações acerca do núcleo familiar com filhos adolescentes, em especial do núcleo recasado com filhos de uniões anteriores.

2.2 - Adolescência e relacionamento familiar no recasamento

Primeiramente, devemos explicar ao leitor que não é nossa intenção discorrer profundamente sobre a fase da adolescência, mas acreditamos que alguns comentários se fazem necessários acerca do assunto, uma vez que nossa pesquisa privilegiou entrevistar enteados(as) que estivessem vivenciando essa etapa do desenvolvimento.

Assim, trataremos o tema de forma sucinta para, em seguida, nos determos nos aspectos relacionais entre o adolescente e sua família, sobretudo a família recasada.

Até pouco tempo atrás, a adolescência era considerada apenas uma fase de transição entre a infância e a fase adulta. Entretanto, com o crescimento significativo do percentual jovem no mundo, a adolescência vem sendo considerada como um momento importante e fundamental para o desenvolvimento do indivíduo, tornando-se, então, objeto de estudo de diversos profissionais (médicos, psicólogos, antropólogos, entre outros) (Outeiral, 1994).

Atualmente, a adolescência é vista como uma etapa do desenvolvimento humano, em que todo o processo de maturação biopsicossocial do indivíduo atinge o ponto culminante. Assim, não se pode compreender a adolescência sem se levar em conta a interação entre os aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Por isso, nossas reflexões a respeito desses aspectos não obedecerão a uma divisão muito rígida.

Embora alguns estudiosos do assunto considerem a puberdade como a primeira fase da adolescência, a tendência universal é separar conceitualmente os dois termos. Segundo Outeiral (1994), adolescência é basicamente um fenômeno psicológico e social, com características peculiares e variáveis de acordo com o ambiente social, econômico e cultural em que o adolescente se desenvolve. Já a puberdade é referida pelo autor como sendo um processo biológico caracterizado pelo aparecimento de uma atividade hormonal (a primeira menstruação da menina e a primeira ejaculação do menino).

Nem sempre o início da puberdade coincide com o da adolescência. Conforme aponta Osório (1989), “o fenômeno da puberdade é universal e seu início cronológico [entre 12 e 15 anos], em condições de normalidade física, coincide em [quase] todos os povos e latitudes” (p. 11), sendo concluído em torno dos 18 anos. A adolescência, por sua vez, não tem o início e o término bem definidos, pois está vinculada a fatores psicológicos, sociais e culturais. Contudo, para o referido autor, estes fatores apontam na direção de um objetivo: o estabelecimento da identidade pessoal.

O conceito de identidade é formulado por Osório (1989) a partir da noção dos vínculos de integração espacial, temporal e social estabelecidos pelos indivíduos. Para o autor, o vínculo de integração espacial está relacionado à imagem que o indivíduo tem do seu corpo e das características que o tornam singular; o vínculo de integração temporal corresponde “à capacidade do indivíduo recordar-se no passado e imaginar-se no futuro” (p. 15); e o vínculo de integração social diz respeito às relações interpessoais que o indivíduo possui com as figuras parentais, num primeiro momento, e “com as figuras de relevância afetiva para o indivíduo no decurso de sua existência” (p. 15), num segundo momento.

Ainda segundo o autor, do ponto de vista psicológico, esses três fatores precisam estar em equilíbrio dinâmico para que o sujeito adquira o sentimento de identidade pessoal, e a fase da adolescência é o período privilegiado para que isso aconteça. No

entanto, esse processo não é tão simples assim, sendo considerado por alguns estudiosos um momento de crise, sobretudo de crise de identidade.

Para Osório (1989), a crise na adolescência é um processo vital e necessário, assim como o são o desmame, o climatério, o início da socialização do indivíduo, entre outros, sendo a crise de identidade do adolescente um processo de transformação psicológica.

Já Margaret Mead (1971), em seus estudos com jovens de Samoa, questiona o conceito de crise universal na adolescência, afirmando que existem culturas em que a “adolescência não representa um período de crise ou tensão, mas, ao invés disso, um desenvolvimento ordenado de um conjunto de interesses e atividades que amadurecem vagarosamente” (p. 120). A autora não nega que os adolescentes possam vir a sofrer toda sorte de conflitos, mas acredita que a cultura influencia na maneira como os adolescentes irão vivenciar esta etapa.

Carter & McGoldrick (1995) entendem a crise como um processo que faz parte do ciclo vital do desenvolvimento da família no qual o indivíduo encontra-se inserido. Para as autoras, não são só os fatores culturais que influenciam as vivências da adolescência, mas também a classe social, a educação, a etnicidade, o sexo e o local de residência das famílias. Adolescentes de classe econômica menos favorecida, por exemplo, experimentam essa fase de forma diferente dos adolescentes das classes mais abastadas, pois, na luta pela sobrevivência, os primeiros tendem a entrar no mercado de trabalho mais cedo. Segundo as autoras, “nessas famílias, os pais têm dificuldade com a definição de seus próprios papéis e não conseguem proporcionar orientação e o controle que ajudariam os filhos a dominarem a adolescência” (Carter & McGoldrick, 1995, p. 233). Outra questão apontada pelas autoras é que as experiências do adolescente do sexo masculino são diferentes daquelas da adolescente do sexo feminino, uma vez que os diferentes estereótipos acerca dos papéis sexuais masculino e feminino pressionam meninos e meninas a se enquadrarem em modelos distintos para eles traçados.

Para Erikson (1972), contudo, crise é um processo inerente ao desenvolvimento humano, estando presente na vida de todo indivíduo desde a infância até a velhice. Assim, mesmo que os problemas e as mudanças surgidos na adolescência sejam específicos desta etapa de desenvolvimento, eles devem ser considerados como sendo parte integrante do processo evolutivo humano. Erikson (1972) também reconhece que é

na adolescência que a identidade do indivíduo é estabelecida. Contudo, entende que o processo de adolescência “só está inteiramente concluído quando o indivíduo subordina as suas identificações infantis a uma nova espécie de identificação, alcançada com o desenvolvimento da sociabilidade e a aprendizagem competitiva com e entre os companheiros de sua idade” (p. 115).

Talvez isso possa explicar a tendência natural e espontânea dos jovens em formar grupos de adolescentes. Mesmo com o advento do vídeo-game e do computador que, a princípio, estimulam atividades solitárias, observamos os adolescentes reunindo-se nos domicílios ou nas “Lan-houses” para disputarem partidas animadas nessas máquinas contemporâneas.

Segundo Campos (1986), “os companheiros de idade, a roda de amigos e a turma ajudam o adolescente a encontrar sua própria identidade, em um contexto social. O sentimento de participação no grupo, nas rodas de adolescentes é forte e determina um sentimento de clã e intolerância para com as diferenças, inclusive aspectos mínimos de linguagem, gestos, modos de vestir” (p. 89).

Dessa forma, à medida em que os adolescentes, na busca pela autonomia e formação de uma identidade adulta, deixam de utilizar as figuras adultas significativas como modelo de identificação, surge a necessidade de conquistar novas bases identificatórias, o que em geral é estabelecido com outros adolescentes. Nesse contexto, é comum ocorrerem conflitos entre pais e filhos, pois as motivações de ambos para pensar, sentir e agir parecem caminhar em direções distintas e, por vezes, opostas.

Para Outeiral (1994), “a organização da identidade [do adolescente] é um processo que, como os demais acontecimentos da adolescência, se dá com turbulências, com idas e vindas, provocando perplexidade e confusão nos adultos” (p. 72). Segundo o autor, quando um membro da família entra cronologicamente na adolescência, todo o grupo familiar “adolesce”, uma vez que tanto os pais quanto os irmãos mais moços têm seus aspectos adolescentes despertados.

Wagner (2001) vai mais além, afirmando que a identidade familiar também sofre transformações, pois as crises e as mudanças qualitativas ocorrem nos relacionamentos inter-geracionais. Em sua pesquisa com famílias com filhos adolescentes, Wagner (2001) observou que, apesar dos adolescentes compreenderem os pensamentos e as atitudes dos pais, não deixam de contestá-los. Essas contestações são, comumente,

expressas no interior da família, provocando, assim, mudanças qualitativas nos padrões de comunicação e no relacionamento familiar.

Nesse contexto, podem ocorrer confrontos entre pais e filhos, já que os valores propagados pelos pais são questionados pelos adolescentes. Os pais, por sua vez, podem assumir atitudes autoritárias na tentativa de manter o “controle” sobre os filhos. Em contrapartida, os filhos adolescentes podem desenvolver atitudes mais intensas de confronto ou mesmo evitar conversar e expor suas idéias com seus pais. Podem, ainda, eleger um outro membro familiar (por exemplo, um irmão mais velho ou um dos avós) para intermediar o diálogo com os pais.

Assim como Wagner (2001), acreditamos que, para um bom relacionamento familiar, a comunicação efetiva é um instrumento fundamental, pois oferece aos membros da família a oportunidade de compartilhar sentimentos, pensamentos e propor soluções para as demandas emergentes.

Para Osório (1989), os conflitos intergeracionais e, em especial, os conflitos entre pais e filhos, tendem a desaparecer na “medida em que haja uma maior comunicação e intercâmbio afetivo entre pais e filhos” (p. 85-86). Entretanto, o autor considera que esse momento está longe de se concretizar, pois "apesar do esforço dos pais modernos para compreender seus filhos e dialogar com eles, as gerações continuam em muitos sentidos mais separadas e incomunicáveis que nunca” (Osório, 1989, p. 46).

Já Wagner (2001) afirma que, mesmo com as diferenças entre as gerações, aspectos como sexo e idade facilitam a comunicação entre os membros da família. Em sua pesquisa sobre a comunicação em famílias com filhos adolescentes, a autora observou que os jovens possuem recursos criativos para conversar com seus pais, principalmente quando querem obter ganhos. Wagner (2001) identificou, ainda, que aspectos os adolescentes julgam como facilitadores e dificultadores da comunicação entre pais e filhos. Entre os aspectos facilitadores estão o sexo do progenitor - dependendo do assunto, é mais fácil falar com o pai ou com a mãe -, a escolha do momento apropriado para comunicar algum fato e a utilização dos irmãos mais velhos como elementos de mediação na comunicação com os pais. Já entre os aspectos dificultadores foram apontadas as diferenças de geração entre pais e filhos - dificultando a discussão de determinados assuntos -, a falta de tempo, a pouca liberdade e as brigas entre os membros da família.

Pensando nessas questões, surge a pergunta : Como se configuram os aspectos relacionais na família recasada com adolescentes ?

Carter & McGoldrick (1995) entendem que as famílias recasadas com maior grau de complexidade são aquelas em que um ou ambos os cônjuges possuem filhos menores de 18 anos. Em seus estudos com famílias americanas recasadas, as autoras identificaram quatro questões que podem elevar o nível de estresse no grupo familiar como um todo: o fato dos adolescentes freqüentemente se ressentirem de mudanças maiores em seus padrões familiares habituais e resistirem a aprender novos papéis na nova constelação familiar neste momento, quando estão preocupados em afastar-se da família; as dificuldades para o/a padrasto/madrasta ao disciplinar um adolescente; o fato dos adolescentes tentarem resolver suas lealdades divididas tomando algum partido ou jogando um lado contra o outro; e a atração sexual entre irmãos por afinidade.

Bernstein (2002), também nos revela dados interessantes a respeito de algumas das dificuldades que podem surgir no relacionamento entre padrasto/madrasta/enteados. A autora comenta que são as filhas que, comumente, apresentam uma sensação maior de perda quando um dos genitores se casa novamente, sendo mais complicado quando é o pai quem inicia um novo relacionamento conjugal. Nesses casos, Bernstein (2002) assinala que

a perda sentida pela filha pode ser ainda mais amarga, não apenas porque os pais solteiros são mais indulgentes com suas filhas do que com seus filhos, mas também porque as filhas de pais solteiros estão mais aptas que seus irmãos a se envolverem em uma relação de parceria com seus pais, o que faz com que a entrada em cena de uma madrasta seja sentida como uma usurpação de seu papel (p. 312).

Por isso, a autora comenta que o recasamento requer um período de adaptação, uma vez que os filhos tendem a se sentir abandonados quando percebem que terão que dividir o pai ou a mãe com um “quase estranho”.

Contudo, a entrada de um novo membro familiar pode não ser tão perturbadora se os adolescentes tiverem um grau de maturidade mais elevado.

Nas pesquisas que realizaram com adolescentes de núcleos recasados e núcleos originais, Wagner e Sarriera (1999) encontraram resultados que indicam que os adolescentes mais velhos aceitam melhor o recasamento dos pais. Em algumas ocasiões,

a entrada de um padrasto ou de uma madrasta diminui as responsabilidades dos filhos mais velhos que, muitas vezes, passaram a desempenhar as funções do membro familiar que saiu de casa.

As autoras também verificaram que os jovens de mais idade são mais propensos a desenvolver um maior nível de confiança com o padrasto, “estabelecendo com este uma relação de ajuda e proteção” (p. 27). Já os adolescentes mais novos tendem a manter uma relação de proteção e cuidado com seus progenitores, o que pode dificultar o relacionamento com o/a padrasto/madrasta.

Parece que o tipo de relacionamento que os filhos mantêm com seus pais também pode influenciar o tipo de relacionamento que estes terão com seus/suas padrastos/madrastas. Conforme aponta Bernstein (2002), “um filho ou uma filha que se sinta abandonado pelo pai ou pela mãe não terá uma atitude de aceitação em relação ao padrasto ou à madrasta, que é visto como um rival pelo amor do pai ou da mãe” (p. 312).

Da mesma forma, o relacionamento entre os pares pai/padrasto e mãe/madrasta pode direcionar o tipo de relacionamento que os enteados terão com seus/suas padrastos/madrastas. Ou seja, as relações amigáveis e respeitadas entre os ex-cônjuges e seus novos companheiros servem também como fonte de apoio para o relacionamento entre enteados e padrastos/madrastas, uma vez que o grau de estresse e de conflitos entre os adultos é minimizado.

Como dificuldades para o estabelecimento de um bom relacionamento familiar entre padrasto/madrasta/enteado (s), Wagner e Sarriera (1999) apontam os conflitos de lealdade, os estereótipos e as conotações pejorativas associadas às figuras de padrasto e de madrasta e o próprio período de adaptação da família à sua nova configuração e funcionamento.

No entanto, essas dificuldades não serão, necessariamente, desencadeadoras dos conflitos familiares. Pelo contrário, como apontam Wagner, Ribeiro, Artech e Bornholdt (1999), “a plasticidade das relações no núcleo familiar pode gerar uma infinidade de recursos promotores de saúde. Em muitas ocasiões, um padrasto pode substituir, de forma satisfatória, a figura de um pai ausente” (p. 3).

Concordamos, em parte, com as autoras, pois não acreditamos que seja possível substituir o pai e/ou a mãe biológicos. A nosso ver, tanto o padrasto quanto a madrasta

deverão, em conjunto com os demais membros familiares, construir seu lugar no novo núcleo familiar. Entendemos que todos devem reconhecer que é impossível ocupar um lugar que já está ocupado, mesmo que o/a pai/mãe sejam falecidos ou ausentes na relação com seus filhos.

Concordamos com Bernstein (2002), quando afirma que

tornar-se a madrasta de filhos que ainda têm suas mães e o padrasto de filhos que continuam a se encontrar com seu pai implica criar um novo tipo de relação ao lugar de tentar copiar os ideais culturais profundamente interiorizados do que significa ser um pai ou uma mãe (p. 309).

A partir do momento em que o lugar do padrasto e da madrasta é estabelecido no novo núcleo familiar e se dá a reformulação dos papéis e funções de cada membro da família, acreditamos ser possível demarcar limites e responsabilidades para todas as pessoas nele envolvidas, diminuir o nível de estresse no dia-a-dia da família e fortalecer os laços afetivos entre todos.

Não podemos deixar de acrescentar aqui que uma boa dose de tolerância e flexibilidade, além de um diálogo franco e aberto, também podem constituir fatores valiosos para o desenvolvimento de um bom relacionamento familiar, sobretudo quando se trata do relacionamento entre padrasto/madrasta/enteado(s).

2.3 - A construção da identidade de padrasto e madrasta na contemporaneidade

Nos últimos anos temos assistido e participado das transformações culturais que nossa sociedade vem sofrendo. A família e o indivíduo vêm sendo alvos de discussões que surgem no bojo destas mudanças. O surgimento de novas configurações familiares, principalmente após o advento do divórcio, tem sido amplamente debatido nos meios científicos.

Tanto o modelo de família conjugal moderna, quanto os modelos tradicionais de pai e mãe que compõem este tipo de família não dão conta da estrutura da família de recasamento, bem como dos novos papéis que surgem com essa nova configuração. No

entanto, as marcas que estes modelos imprimiram no imaginário individual e coletivo produzem conflitos que dificultam a formação de um novo tipo de identidade: a de padrasto e madrasta.

Apesar de não mais se poder falar de um padrão único de família culturalmente dominante, com funções bem definidas entre seus membros, as novas configurações que surgem tendem, ora a guiar-se pelos padrões tradicionais, ora a guiar-se por si mesmos, construindo a cada passo as novas formas de convívio familiar.

De acordo com Hall (2002), na contemporaneidade,

dentro [e fora] de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identidades estão sendo continuamente deslocadas (p. 13).

Se refletirmos sobre essa idéia de Hall (2002), no que diz respeito ao recasamento, vamos observar que as identidades de padrasto e madrasta estão baseadas em modelos, por vezes, contraditórios: de um lado, as figuras de pai/mãe ideal, construídas na modernidade, juntamente com as figuras estereotipadas e mitificadas de madrasta/padrasto das estórias infantis tradicionais e, de outro, as novas concepções que vêm surgindo na época atual.

No modelo de pai/mãe ideal estão contidos todos os atributos (físicos, materiais e emocionais) que um indivíduo necessita ter para ser considerado um “bom pai” e uma “boa mãe”. Esses atributos são instituídos pela própria família e pela sociedade, de acordo com a cultura vigente que, mesmo em transformação, ainda toma freqüentemente como parâmetro o modelo de pai e mãe tradicionais.

Dessa forma, o “bom pai” é aquele que provém o sustento do lar e da família, além de manter a autoridade perante seus membros. Já a “boa mãe” é aquela que supre as necessidades de afeto da família, através de seu amor incondicional, visto como instintivo. É também tarefa da “boa mãe” cuidar da casa e da família, bem como zelar pela educação dos filhos. Em contrapartida, as figuras de madrasta e de padrasto foram, ao longo das gerações, sendo configuradas de forma pejorativa e negativa. As estórias infantis tradicionais, por exemplo, mostram a figura da madrasta como sendo “uma criatura malvada, das garras de quem se deve salvar os jovens órfãos e as criancinhas desprotegidas” (Brun, 1999, p. 85). Por sua vez, os padrastos são vistos como violentos

e abusadores, já que “o tema central que os cerca é o da violência física, da opressão e do abuso de poder em função de serem eles os donos da casa e do dinheiro” (Brun, 1999, p. 86).

Esses dois modelos são introduzidos no imaginário do indivíduo desde sua infância, desenhando um tipo de papel a ser exercido após o casamento, criando expectativas em relação a si mesmo e à sua futura família. No intuito de preencher os requisitos de pai/mãe ideal encontramos, freqüentemente, padrastos e madrastas que “dão tudo de si” para que seus enteados se sintam felizes e satisfeitos na nova família. No entanto, esperam obter um retorno afetivo que pode não vir, pelo fato do enteado sentir-se confuso, acreditando que, ao retribuir o afeto ao padrasto/madrasta, poderá estar “traindo” seu pai/mãe biológico(a). Como assinala Teyber (1995), “motivadas pela lealdade ao outro genitor, a maioria dos filhos, a princípio rejeita o novo cônjuge e impede que o padrasto/madrasta se sinta pertencer à família” (p. 197). O padrasto ou a madrasta podem, por sua vez, questionar seus papéis na nova família, bem como se sentir não amados, terminando por se distanciarem do(a) enteado(a). Atualmente, temos alguns estudos que indicam que a percepção de auto-competência dos padrastos e madrastas em relação ao desempenho de seus papéis está diretamente ligada ao nível de seu próprio bem-estar. Ou seja, o nível de bem-estar do padrasto/madrasta é melhor à medida que se sentem correspondendo às expectativas de seu contexto sócio-familiar no desempenho de seus papéis (Fine, Kurdek e Hennigen, 1992).

Existe, ainda, o mito do amor instantâneo, segundo o qual o padrasto e a madrasta se sentem obrigados a amar imediatamente o enteado recém conhecido. Quando isso não acontece, o que é mais provável, sentem-se culpados, inadequados e temerosos de se transformarem na figura cruel descrita na literatura infantil (Wagner e Falcke, 2000).

Assim, frente a essas identidades confusas e conflitantes com que se defrontam, é comum que padrastos e madrastas se sintam pressionados, por si mesmos e pela sociedade, a tentarem substituir os pais e mães biológicos, ao invés de construírem suas próprias identidades de acordo com as particularidades de sua nova família.

E, como se isso não bastasse, dois modelos importantes são, ainda, acrescidos à construção e ao desempenho dos papéis de padrasto e de madrasta: os modelos de masculinidade e de feminilidade.

Esses modelos, socialmente construídos, têm uma conjugação direta com o exercício da paternidade e da maternidade e podem, ainda, interferir na construção da identidade de padrasto e de madrasta.

Enquanto os estereótipos sobre a masculinidade valorizam a força, a capacidade de ganhar dinheiro e a capacidade de controlar os afetos, os estereótipos que envolvem a feminilidade destacam a emotividade, a fragilidade e a expressão de sentimentos.

Segundo Barsted (1998), essas qualidades definem como homens e mulheres se inscrevem na vida social, tendo como elementos indicadores o exercício da paternidade e da maternidade. Uma vez que se instituiu que a mulher é portadora de qualidades tidas como essencialmente femininas e que estão ligadas, em especial, ao espaço doméstico, ela estaria naturalmente mais “capacitada” para o exercício da maternidade. Já o homem, dotado de virtudes da ordem do masculino e que são próprias do espaço público, se enquadraria mais facilmente na função paterna, sendo esta considerada cultural e socialmente como uma atividade periférica na família.

Boa parte dessa construção sócio-cultural se deve ao modelo de família patriarcal que, mesmo não tendo prevalecido em todas as regiões brasileiras, “propiciou uma forma particular de ser mulher e mãe, ou melhor, de ser ‘mãe-mulher’ e uma forma específica de ser homem e pai” (Muzio, 1998, p. 166).

Ao promover um modelo de mãe como figura repleta de afeto, cuidado e proteção aos filhos e um modelo de pai como representante da autoridade e provedor da família, a cultura patriarcal introduziu a idéia de maternidade como algo inerente à mulher, ficando a paternidade relegada a um papel menos importante, pelo menos nos primeiros anos da infância. Estudos (Jablonski, 1999; Aquino, 1998) apontam que, à medida que os filhos crescem, os pais tendem a participar mais de suas vidas, uma vez que os pais não podem amamentar e as mães freqüentemente não acompanham os filhos em atividades tidas como masculinas.

Transformações iniciadas na Segunda metade do século XX, como a entrada cada vez maior da mulher de classe média no mercado de trabalho e o surgimento da pílula anticoncepcional, que permitiu à mulher o controle da natalidade, tiveram entre suas conseqüências o aumento da participação do homem nas tarefas de casa e no cuidado com os filhos, propiciando questionamentos sobre a paternidade. Apesar disso,

percebe-se, ainda, que a função do pai permanece muito associada à capacidade de prover o lar e de manter a autoridade na família.

Conforme aponta Barsted (1998), “socialmente, a boa mãe cuida dos filhos e, agora, trabalha. O bom pai, até agora, com toda a crise do desemprego e, talvez, por isso mesmo, ainda é, essencialmente, aquele que trabalha, que ganha dinheiro” (p. 69).

As reflexões acima, levantam uma série de perguntas: Como um padrasto pode exercer seu papel se o que é ser pai foi constituído social e culturalmente como uma função secundária na criação dos filhos ? Que tipo de relação será estabelecida entre o padrasto e seu (s) enteado (s) se a representação sociocultural de pai se configura como menos importante na relação com os filhos ? Como será o relacionamento da madrasta com o (a) enteado (a) dentro de uma perspectiva social, cultural e biológica de “mãe-mulher”, aquela que, muitas vezes, abdica de seus próprios desejos em favor das necessidades de seus filhos ?

Podemos dizer que as mudanças sócio-culturais podem contribuir em maior ou menor grau para a modificação dos papéis femininos e masculinos, bem como para uma nova visão de maternidade e de paternidade.

Recentemente, encontramos autores como Badinter (1985) que questionam o instinto materno, e Britto (1999), que se posiciona a favor da guarda compartilhada dos filhos quando se trata de garantir o melhor interesse da criança. Ambos fomentam a discussão sobre a maternidade e a paternidade. A sociedade civil também tem se manifestado a favor de uma paternidade mais participativa. Na internet, encontramos *sites* (apase.com.br; pailegal.com.br) criados por pais separados ou divorciados que desejam dividir igualmente com as mães as responsabilidades pelo cuidado com os filhos. Esses pais e seus “simpatizantes” defendem enfaticamente a guarda dos filhos compartilhada entre os genitores. Além desses, um outro *site* interessante também circula pela internet, o “aleitamento.com”. Este *site*, que foi inicialmente criado por um médico com o objetivo de orientar as mães a respeito do aleitamento, passou a orientar também os pais em relação ao cuidado com os filhos.

Segundo Muzio (1998),

a literatura científica começa a expor um novo debate sobre a reorganização dos papéis mãe-pai como diapasão único de atividades que se assumem, não em função do

gênero, mas das características das personalidades de cada progenitor que assume a criação. Ao que parece, a literatura defende, com as mudanças da família moderna, a possibilidade de que a criança, desde o seu nascimento, possa fazer um vínculo próximo que dê segurança e sustentação com mais de uma pessoa (p. 169).

No bojo dessas mudanças, é possível que os papéis de padrasto e de madrasta, assim como os de pai e mãe, estejam também passando por um processo de alteração em que tais funções começam a ser questionadas no seu aspecto biológico e a ser valorizadas no seu aspecto sócio-afetivo.

2.4 – A paternidade x ser padrasto

Conforme dissemos anteriormente, a industrialização trouxe importantes transformações para a família brasileira. Se antes o processo produtivo se concentrava na esfera privada, após a Revolução Industrial deslocou-se para a esfera pública. Com isso, modificaram-se os papéis desempenhados pelos indivíduos nas tarefas domésticas. Anteriormente, os homens tinham maior possibilidade de trabalhar dentro ou próximo de suas casas, favorecendo uma participação maior no controle, no ensino e no cuidado com as crianças. Com a industrialização, o homem passou a atuar mais afastado da casa e dos vilarejos, uma vez que os meios de subsistência se davam através do trabalho remunerado nas fábricas e cidades (Burdon, 1998).

Esse deslocamento do processo de produção da esfera privada para a pública, além de provocar uma divisão do trabalho baseada no sexo (ao homem coube o mundo público e à mulher, o privado) levou “as mulheres a assumirem uma responsabilidade ainda maior no cuidado e educação das crianças” (Burdon, 1998, p. 82), que, mais tarde, foi reforçada com o fim das grandes guerras e a introdução de novas tecnologias nos afazeres domésticos (Rocha-Coutinho, 1994).

Com o crescente consumismo, palavra de ordem da sociedade capitalista, e o custo de vida cada vez mais alto, as famílias desenvolveram novas estratégias de sobrevivência. Uma delas incluiu a participação da mulher de classe média no mercado de trabalho. Com isso, novas transformações se sucederam no que diz respeito à divisão

das tarefas do lar, pois, ao ocupar também o espaço público, a mulher começou a fazer pressão para uma maior participação do homem nas tarefas da casa.

No entanto, essa participação está longe de ser considerada igualitária. O envolvimento do homem nos afazeres domésticos se resume a uma “ajuda” (Jablonski, 2001; Fères-Carneiro, 1987, 2001) e, na grande maioria das famílias, ainda predomina a divisão de tarefas com base na identidade sexual. Assim, homens limpam o quintal, levam o lixo para fora de casa, cuidam do carro e fazem pequenos reparos na casa. Já as mulheres lavam e passam roupas, cozinham, fazem compras e cuidam dos filhos. Resquícios da cultura patriarcal ? Acreditamos que sim, mas, ao mesmo tempo, temos a esperança de que o movimento realizado por alguns pais (uns por conscientização ou desejo, outros por pura necessidade) para participar mais efetiva e igualitariamente das tarefas domésticas e do cuidado e criação dos filhos amplie-se cada vez mais.

Fizemos essa breve explanação para que o leitor acompanhe nossa reflexão acerca da associação entre a participação do pai nas tarefas do lar e no cuidado com os filhos e seu envolvimento afetivo com os mesmos. Entendemos, como Burdon (1998) que, “embora o serviço doméstico seja um aspecto importante da participação [masculina] nas responsabilidades, o cuidado e [a] educação é outro aspecto importante do envolvimento dos pais na vida familiar” (p. 83).

Existem algumas evidências de que muitos pais desejam participar mais plenamente da vida de seus filhos, mas, principalmente, existem estudos que apontam para o fato de que a figura paterna tem um papel significativo no desenvolvimento dos filhos. Burdon (1998), em seu artigo sobre o envolvimento dos homens na vida familiar, cita uma pesquisa realizada por Amato (1987) com crianças australianas em que se constatou

que o controle parental (e especialmente o controle paterno) nos anos da escola primária era importante para o desenvolvimento de um senso de confiança e segurança, ao oferecer recomendações para o desenvolvimento de contatos e interações das crianças. A competência nas crianças em idade escolar primária estava relacionada com maior nível de controle na adolescência. Os adolescentes que estavam se saindo bem relataram que seus pais relaxaram o controle à medida que eles entraram na adolescência (p. 85).

Estudos como esse apontam para o fato de que não são só as mães que têm influência direta sobre o desenvolvimento dos filhos, mas que também os pais podem trazer contribuições significativas para a vida de seus filhos.

Alguns estudos (Loewenstein e Barker, 1998) assinalam que a maneira como os pais transmitem aos filhos valores sobre a paternidade influencia o tipo de pai que estes serão no futuro. Muza (1998) afirma que “a ausência do pai, não apenas física, mas sobretudo psicológica, mostra-se como uma dimensão bastante importante na gênese dos comportamentos de risco na adolescência, como é a drogadicção” (p. 143). A autora acredita que a falta da presença paterna leva os filhos a enfrentarem problemas de identificação sexual, dificuldades em reconhecer os limites e apreender as regras de convívio social. Para a autora do estudo,

o papel de pai inexistente muitas vezes pela falta mesmo de um pai ou pela precariedade de um de seus substitutos, impossibilitando-a [criança ou adolescente] de internalizar valores éticos e morais que a auxiliem na escolha de atitudes e comportamentos que não coloquem em risco o seu desenvolvimento como pessoa e daqueles com quem convive (Muza, 1998, p. 146).

Pensamos que esse lugar de pai substituto pode vir a ser, de algum modo, preenchido pelo padrasto. A idéia aqui não é a de substituir o pai biológico – embora haja uma tendência à substituição nos casos em que o pai biológico faleceu ou abandonou a família quando a criança era muito pequena –, mas sim a de construir um lugar e o exercício de um papel diferenciado daquele do pai, mas nem por isso menos importante, na estrutura familiar reconstituída com filhos de casamentos anteriores dos cônjuges.

Assim como Muza (1998), acreditamos que, se “o pai descompromissado e emocionalmente distante dos filhos é uma figura socialmente construída – e não biologicamente pré-determinada – então a figura do pai comprometido e que cuida dos filhos é também uma realidade socialmente construída” (p. 152). Seguindo essa orientação, podemos ir um pouco mais longe e dizer que a figura do padrasto “abusador e devorador de criancinhas” pode ser desconstruída socialmente a partir de um olhar mais receptivo por parte de todos (inclusive dos próprios padrastos) acerca da

construção de um papel que se dá através de um exercício singular e específico dentro de um contexto diferenciado: o da família de recasamento.

Autores como Jablonski (1998), Muzio (1998), Burdon (1998) e Rocha-Coutinho (1994) afirmam que para muitas mulheres é difícil renunciar à função principal que as valoriza, a de mãe-mulher. Para esses autores, muitas mulheres se comportam de forma ambivalente quando se trata de permitir uma maior participação de seus maridos ou companheiros nas tarefas domésticas e no cuidado e educação dos filhos.

Assim, se partirmos dessas considerações, poderemos pensar que em famílias de recasamento essa ambivalência recebe um reforço a mais : a figura do padrasto. Então, se para muitas mães-mulheres é difícil dividir com seus maridos ou companheiros as tarefas que lhes dão gratificação emocional e as fazem se sentir imprescindíveis, a presença de um novo companheiro para si e, ao mesmo tempo, de um padrasto para seus filhos pode representar um empecílio a mais na divisão de tais tarefas. Quem faz o que nesse novo contexto? Quais as responsabilidades do pai biológico e do padrasto na educação e no cuidado dos filhos/enteados? Como fica a função materna nesta situação?

Concordamos com Burdon (1998) quando, ao se referir às famílias originais, afirmou que “precisaria haver um realinhamento das estruturas de poder materno dentro da família e um movimento em direção a uma divisão mais equitativa do papel de gerenciamento [doméstico]” (p. 87). Para este autor, os homens (e aqui incluímos os padrastos) precisariam estar disponíveis para o aprendizado das tarefas domésticas e o cuidado e educação dos filhos e suas esposas/companheiras dispostas a deixá-los aprender.

No caso de famílias recasadas, acreditamos que também os pais biológicos e os enteados precisam se envolver nesse processo de “aprendizado familiar”. Da parte dos pais biológicos, pensamos ser importante aprender a não deixar que o ciúme, provocado pela presença de uma nova figura masculina (o padrasto), interfira no desempenho das funções de ambos, a ponto de suscitar conflitos de responsabilidades e/ou competições pelo afeto dos filhos/enteados. Por parte do(s) enteado(s), o aprendizado poderia ser prioritariamente no campo afetivo. Ou seja, tanto padrastos quanto enteados devem aprender a deixar fluir livremente os sentimentos e as atitudes de afeto entre ambos. Muitas vezes, o medo e/ou a culpa de estar traindo o pai biológico impedem o

nascimento de um relacionamento mais intenso e prazeroso com o padrasto. Da mesma forma, o padrasto pode evitar um contato mais próximo com seu(s) enteado(s) com receio de provocar uma situação constrangedora, ou mesmo distante, entre filho e pai biológico.

Sabemos que não é tarefa fácil aprender a amar alguém que entrou em nossas vidas sem escolhermos (como é o caso do relacionamento entre padrastos e enteados), mas não é nada impossível construir no dia-a-dia um laço afetivo forte e sincero. Se partirmos do pressuposto de que “o papel de pai é construído a partir das experiências vividas na relação com os filhos” (Muza, 1998, p. 146), poderemos, então, supor que o papel de padrasto se constrói no dia-a-dia do convívio familiar com os enteados. Ou seja, o exercício da paternidade é algo que se constrói ao longo do tempo, assim como o amor paterno que, longe de ser instintivo ou genético, é conquistado no cotidiano de uma relação com os filhos. Isso significa dizer que o padrasto pode desempenhar uma função paterna auxiliar, ainda que não de substituição do pai biológico, bem como construir uma relação afetiva significativa com seus respectivos enteados. Podemos concluir este sub-capítulo com as palavras de Gadotti (1998) acerca do papel de pai, em que podemos, até certo ponto, incluir, também, o de padrasto:

Em nossa caminhada já terá ido longe quando já tivermos aprendido a não banalizar seus problemas – nossos problemas – quando não forem percebidos como problemas ‘menores’, quando descobriremos a importância de ir à escola com eles, sentar na carteira onde eles sentam, quando os acompanharmos ao médico, ao campo de futebol, ao jogo, quando juntos fizermos suas lições de casa (com eles e não para eles)... Não ter isso é não ter pai. Porque ter pai significa estar amparado por alguém, ter um vínculo seguro, não se sentir estar desamparado, abandonado (p. 112).

2.5 - A maternidade x ser madrasta

Começamos este sub-capítulo com esta indagação feita por Denise Falcke (2002) em seu artigo sobre mães e madrastas e que nos pareceu bastante interessante e

pertinente ao nosso estudo: “Quantas meninas que vivem pelas casas e escolas carregando bonecas para cima e para baixo, se imaginam sendo madrastas na vida adulta ? Provavelmente nenhuma. Entretanto, quantas se imaginam sendo mães ? Quase todas” (p. 80).

Refletindo sobre a citação acima, outro questionamento surge, quase tão inquietante quanto o anterior: Por que, apesar das diversas transformações sofridas em nossa sociedade, a maternidade continua sendo valorizada como a condição principal para a mulher obter a felicidade e a realização pessoal ?

Às vezes temos mesmo a sensação de que a maternidade serve de parâmetro para avaliar se a mulher é ou não “saudável”, é ou não “normal”, enfim, é ou não mulher. Recentemente, numa novela da Rede Globo, exibida em horário nobre, a personagem Nazaré era chamada de “seca” por ela mesma e/ou por outros personagens em referência ao fato de que ela não podia e não havia tido filho(s).

Apesar da evolução dos métodos contraceptivos, proporcionada pelos avanços da ciência, observamos que uma parcela significativa da população, em especial das classes menos abastadas, encontra dificuldade em “aceitar” a opção de uma mulher (ou casal) por não ter filhos. Geralmente, a primeira idéia que surge é a de que a mulher (ou o marido) não pode engravidar porque tem algum tipo de problema físico que a impede de ser mãe.

Em geral, aceita-se que a mulher adie a maternidade para buscar uma estabilidade financeira capaz de contribuir para uma vida familiar mais tranqüila e confortável, em termos econômicos, para seus filhos. Em contrapartida, a mulher que direciona sua vida principalmente para o crescimento profissional, conseguindo realizar-se e satisfazer-se nesse aspecto de sua vida, é vista como uma mulher fria e dominadora e, por vezes, fora do “perfil” de mãe. Ou seja, todo o empreendimento materno é mais facilmente aceito e bem querido por nossa sociedade quando gira em torno do (s) filho (s).

Outro fato curioso é que nossa sociedade parece exercer uma pressão muito forte para que as mulheres sejam mães quase que imediatamente após se casarem. Quem nunca ouviu uma amiga reclamar das cobranças feitas por vizinhos, colegas de trabalho ou mesmo por familiares sobre a “encomenda” de um bebê ? Da mesma forma, parece haver uma idade limite para que a mulher possa ter seu primeiro filho, mesmo que os

avanços científicos permitam que a mulher engravide aos 45, 50 anos. Outro dia, uma amiga me disse, quase em completo desespero : “Eu já tenho 30 anos e ainda não sou mãe. Se eu não engravidar até os 33 (anos) já era. Vai ficar muito tarde”.

Parece que se construiu culturalmente uma faixa etária para as mulheres, que caracteriza o momento mais indicado para a procriação do primeiro filho. Sabemos que biologicamente esse período existe, pois tem a ver com a quantidade de óvulos que uma mulher possui. Essa quantidade, variável de mulher para mulher, não é repostada pelo organismo feminino. Cada mulher nasce com uma quantidade X de óvulos, que vão sendo eliminados no período menstrual, caso não tenham sido fecundados. Ou seja, a quantidade de óvulos é finita. Entretanto, as técnicas reprodutivas estão avançadas o bastante para propiciar uma gestação tardia e realizar o desejo de ser mãe. Além disso, existe, ainda, a opção de adotar uma criança. Contudo, mais uma questão se apresenta como um eco a este estudo: O desejo de ser mãe é pessoal ou social ?

Acreditamos ser esta uma resposta difícil de se responder, uma vez que o social perpassa o pessoal. Contudo, podemos dizer que, embora uma mulher possa manifestar o desejo de viver a experiência de ser mãe, a maternidade, conforme assinalam alguns autores (Falcke, 2002; Badinter, 1985), foi construída cultural e socialmente como algo inerente à própria condição feminina.

Segundo Muzio (1998), mesmo que os fatores biológicos façam da mulher a pessoa mais indicada a parir e amamentar os filhos, a vinculação entre ambos está relacionada a determinantes psicológicos, sócio-histórico-culturais e econômicos. São eles que inscrevem a maternidade na identidade feminina. Ao longo do tempo, a feminilidade foi sendo “definida como o ser para os outros, dar-se aos demais” (Muzio, 1998, p. 171). Como decorrência, “a atitude maternal expressiva e cuidadora fica introjetada à forma inerente de ser mulher” (p. 171), produzindo o binômio mulher-mãe. Renunciar a este binômio torna-se, então, tarefa difícil para a mulher, sobretudo porque a cultura, de diversas formas, como através dos meios de comunicação (músicas, livros, telenovelas, entre outros), reforça o tempo todo a maternidade como função principal da mulher.

No caso da mulher que vivencia o papel de madrasta, acreditamos que essa renúncia seja ainda mais complicada, pois, se, por um lado, exige-se socialmente que a madrasta desempenhe a função materna como a mãe biológica, por outro, as

informações fornecidas pelas estórias infantis a respeito da figura da madrasta como um ser malvado e impiedoso, levam, muitas vezes, a madrasta a assumir um comportamento mais permissivo em relação aos seus enteados. Em alguns casos, ao contrário, ela pode exercer um papel materno ainda mais rígido junto ao(s) enteado (s), como se precisasse mostrar que é melhor que a mãe biológica.

De acordo com Falcke (2002),

as madrastas são impulsionadas a exercer funções maternas e, inclusive, compensar emocionalmente os enteados pelas perdas que eles sofreram, seja com a morte da mãe ou com o divórcio dos pais, a fim de trazer novamente a alegria para aqueles lares tão sofridos (p. 85).

Podemos dizer, então, que as cobranças e as expectativas em relação ao desempenho do papel de madrasta são tanto de ordem externa quanto interna e envolvem questões distintas que estão intrinsecamente associadas, uma vez que o contexto sócio-histórico-cultural, no qual se construiu o mito da maternidade como algo instintivo e inerente à mulher, é o mesmo que construiu a figura da madrasta como sendo fria, cruel e malvada.

Assim, é comum que madrastas se percam e, principalmente, se sintam frustradas no exercício de suas funções ao tentar dar conta das pressões sofridas para desempenhar a figura idealizada de “mãe perfeita”, capaz de suprir todas as necessidades do(s) enteado(s) e evitar, a todo custo, ser comparada à figura da madrasta malvada das estórias infantis (Wagner e Falcke, 2000).

Na constatação da impossibilidade de exercer fielmente a figura de “mãe perfeita” é comum, segundo Wagner e Falcke (2000), que madrastas desenvolvam sintomas semelhantes aos da depressão, sentimentos de inadequação, ansiedade e culpa, entre outros. Ainda segundo a autora, “no momento em que a madrasta se dá conta da impossibilidade de ser como a mãe, normalmente quando se defronta com algum enteado dizendo “você não é minha mãe de verdade”, surge a crise” (p. 2).

De fato, a madrasta *não é a mãe* e, talvez, resida aí toda a dificuldade de construção e de exercício do papel de madrasta. Talvez, o que todos nós devêssemos entender ou mesmo aceitar é que madrasta *não é mãe* e, como tal, *não deve* tentar exercer um papel que não é sua. Ao contrário, pode e deve construir sua própria

identidade a partir da convivência diária com seu (s) enteado (s) de forma singular e específica ao seu contexto familiar, mas, principalmente, destituída de cobranças e expectativas internas e externas.

Falcke (2002) acredita que talvez a postura mais apropriada, no caso da madrasta, seja

a de uma pessoa adulta que passa a integrar-se na vida doméstica. Isso quer dizer que ela deve compartilhar com o pai a mesma posição hierárquica de adultos (superior à posição dos filhos) e entender que sua inserção no núcleo familiar é um processo gradual, já que o pai e os filhos têm uma vida significativa em comum no passado (p. 89).

Acreditamos que alguns estudos possam contribuir para uma reflexão acerca do papel de madrasta. Badinter (1985), por exemplo, ao questionar o amor materno como sendo instintivo e inerente à mulher, desarticulou o binômio mulher-mãe. Wagner e Falcke (2000) também nos mostram que o binômio sofrimento-plenitude, embutido na conhecida frase “ser mãe é padecer no paraíso”, parece não estar mais associado exclusivamente à maternidade, uma vez que, com a maior participação da mulher no mercado de trabalho, surgiram tanto outras fontes de sofrimento e preocupação como também de gratificação e alegrias.

Consideramos que essas desarticulações são pertinentes ao nosso estudo se pensarmos que, se o amor materno é *apenas* mais um sentimento humano e, como tal, é incerto, frágil, imperfeito (Badinter, 1985) e, fundamentalmente, construído e alimentado no dia-a-dia na convivência familiar, também o pode ser o amor de uma madrasta pelo/a seu/sua enteado/a e vice-versa. Ou seja, o sentimento afetivo entre madrasta [e padrasto] e enteados/as é construído e alimentado na convivência diária.

A partir dessas idéias, podemos dizer, então, que, além do mito³ da mulher como portadora incondicional de amor materno para com os filhos, um outro mito deve cair por terra, o do amor instantâneo entre madrasta e enteado/a. Isso pode facilitar não só o primeiro contato entre madrasta e enteado(s), como também pode abrir espaço para que se construa um relacionamento mais tranqüilo e genuíno entre ambos.

³ Entendemos o mito como sendo um sistema de crenças, histórico e culturalmente determinado e de ampla aceitação social, que influencia ou determina condutas ou modos de pensar dos indivíduos.

Pesquisas como a de Wagner e Falcke (2000), apontam para o fato de que as madrastas possuem uma maior predisposição para estabelecer um relacionamento familiar com maior flexibilidade, abertura e tolerância, demonstrando, também, possuírem um menor nível de exigência no relacionamento com as pessoas, quando comparadas às mães. Isto se daria porque, quando se inserem numa família recasada, precisam lidar com uma variedade de relações – com o novo companheiro/marido, com os enteados, com a família extensa, com a ex-mulher de seu companheiro/marido e, em muitos casos, com seu ex-marido.

Sabemos que em toda relação, sobretudo na relação familiar, limites devem ser estabelecidos, assim como o diálogo, que deve ser o mais franco possível para que os conflitos possam ser solucionados à medida que forem surgindo. É claro que conflitos sempre existirão, mas todos os membros da família podem e devem investir na construção de um relacionamento familiar que seja harmônico e satisfatório para todos.

O caminho a ser trilhado é específico a cada família que, como assinala Falcke (2002), deve buscar seus próprios parâmetros de relacionamento de forma a definir os papéis que cada membro irá desempenhar. O essencial é que as famílias tenham flexibilidade para adaptarem-se as mudanças, ao mesmo tempo que mantenham valores coerentes e estáveis” (p. 90-91), capazes de proporcionar a todos os envolvidos a construção e a manutenção de vínculos afetivos fortes e duradouros.

Supondo, então, que a construção dos vínculos afetivos entre madrasta/padrasto e seu(s) respectivo(s) enteado(s) não são construídos instantaneamente, mas, ao contrário, vão se constituindo no dia-a-dia do relacionamento familiar, pretendemos, com este estudo, investigar, a partir de uma análise do discurso de padrastos, madrastas e enteados (as), de que forma esses vínculos são construídos, como cada membro da família (padrasto/madrasta/enteado) se vê no novo núcleo familiar e como cada um acredita estar contribuindo para o estabelecimento dos laços afetivos entre eles.

3. PESQUISA DE CAMPO

3.1 - Método

3.1.1 - Os entrevistados

A amostra foi composta por cinco famílias de recasamento, em que foram entrevistados cinco pares de padrastos/madrastas e seus respectivos enteados, totalizando 10 (dez) participantes. Todos os sujeitos estavam inseridos num convívio familiar de, no mínimo, dois anos. Esse período de convívio foi por nós estabelecido porque, com base em estudos realizados sobre o tema e por nós já apontados, ele parece ser suficiente para que os membros da nova família tenham superado a fase mais difícil da adaptação familiar.

Em relação aos enteados, privilegiamos indivíduos que estivessem vivenciando a adolescência, pois acreditamos que seria mais enriquecedor para o estudo das relações afetivas entre padrastos/madrastas/enteados. Entendemos que esta fase suscita ainda mais conflitos familiares, pois as demandas adolescentes de maior autonomia, independência e afirmação da sua identidade precipitam mudanças e renegociações na estrutura familiar. Em famílias de recasamento, essas negociações se tornam mais difíceis e complexas, pois cada membro encontra-se inserido num sistema familiar novo e diferenciado que exige de todos uma boa dose de tolerância e flexibilidade para a construção e definição de novos papéis, bem como para o estabelecimento harmonioso de um novo tipo de vínculo familiar.

Dividimos, ainda, os sujeitos em dois grupos, assim especificados:

Grupo I – Padrastos e madrastas, composto pelos seguintes sujeitos:

M1 – Madrasta de E1. Tem 43 anos de idade, possui nível superior em Pedagogia, mas não exerce a profissão, pois optou por deixar seu emprego numa escola para dedicar-se, em tempo integral, à família. Casada legalmente há 10 anos. Conheceu seu enteado quando este tinha cinco anos, mas passaram a conviver na mesma casa apenas há dois anos, quando a guarda do adolescente passou a ser compartilhada pelos

pais. Há cerca de dois anos atrás, M1 passou a criar também um sobrinho, hoje com dez anos de idade.

P2 – Padrasto de E2. Tem 60 de idade e é servidor público federal aposentado. Conheceu sua enteada há dez anos, quando a mesma tinha 3 anos de idade e, alguns meses depois, passaram a ter um convívio familiar. Tem cinco filhas do primeiro casamento e um filho de seis anos de sua união atual com a mãe de E2.

P3 – Padrasto de E3. Tem 36 anos e é oficial da Marinha Mercante. Passou a conviver com sua enteada há nove anos atrás, quando esta tinha 8 anos. Nessa época, foi morar com a mãe de E3, oficializando a união dois anos depois da convivência em família. Atualmente, tem um filho de seis anos, fruto desta união.

P4 – Padrasto de E4. Tem 44 anos de idade, é formado em Análise de Sistemas e, atualmente, é professor do ensino médio e universitário. Conheceu sua enteada quando esta tinha 2 anos de idade, passando a ter com ela um convívio em família após 1 ano e 3 meses de namoro com a mãe de E4. Oficializou sua união há cerca de 2 anos atrás. Não possui filhos.

M5 – Madrasta de E5. É Assistente Social, tem 42 anos de idade e é casada legalmente com o pai de E5 há 7 anos. Conheceu sua enteada quando esta tinha 7 anos e, após 5 anos (tempo que durou o namoro de M5 com o pai de E5), passaram a conviver em família. Dois anos após o casamento, teve um filho, hoje com 5 anos. Atualmente, não reside mais com sua enteada, pois esta se casou há 6 meses atrás.

Grupo II – Enteados ⁴, assim composto:

E1 – Tem 16 anos e é estudante do ensino médio. Convive com sua madrasta há dois anos, em regime de guarda compartilhada entre seus pais verdadeiros. Tem mais um irmão consanguíneo, que está sob a guarda de sua mãe, e mais 2 meio-irmãos por parte de mãe.

E2 – Tem 13 anos de idade e cursa a 7ª série do ensino fundamental. Tem um meio-irmão, fruto do recasamento de sua mãe com seu padrasto atual e mais 7 meio-irmãos por parte de pai, a quem conheceu apenas há dois anos atrás. Possui, ainda, 5 irmãs políticas, oriundas do 1º casamento de seu padrasto.

⁴ Os números dos enteados correspondem a seus respectivos padrastos/madrastas.

E3 – Terminou, recentemente, o ensino médio e está pensando em cursar a faculdade. Tem 17 anos de idade e possui somente um meio-irmão, fruto do recasamento de sua mãe com seu padrasto.

E4 – Tem 17 anos e está cursando o 3º ano do ensino médio. Tem uma irmã consangüínea com quem não reside mais, pois esta se casou recentemente. Não soube informar se possui meio-irmãos por parte de pai, pois alegou não ter contato com este desde o seu nascimento.

E5 – Tem 19 anos e está cursando o 2º período da faculdade de Enfermagem. Além disso, trabalha como técnica de enfermagem em um hospital da rede pública federal. Tem apenas um meio-irmão por parte de pai. Atualmente, não reside com sua madrasta e seu progenitor, pois casou-se há 6 meses

Cabe, ainda, ressaltar que o grupo estudado foi constituído por pessoas indicadas por amigos, sendo todos de classe média e moradores da cidade do Rio de Janeiro.

3.1.2 - Procedimentos

Com a finalidade de atingir seus objetivos, desenvolvemos este estudo em dois momentos. Na etapa inicial, realizamos uma revisão da literatura com o intuito de contextualizarmos o percurso e as transformações sócio-históricas do modelo de família, priorizando autores da psicossociologia, da antropologia e da história da família. Além desses, utilizamos, como parte de nosso referencial teórico, alguns estudiosos da Terapia de Família.

No segundo momento, fizemos uma pesquisa qualitativa utilizando entrevistas semi-dirigidas, isto é, organizadas a partir de um roteiro previamente elaborado, composto de perguntas abertas que deixavam espaço para a elaboração discursiva dos próprios entrevistados. As entrevistas foram realizadas com cada participante em separado, a fim possibilitar aos sujeitos uma liberdade maior para expressarem suas idéias, sentimentos e emoções durante os relatos.

As entrevistas foram gravadas e os textos resultantes de sua transcrição foram submetidos a uma análise de discurso, a partir de quatro categorias por nós estabelecidas.

3.1.3 - Categorias

As seguintes categorias de análise foram constituídas a partir das entrevistas realizadas, tendo como base a nossa fundamentação teórica:

1) Relacionamento antes e depois do recasamento

Com esta categoria, procuramos conhecer o relacionamento entre padrastos/madrastas e seus enteados na época do namoro e depois, com o recasamento, focando nas particularidades cotidianas de cada família.

2) Diálogo e resolução de conflitos

Procuramos, a partir desta categoria, identificar que tipo de conflitos surgem no dia-a-dia da convivência familiar entre padrastos/madrastas/enteados e como estes são solucionados.

3) Ideal de relacionamento familiar e de desempenho de papéis

Nossa intenção, com esta categoria, foi conhecer como cada entrevistado idealiza o relacionamento familiar entre padrastos/madrastas e enteados e os papéis de cada um no novo núcleo familiar.

4) O lugar de cada um na nova família

A partir desta categoria, procuramos compreender como cada sujeito (padrasto/madrasta/enteado) percebe a si e ao outro na nova configuração familiar.

3.1.4 - O Discurso dos entrevistados

1) Relacionamento antes e depois do recasamento

O processo de construção de um novo relacionamento familiar que inclui padrastos/madrastas/enteados é complexo e demanda tempo e boa vontade dos atores envolvidos. Como abordamos anteriormente, os primeiros anos do recasamento são marcados por um clima de paixão, compreensão e fidelidade entre o casal. Essa atmosfera, além de expressar o desejo de que tudo dê certo no novo núcleo familiar, contribui para a construção de relações familiares mais harmoniosas.

Tal construção, em geral, tem seu início numa etapa que precede o recasamento : o namoro. Nessa etapa, os futuros cônjuges estabelecem um relacionamento afetivo mais intenso e avaliam se vale a pena investir ou não em um novo casamento. É um período também em que os futuros padrasto/madrasta e enteado (a) são apresentados uns aos outros, passando a interagir de forma a se conhecerem melhor.

Neste estudo, percebemos que este foi um momento no qual padrastos/madrastas buscaram conquistar a amizade e/ou o afeto de seu (sua) enteado (a), pois quando perguntamos aos padrastos, às madrastas e aos enteados como era o relacionamento entre eles antes do recasamento, todos relataram que os sujeitos do grupo I (dos padrastos/madrastas) procuraram, de todas as formas, agradar seus enteados. Os relatos abaixo ilustram bem essa unanimidade.

O primeiro momento é de agradar mesmo, né? De tá se dando bem, de agradar (M5).

A gente saía muito com eles [enteados]. Passeava no parque, levava pra pescar, essas coisas, né? (M1).

Por exemplo: eu queria pegar amizade com elas, aí a gente ia pra shopping. Aí a gente ficava brincando naquelas... na época o shopping ainda era uma novidade. Há 9 anos atrás o shopping ainda era novidade, tinha muito brinquedo. Aí eu levava elas pra brincar naqueles brinquedinhos, ficava escorregando no chão liso... mas eu achava que elas aceitava brincar com muito custo. Elas iam, mas depois com muito custo (P4).

No entanto, observamos no discurso de P4, acima, que ele teve que se esforçar para conquistar a amizade de suas enteadas, uma vez que elas “aceitavam brincar, mas com muito custo”. Mas, ao que parece, P4 conseguiu atingir seu objetivo, pois, como se pode observar no depoimento abaixo de sua enteada, E4, com tanta atenção recebida, ela “acabou gostando dele”:

Ele viu que eu não gostei dele e começou a fazer tudo pra me agradar. Comprava sacão cheio de presente. Quando minha mãe falava : E., vai comer. Ele falava: Não deixa que eu levo ela pro McDonalds. Fazia tudo pra agradar. Aí, como eu fiquei assim, sabe? Ah, que bom! Aí eu acabei gostando dele (E4).

Os demais enteados também parecem ter aproveitado os mimos e as tentativas de agradar de seus respectivos padrastos/madrastas, no início da relação, para ganhar sua afeição e/ou aprovação:

Eu sei que a princípio eu gostava muito dela, eu gostava muito. Ela era assim... uma maravilha pra mim, sabe? A princípio... ela era muito boa pra mim... muito boa mesmo... fazia tudo pra me agradar... eu lembro que eu passei uma época na... umas férias na casa da mãe dela... Nossa, quando eu fui embora, ela até chorou.... porque eu não queria ir embora, porque lá eu era muito bem tratada e lá tinha a sobrinha dela, que era minha amiga, enfim... eu gostava muito de ficar lá... e ela até chorou... (E5).

No namoro eu podia fazer o que quisesse, fazer bagunça, sabe? Aí depois, não. Ela ficou autoritária (E1).

Acreditamos que estas atitudes de agrado do padrasto/madrasta em relação ao seu (sua) enteado (a) podem ser decorrentes do fato de que, como assinalamos anteriormente, padrastos/madrastas, em geral, investem no relacionamento com o (a) enteado (a) com o intuito de preencherem os requisitos de pai/mãe ideal e de serem bem recebidos e aceitos pelo (a) enteado (a) na nova família. Criam-se, então, expectativas em relação ao convívio familiar que, após o recasamento, serão confirmadas ou não durante um período de convívio adaptativo que, em nossa opinião, compreende os dois primeiros anos de união.

Nesta pesquisa, verificamos que, para as madrastas entrevistadas, as expectativas em relação ao convívio com os enteados (as) foram de que, após a união, o

relacionamento com eles/elas não seria muito difícil e problemático. No entanto, como se pode observar nos relatos abaixo, essas expectativas foram, de certa forma, frustradas:

Eu não pensei que pudesse ser difícil. Só me preocupava com o mais novo, que era muito agarrado ao meu marido. Eu pensava: esse garoto... a gente vai ter problema, né? Porque o garoto não largava ele pra nada (M1).

Eu esperava que fosse ser mais fácil. Eu esperava que o meu relacionamento com ela não fosse ser tão difícil assim...Que eu ia ter um bom relacionamento com ela... o que não aconteceu, porque a gente teve muita... foi muito complicado...(M5).

Já os padrastos entrevistados, em contraste com as falas das madrastas acima, esperavam encontrar dificuldades no convívio com seus enteados, mas se surpreenderam com os resultados:

Eu esperava que fosse ser mais difícil, mas até que foi bom. Também esperava que ela fosse me tratar como um pai. Ela me trata bem, mas... não consegue me ver como um pai (P2).

Eu fiquei muito preocupado, porque a gente ia morar na casa do meu sogro e eu não queria isso, mas a gente não tinha condições, na época, de comprar uma casa. Fiquei com medo dos pais dela se meterem, da gente ter problemas por conta disso. Em relação às meninas, isso nunca foi um empecilho pra mim. Eu tive problemas foi com a minha mãe que queria que eu casasse bonitinho, que tivesse filhos e ela não podia ter mais filhos, porque ela fez ligadura (P4).

É interessante observar que no discurso acima de P4 que, embora ele não tenha relatado problemas de convívio com sua enteada, teve que lidar com as expectativas de sua própria família de origem, que esperava que o filho constituísse um relacionamento dentro dos padrões tradicionais de família. Segundo Carter & McGoldrick (1995), este tipo de situação tem uma certa influência na dinâmica familiar, na medida em que os relacionamentos familiares tendem a ser melhores quando os membros da família ampliada aprovam ou aceitam o recasamento.

Quanto ao entrevistado P2, é possível perceber que, apesar do bom relacionamento com a enteada, ele esperava que ela o visse e o tratasse como pai. Essa expectativa de P2, pode ser decorrente do fato de que, quando este entrevistado recasou, sua enteada – na época com 2 anos de idade – já não mantinha um contato muito freqüente com o pai biológico e, com a mudança da nova família de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, este contato se perdeu, sendo retomado recentemente por iniciativa da jovem que queria conhecer o pai. Ou seja, durante alguns anos P2 conviveu com sua enteada sem a “ameaça” do pai biológico dela e, talvez por isso, tenha criado a expectativa de receber um tratamento diferenciado, no qual sua enteada o tratasse como um pai.

Essa mesma expectativa de P2, expressa na fala acima, também vai aparecer no depoimento de uma entrevistada do grupo dos enteados ao mencionar de que forma imaginava que seria o relacionamento dela com o padrasto após o recasamento:

Eu pensei, assim, que ele ia entrar no lugar do meu pai, né? Porque eu sempre gostei muito dessa figura masculina. Tanto que eu me apeguei muito ao meu avô na época. Aí eu pensei assim: Pô, ele vai ser o pai que eu não tive, entendeu? Eu sempre gostei, assim, de ter um pai... de ver, assim, minhas amigas com pai, sabe? (E4).

Analisando o discurso acima de E4 é possível dizer que o desejo dela de “ter um pai” levou-a a criar uma expectativa idealizada a respeito da relação com o padrasto. Isto é, por não ter o pai presente – “ele foi embora de casa quando eu era bem pequenininha, eu nem me lembro direito dele e ele nunca mais procurou a gente” (sujeito E4) – esta entrevistada achou que o padrasto ocuparia o lugar do seu pai biológico.

Outros entrevistados, porém, variaram em seus relatos ao apontarem o que esperavam do relacionamento com seu (sua) padrasto/madrasta. Alguns idealizaram mais essa relação, como foi o caso de E4 acima e de E5 abaixo:

Ah, eu achei que ia ser um mar de rosas. Nossa ! Fiz, assim, mil fantasias. Eu pensava no meu quarto. Não sei se é aquela coisa de pré-adolescente, enfim... eu pensava muito nisso, que ia ser maravilhoso, que eu ia me dar bem com ela... que eu ia me dar muito bem com meu pai... (E5).

E2, por sua vez, apesar de ter relatado que não criou expectativas com relação ao padrasto, considerou-se bem aceita por este, pelo fato de ter surgido na vida dele “como um nenenzinho”:

Eu não criei nenhuma expectativa em relação ao meu padrasto, mas acho que ele me adorou, porque ele já tinha cinco filhos, todos mais velhos e eu surgi, assim, como um nenenzinho (E2).

Já a expectativa de outro de nossos entrevistados, E1, no que diz respeito à relação com sua madrasta, não se revelou muito positiva, uma vez ele teve medo que o pai o abandonasse por sua nova companheira:

Eu fiquei com muita raiva dela [madrasta]. Achei que ele [o pai] ia ficar com ela e me deixar sozinho com a minha mãe (E1).

Enfim, os depoimentos acima nos mostram alguns dos vários sentimentos e pensamentos que podem surgir decorrentes das expectativas criadas à respeito do relacionamento entre padrasto/madrasta e enteado(as) após o recasamento. Esses pensamentos e sentimentos, certamente, influenciarão nas atitudes que cada um irá assumir na nova configuração familiar, em especial nos primeiros anos de convívio entre padrasto/madrasta/enteado (a).

Quando questionados sobre este aspecto – os primeiros anos de convivência com o (a) enteado(a) -, a maioria dos padrastos e madrastas entrevistados afirmou que eles foram bastante difíceis, como bem exemplificam os depoimentos abaixo:

Sempre foi complicado. Acho que os dois primeiros anos... sempre... todos os anos... que eu me lembro, sempre. Porque você viver junto é muito difícil. Porque uma coisa é você não morar junto, outra coisa é morar junto. Porque a gente se conhecia de não morar junto, porque ela tinha as manias dela e eu tinha as minhas e é muito complicado (M5).

Foi difícil. Difícil. Foi sempre tentando... chegar perto, foi tentando sempre.... ganhar a confiança. Porque, a priori, eu tinha ganhado a confiança, mas depois eu perdi quando eu fui morar com a mãe delas. Aí, depois eu fui tentando reconquistar tudo de novo (P4).

É curioso notar que os entrevistados do grupo dos padrasto/madrastas se referiram às dificuldades que apareceram nos dois primeiros anos de convivência com o enteado como sendo um aspecto constante do seu dia-a-dia familiar, como podemos observar pelo uso do advérbio de tempo “sempre”.

Os enteados, por sua vez, em sua maioria, relataram como positivos os primeiros anos de relacionamento com os seus padrastos/madrastas, como podemos perceber nos relatos abaixo:

Não teve briga nenhuma, não. No início, eu só queria saber de passear. Que eu me lembre não teve briga nenhuma, não (E1).

Eu não me lembro muito bem, mas foi boa, entendeu? Não tem do que reclamar, entendeu? Foi como um pai mesmo pra mim... ele sempre foi muito apegado a mim e eu a ele. Sempre. Ele me trata muito bem, como se fosse meu pai mesmo, entendeu? (E2).

Analisando o depoimento de E2, verificamos que a adolescente tende a comparar seu padrasto com um modelo pré-concebido e internalizado de pai. Essa idéia também pode ser observada no discurso de E5, abaixo, quando ela se refere às diferenças existentes nas atitudes de uma mãe e de uma madrastra. Entretanto, enquanto que E2 compara positivamente seu modelo de pai com seu padrasto, E5 parece realçar os aspectos negativos das diferenças entre uma mãe e uma madrastra, como quando afirma, por exemplo, que se vivesse com a mãe certas coisas não aconteceriam:

Olha... ela casou e tipo assim, um mês depois a gente começou a brigar. Brigava por tudo... qualquer coisa a gente brigava... aí eu, de raiva, também, amassava um monte de papel (risos) coisa de adolescente, né? E deixava aquele bolo de papel amassado no canto da minha porta.... fazia coisas, também, pra... e ela também... fez coisas assim que... Nossa ! Magoou muito... tipo... se eu deixasse minha calcinha molhada no banheiro, ela pegava a calcinha molhada e jogava dentro do meu armário... essas coisas assim.... coisas pequenas, mas que se você vivesse com a sua mãe isso não aconteceria. Todos os anos foram difíceis. Tiveram de repente os 2 primeiros meses e não os dois primeiros anos (risos) (E5).

É interessante notar que a entrevistada acima, no final do depoimento, se refere às dificuldades vivenciadas com sua madrasta como algo que se estendeu por vários anos, pois o bom relacionamento com ela durou apenas “os dois primeiros meses”.

Consideramos importante, também, ressaltar um aspecto significativo que surgiu no relato de uma das entrevistadas, E4, ao falar sobre sua relação com o padrasto nos primeiros anos de convivência diária. Segundo ela, a relação entre eles era muito boa até o momento em que a mãe dela, seguindo as orientações de uma psicóloga, decidiu intervir no relacionamento entre E4 e seu padrasto, pedindo a ele que não brincasse mais com a enteada (E4). O discurso abaixo ilustra bem esse fato:

Assim, eu não lembro muito bem... Mas foi, assim, normal. No começo, ele era muito, muito legal, mas, o que aconteceu: aí, ele brincava muito com a gente. Comigo e com a minha irmã. Brincava muito. Aí, chegou uma psicóloga e falou pra minha mãe não deixar ele fazer isso com a gente. Por causa daquele lance de padrasto, que tinha um lance que estuprava... que fazia e acontecia... falou isso pra minha mãe não deixar. Aí, minha mãe ficou cheia de minhoca na cabeça. Aí, minha mãe falou pra ele não ficar mais brincando mais com a gente. A gente sentava no colo dele, brincava, assim, sabe... Aí, minha mãe, na época, com medo, cortou. Aí o que aconteceu: quando cortou, ele começou a ficar mais sério (E4).

Como podemos verificar no relato acima, E4 e o padrasto sofreram uma ruptura em seu relacionamento afetivo, que foi provocada pelo mito que tradicionalmente envolve a figura do padrasto, isto é, um sujeito violento e possível abusador de crianças, como já havíamos apontado em nosso estudo.

No tocante à convivência familiar entre padrastos/madrastas e seus respectivos enteados (as), pudemos observar que, no geral, para os entrevistados do grupo I (padrastos/madrastas), não houve mudanças relevantes no relacionamento com seus enteados(as), do início do recasamento até o momento atual.

Para P3 e M5 as dificuldades de relacionamento com suas enteadas estão associadas, no momento, às tarefas domésticas, conforme se pode observar nos depoimentos abaixo:

A convivência, atualmente, tem sido alternada com períodos tranquilos e outros conturbados. Sou muito chato e exigente. Ela é lenta e tihosa.

Cobro dela as tarefas de casa e que arrume um emprego, mas percebo que ela não se sente à vontade em conversar comigo (P3).

Eu lembro que foi muito difícil. Eu ficava com muita raiva. Eu não sei por que eu conseguia guardar raiva da A. Porque a gente brigava muito, porque era assim, preguiça, que era muito natural. Que ela não fazia nada que uma adolescente não faz... que é a preguiça... pra varrer a casa era uma coisa... não me ajudava em nada e quando fazia, não era direito... Quando a A. decidiu casar eu tive uma preocupação muito grande... que eu achava que ela ia... eu acho que... pode ser que não, mas eu acho que o casamento foi mais pra ela ter a vida dela e sair de casa. Ela nunca me falou isso. É a impressão que eu tenho e ela nunca me falou isso e eu também nunca perguntei.. E eu assim... fiquei até muito preocupada com isso. Eu pensei: será que a A. quer casar pra se ver livre de mim, porque é uma coisa muito ruim... porque uma coisa desfeita é pior do que morar numa casa que você não se dá bem com a madrasta... (M5).

É interessante notar, no discurso acima, que P3 justifica a convivência de “altos e baixos” com sua enteada, por ser “muito chato e exigente” e sua enteada uma adolescente “lenta e tinhosa”. Ao mesmo tempo, ele percebe que esse contexto dificulta a comunicação entre eles.

Já M5 traz, ainda, em seu depoimento, uma preocupação em relação ao casamento de sua enteada, sentida por ela como algo que a jovem fez para “se livrar dela”. De alguma forma, parece que M5 tem medo de ter uma parcela de responsabilidade pelo casamento precipitado de sua enteada. Essa idéia parece estar presente nas frases de M5: “eu tive uma preocupação muito grande”, “pode ser que não, mas eu acho que o casamento foi mais pra ela ter a vida dela e sair de casa”, e “uma coisa [casamento] desfeita [por ter sido precipitado] é pior do que morar numa casa que você não se dá bem com a madrasta...”.

Assim como M5, o entrevistado P2 também percebe a fase da adolescência como sendo uma etapa diferenciada que altera o comportamento da enteada e, conforme apontado em capítulo anterior, provoca modificações no sistema familiar, demandando maior tolerância e flexibilidade por parte de todos os membros familiares. Entretanto, conforme ilustra o depoimento abaixo, P2 acredita que o aparecimento do genitor de sua enteada foi um fator a mais que contribuiu para deixá-la “um pouco confusa”:

Nós sempre nos damos bem. Hoje, ela está um pouco diferente, mas acho que é por causa da adolescência e também porque ela conheceu o pai há

pouco tempo... uns 2 anos. Aí, eu acho que ela fica um pouco confusa, mas nos damos muito bem (P2).

Por sua vez, uma outra entrevistada do grupo dos padrastos/madrastas, M1, parece lidar bem com as dificuldades que surgem na convivência com seus enteados:

Ele tem um pouquinho de ciúmes. T.[outro enteado] também tem, mas só que ele tem mais, entendeu? Ele fala assim muitas vezes: Ah, casa do meu pai... Casa do teu pai, não porque tudo o que tem aqui também é meu, até vocês são meus (risos). Aí ele faz bico e eu falo: pode fazer bico mesmo. Aí ele sai. (risos) Mas isso aí é normal... Mas ele aceita, ele gosta de mim... toda semana... desde pequenininho... ele vem pra cá. Agora não, que ele está mais aqui... (M1)

Ao que parece M1 procura não valorizar demais os problemas que aparecem no cotidiano familiar. Ou seja, para ela, os ciúmes e as birras destes são situações normais do relacionamento em família, não sendo impedimento para que o enteado tenha afeto por ela.

Já os enteados, quando questionados sobre como tem sido, atualmente, a convivência com seus padrastos/madrastas, atribuíram as dificuldades do relacionamento familiar exclusivamente aos seus padrastos/madrastas, como se pode observar nos depoimentos abaixo:

A relação continua boa. Normal... mesma coisa. Só mudou um pouco porque ela pegou o D. pra criar. Aí ela começou a dar mais atenção a ele (E1).

Hoje, a gente continua distante. Porque ele é muito rígido, muito certinho. Acho que ele sempre foi, só que agora eu percebo isso melhor (E3).

É interessante notar nos discursos acima que para a maioria dos (as) enteados (as) o relacionamento atual com seus respectivos padrastos/madrastas não sofreu alterações muito significativas, como se pode observar pelo uso do tempo verbal “continua”, empregado por eles logo no início de seus discursos.

Para uma outra entrevistada (E5), porém, o relacionamento com a madrasta foi piorando de tal forma que ela já não se sentia mais à vontade na própria casa. O sentimento de repulsa e de irritação sentido por ela em relação à sua madrasta tornou-se tão intenso que ela chegou à conclusão de que a melhor solução para todos seria sua saída de casa. Assim, podemos pensar que as suspeitas de sua madrasta de que E5 precipitou seu casamento para “se livrar dela” podem estar corretas:

Eu falava que lá não era a minha casa porque eu não me sentia bem, Eu não sentia vontade pra nada. Eu não sentava na sala, não ficava na sala conversando, sabe? Sabe? Só... ou quando tava assim: eu tava na sala conversando com meu pai, com meu irmão, quando ela chegava.... sabe? Eu já estava assim com uma repulsa dela, não conseguia mais ficar perto dela e ela chegava... podia ter 10 pessoas na sala, ela cumprimentava as 9 e a mim não cumprimentava. Aí uma vez eu brigando falei isso com meu pai e aí ele... falou com ela e ela passou a “oi”, sabe? Uma coisa bem... aí, já... desgastou... a coisa foi desgastando de um jeito... foi uma sucessão de coisas sabe? Aí... não tinha mais condições... de... de falar com ela... eu já não agüentava mais falar com ela... a voz dela me irritava... por fim eu não queria nada, não queria nem reconhecimento.... só queria ir embora de lá... Uma vez, eu até conversando com meu pai eu falei: Olha pai, a gente só vai ser feliz quando a gente se separar. A gente se ama, mas a gente só vai ser feliz quando se separar... (E5).

Já E2 afirma, inicialmente, que o relacionamento com seu padrasto “não mudou nada”, mas logo em seguida assinala que o afeto que sentia por ele já “não é tão grande” desde que conheceu seu pai biológico:

Tá legal. Mas eu não sei. Assim, de uns dois anos prá cá, depois que eu passei a conhecer meu pai de verdade, eu sinto que não é a mesma coisa. O meu relacionamento com ele não mudou nada, entendeu? Mas, eu não sei... aquele afeto que eu sentia por ele não acabou, mas não é tão grande assim (E2).

A partir do depoimento acima, podemos supor que o aparecimento do pai biológico de E2 provocou uma mudança nos lugares ocupados em sua vida pelo pai e pelo padrasto. O primeiro, ao se fazer presente na vida da adolescente, parece ter conquistado, em pouco tempo, um lugar afetivo hierarquicamente mais importante do que o do padrasto para a adolescente. Refletindo melhor sobre essa idéia, podemos ousar dizer que, na verdade, o lugar de pai nunca esteve ocupado pelo padrasto. Este último tem um outro lugar afetivo na vida de E2 que, apesar de não ser menos

importante – “eu adoro meu padrasto. Eu sei que tudo o que eu sou eu devo a ele” (sujeito E2) - certamente não é o de pai.

Analisando os discursos dos padrastos/madrastas e dos enteados, acima exemplificados, podemos concluir que, diferentemente do que imaginávamos, praticamente não existiu um período adaptativo de convivência familiar. A dinâmica relacional dos primeiros anos parece ter sofrido uma mudança sutil para a maioria dos entrevistados nos anos seguintes. Por exemplo, os padrastos/madrastas e enteados que enfrentaram dificuldades de relacionamento logo nos primeiros anos do recasamento não conseguiram reverter o quadro satisfatoriamente com o passar do tempo.

Com o intuito de avaliar melhor a interferência da fase da adolescência no relacionamento familiar, perguntamos aos nossos entrevistados como estava sendo vivenciado esse momento. Os resultados apontam para o fato de que esta fase foi percebida pela maioria dos entrevistados do grupo 1 (dos padrastos/madrastas) como um gerador de conflitos e dificuldades no relacionamento com o (a) enteado (a), como pode ser observado no seguinte depoimento:

Houve uma fase difícil em que ela quis entrar para uma seita religiosa e minha esposa e eu fomos contra. Tivemos que batalhar para ela desistir da idéia. E isso aconteceu justamente quando ela estava na adolescência. Acho que [essa fase] é muito influenciável. Atualmente incentivo ela a namorar, para curtir mais a vida, mesmo que não saiba se o relacionamento terá futuro, mas acho que as várias discussões que tivemos nessa época atrapalharam nosso relacionamento (P3).

De acordo com o depoimento acima, para P3, os conflitos com sua enteada na fase de adolescência interferiram no relacionamento entre eles. No entanto, é curioso notar que, mais adiante, este entrevistado, ao ser questionado sobre suas maiores dificuldades na relação com a enteada, relatou não se recordar de “maiores dificuldades”, apesar de ter citado a ameaça da presença do pai biológico dela, que bebia muito e ainda gostava de sua esposa:

Sinceramente não me recordo de maiores dificuldades, a não ser a ameaça de presença do pai verdadeiro a qualquer instante, que bebia muito e ainda gostava da minha esposa, mas essa ameaça nunca chegou a se concretizar (P3).

Já M5 acredita que o relacionamento com sua enteada seria diferente (para melhor) se o recasamento tivesse ocorrido na época em que a jovem ainda era uma criança.

Eu acho que nossa relação ficou difícil mais por conta da adolescência. Porque eu acho que a A. nunca teve essa coisa de não aceitar que eu casasse com o pai dela. Lógico que ciúme tem numa relação assim, mas a relação ficou mais difícil mais pela fase da adolescência. Pela fase... eu acho que se eu tivesse pegado a A. em outra fase, de repente teria sido melhor. De repente se eu tivesse casado quando ela tinha 7 anos, tivesse sido melhor. Mais pela adolescência mesmo... (M5).

Analisando o depoimento acima, é possível dizer que talvez a suposição levantada por M5 seja decorrente da idéia, construída social e culturalmente, de que todo adolescente é rebelde e problemático e que, portanto, é muito mais fácil lidar com e “controlar” uma criança do que um adolescente. Essa idéia generalizada também vai aparecer no depoimento de P4 abaixo:

Ih, foi uma época difícil. Está sendo difícil porque ela ainda tem 17 anos. Só que o mais complicado foi quando ela arrumou um namorado que não tinha nada a ver com ela... ela devia ter uns... 14, 15 anos. Nem eu, nem a mãe dela queríamos esse namoro e ela insistiu muito. Ficou até rebelde... brigamos muito nessa época (P4).

Essa opinião de P4 a respeito do namoro e do comportamento “rebelde” de sua enteada (E4), ao que parece, não é compartilhado por ela. Para E4, a mãe e o padrasto foram inflexíveis em relação ao seu namoro apenas quando souberam que o namorado dela era negro. O depoimento abaixo ilustra bem esse fato:

A minha entrada na adolescência foi legal... foi boa. O negócio foi no meio dela por causa desse namoro que eu tive, que eles não gostavam porque o rapaz era escuro. Antes deles conhecerem ele eles falavam com ele numa boa. Depois que eles viram que ele era escuro, eles não deixaram mais eu namorar. Eu acho que foi incompreensão deles. Meu namorado sempre foi muito educado, mas meu padrasto ligava pro menino e falava um monte de coisa, um monte de palavrão...E, pra mim, ele só fazia isso porque o garoto era escuro, o maior negão. E eles deixavam eu ficar namorando no play, mas depois que viram que o garoto era escuro, não deixaram mais. Se não estivesse namorando, eu

passaria na boa, porque o problema todo foi o namoro, que eles não aceitaram (E4).

Isto é, para E4, ela não estava se comportando de maneira “rebelde”, mas apenas pleiteando dar continuidade ao seu namoro, que, segundo a jovem, foi proibido por conta do preconceito racial por parte de sua mãe e de seu padrasto. Enfim, para E4, “o problema todo foi o namoro” e não a adolescência em si, pois se não estivesse namorando passaria pela adolescência “na boa”.

De forma semelhante à fala acima de E4, os outros entrevistados do grupo dos enteados também não associaram a fase de adolescência ao aparecimento de conflitos ou a uma piora no relacionamento com seus respectivos padrastos/madrastas:

O início da minha adolescência foi horrível, mas não acho que isso tenha piorado o relacionamento com ela [a madrasta], porque a gente brigava por tudo, por qualquer coisa a gente brigava. Então, eu não acho que a minha adolescência teve... sabe? (E5).

Ah, eu to aproveitando bastante, né? [com a madrasta] Tá igual. Não mudou nada (E1).

Agora vou fazer 14 [anos]. tô ficando adolescente. Mudaram muitas coisas. Com ele [padrasto], não. Mudou foi comigo.. Não sei bem explicar... Eu tô me descobrindo agora. Tô me achando Por um ponto é legal, por outro é horrível, mas acho que adolescência é a melhor fase que a gente tem na vida, sabe? É... sair, curtir, namorar, entendeu? Acho muito legal, mas... tem hora que... eu me canso, entendeu? Às vezes eu tenho vontade de ser criança, às vezes eu quero me evoluir rápido, passar assim... Às vezes eu penso que eu sou tudo, às vezes eu penso que eu não sou nada. Acho que tá sendo difícil de me aturar (E2).

É curioso observar no discurso acima de E2, os conflitos existenciais particulares dessa etapa da vida, em que o sujeito ora quer ser criança, ora quer se tornar, rapidamente, um adulto. No entanto, conforme mencionado anteriormente, não podemos generalizar as vivências, nem tampouco as atitudes e/ou comportamentos que os indivíduos têm ao vivenciar essa fase.

De qualquer forma, se compararmos os depoimentos dos enteados com os dos padrastos/madrastas, poderemos verificar que estes últimos, de certa forma, generalizam esta etapa da vida. Isto é, os padrastos/madrastas percebem a fase da adolescência como

um período no qual o(a) jovem assume comportamentos peculiares a esta fase da vida, o que pode provocar alterações na dinâmica familiar, demandando de todos os seus membros uma dose maior de paciência e flexibilidade

Ainda em relação às dificuldades relacionais entre padrastos/madrastas e enteados, procuramos investigar também se a chegada de mais um/a filho/a no núcleo recasado alterou negativamente o relacionamento entre padrasto/madrasta/enteado (a), fazendo com que, por exemplo, o (a) enteado (a) se distanciasse do padrasto/madrasta por ciúmes do mais novo membro familiar

Os resultados apontam para o fato de que, para a maioria dos entrevistados do grupo dos enteados a entrada de mais um membro na família foi percebida como um ponto positivo para o convívio familiar, principalmente no que diz respeito ao relacionamento entre meio-irmãos:

Pra ele são tudo a mesma coisa. Quando ele me trata, ele trata bem eu e o meu irmão e as outras filhas dele, do mesmo jeito. Se tem uma bala, ele divide entre todos. Ele tem seis filhos. Comigo são sete. Se tem uma bala, ele divide com os sete (E2).

Eu me dou super-bem com meu irmãozinho. Às vezes, ele é meio chato. A gente briga, mas se dá bem. Já meu padrasto... continuou a mesma coisa comigo. Acho até que ele é até mais rígido com meu irmão do que comigo (E3).

Como ilustram os discursos acima, enquanto que E3 pontua uma distinção no tratamento dado por seu padrasto a ela, percebido como flexível quando comparado ao tratamento que ele dá ao próprio filho, E2 acredita que está sendo tratada por seu padrasto de forma igualitária em relação aos seus meio-irmãos.

Já para um outro enteado, E1, o relacionamento com a madrasta mudou a partir do momento em que ela passou a criar o sobrinho como filho:

Só mudou um pouco por que ela pegou o D. pra criar. Ela começou a dar mais... sempre protegendo mais ele. Quando ele falava alguma coisa e eu queria bater nele, ela ficava reclamando e eu fiquei com muito ciúme também. Eu pensava que ela adotou ele pra ficar só ela, ele e meu pai. Isso que eu pensava (E1).

Como podemos observar no depoimento acima de E1, o único depoimento que demonstra dificuldades no relacionamento fraterno, ele não só sentiu muito ciúmes com a chegada de uma criança na nova família – o primo, criado como se fosse irmão -, como fantasiou que sua madrasta constituiria um novo núcleo familiar, excluindo-o deliberadamente.

Já no grupo dos padrastos/madrastas, apenas um entrevistado, M5, mencionou a chegada de um filho como um aspecto favorável para relacionamento fraterno. Entretanto, M5 demonstrou uma preocupação significativa em não passar para a família a idéia de que estava usando a enteada como uma empregada para seu filho, conforme ilustra o discurso abaixo:

Quando tive o F. [filho], eu tive uma preocupação muito grande de achar que a família dela podia achar que eu tava fazendo ela de empregada. Então, eu tinha uma preocupação muito grande... não deixava o F. com a A... Mas tem uma coisa: ela sempre foi muito carinhosa com o F., sempre foi muito amiga dele... pro F... ela adora esse irmão... (M5).

A preocupação expressa por M5 vai ao encontro do imaginário popular que ainda mantém presente não apenas a figura da madrasta malvada das estórias infantis, como também a da enteada como um ser infeliz e maltratado pelas madrastas.

Com relação à expressão dos sentimentos por parte de padrastos/madrastas no trato com seus enteados, observamos que a grande maioria dos padrastos e madrastas entrevistados apresenta dificuldades em demonstrar seus sentimentos, especialmente os negativos:

Eu ficava com raiva dela. Eu não sei por que eu conseguia guardar raiva da A., mas não conseguia falar nada. Pelo contrário aí é que eu tinha mais vontade de não falar com ela. Porque se eu brigo com você, eu falo o que eu tenho que falar e não consigo guardar raiva, mas com ela não. Era diferente (M5).

Ah, não eu falo. Eu falo. Eu já expresso logo com voz alta. Não é bem na mesma hora. Eu, às vezes, fico até martelando no mesmo problema. Com a minha mulher eu consigo, com elas... converso sim, mas... (P4).

Como se pode observar nos relatos acima, M5 e P4 não conseguem verbalizar assertivamente seus sentimentos e pensamentos para suas enteadas. Embora P4 afirme que conversa com suas enteadas, diz que não o faz “na mesma hora” Além disso, o uso da conjunção adversativa “mas”, seguido de pausa pode sugerir que essa conversa não se dá de forma satisfatória.

Já P3 e M1 parecem conseguir expressar mais seus sentimentos negativos em relação aos enteados do que os positivos, como se pode observar nas seguintes falas:

Dou ordens e chamo a atenção em caso de raiva. Em caso de afeto, raramente a abraço, mas eu me preocupo muito com ela

Eu não tenho muito esse negócio de abraçar, beijar, não. A gente brinca, né? Falo na brincadeira com ele, tento assim... brincadeira, aí ele fica rindo e tal. Já quando eu tô com raiva eu brigo, mas ele não responde (M1).

Como vimos, nos depoimentos acima, M1 até que tenta demonstrar suas emoções positivas através de “brincadeiras” com seu enteado, mas quando se trata de expressar desagrado ou raiva, essa tarefa parece ser mais facilmente realizada. O uso de frases como “dou ordens e chamo a atenção em caso de raiva” (P3) e “já quando eu tô com raiva eu brigo, mas ele não responde” (M1) nos fornecem pistas de que o relacionamento entre estes entrevistados e seus respectivos enteados pode estar sendo baseado numa relação hierárquica e autoritária.

A maioria dos enteados, por sua vez, ao serem questionados sobre a maneira como expressam seus sentimentos em relação aos seus padrastos/madrastas, afirma não conseguir expressar abertamente sentimentos como a raiva, por exemplo. Assim, saem de perto ou se isolam de seus respectivos padrastos/madrastas:

Quando a gente briga e eu fico com raiva eu não falo nada. Saio de perto e deixo ela falando sozinha (risos) (E1).

Quando eu tô com raiva, eu vou pro quarto e começo a chorar. É isso que eu faço. A minha mãe vê... tenta falar comigo, mas... (E4).

Não, xingar não, porque a gente não tinha esse hábito de xingar palavrão, mas eu me trancava no meu quarto. Só isso. Eu só me isolava. Eu sempre me isolei muito. Me isolava mesmo (E5).

Essa dificuldade de E5 em expressar seus sentimentos negativos em relação à madrasta foi amenizada apenas quando E5 se casou e saiu de casa. Como se pode verificar no discurso abaixo de E5, no momento ela e a madrasta já conseguem sentar e conversar, mas isso só é possível porque elas não moram mais na mesma casa:

Mas hoje em dia a gente se dá bem, porque ela tá na casa dela. Ela vem aqui, a gente senta, conversa, porque ela tá na casa dela e eu tô na minha (E5).

Já E2, por sua vez, afirma que nem precisa expressar seus sentimentos, sejam eles positivos ou negativos, pois seu padrasto, ao observá-la identifica, de imediato, seu humor. Mas, ao que parece, quando os sentimentos se intensificam, E2, assim como outros enteados entrevistados, vai para o quarto e desabafa, chorando.

Eu acho que eu nem preciso expressar, porque ele olha pra mim e já sabe quando eu tô feliz, quando eu tô triste, mas quando eu tô com muita raiva, eu vou pro meu quarto e começo a chorar ou senão começo a ocupar a minha cabeça pra eu esquecer (E2).

De modo geral, podemos dizer que os sentimentos positivos, como abraçar, fazer carinho, são mais difíceis de serem demonstrados tanto pelos padrastos/madrastas, quanto pelos (as) enteados (as). Quanto aos sentimentos negativos, como a raiva, por exemplo, verificamos que são os enteados os que têm mais dificuldades em expressá-los, pois, embora dois entrevistados do grupo dos padrastos/madrastas consigam demonstrar aos enteados quando estão com raiva, o fazem de maneira impositiva e autoritária, o que, em última análise, traduz-se numa forma não assertiva de expressão de sentimentos.

2) Diálogo e resolução de conflitos

Diversos autores (Wagner, 1999, 2001; Collins, Newman & McKenry, 1995; Osório, 1992) têm chamado atenção para a importância do diálogo na convivência

familiar, principalmente quando o núcleo familiar inclui adolescentes em sua composição. Em famílias recasadas, acreditamos que o diálogo franco e aberto é um instrumento valioso para a construção e sedimentação dos vínculos afetivos entre padrastos/madrastas/enteados, uma vez que a comunicação efetiva entre os membros familiares permite que cada um saiba o que o outro pensa e/ou sente. Essa troca de informações, aliada à disponibilidade pessoal para compreender e se colocar no lugar do outro são, a nosso ver, fundamentais para a resolução dos conflitos que surgem no dia-a-dia.

Em famílias de recasamento, porém, esse processo pode não ser tão simples assim. Vários fatores podem interferir no estabelecimento de um diálogo sincero entre padrastos/madrastas/enteados, a começar pela forma como os novos membros são apresentados uns aos outros.

A partir da análise das entrevistas podemos verificar que a maioria dos entrevistados do grupo I (padrastos/madrastas) se posicionaram, inicialmente, como um(a) amigo(a) do(a) pai/mãe e, só após um período de tempo é que foram apresentados como o(a) namorado(a) destes:

A gente só era amigo pra elas. Aí, depois de mais ou menos uns cinco ou seis meses é que a gente foi falar (P4).

Depois que ele [enteado] foi me conhecendo devagarinho, depois... depois que a gente foi se conhecendo melhor é que o J. conversou com ele: é a namorada do papai, que a mamãe também já tem outro namorado, que o papai não deu certo com a mamãe... aí foram aqueles papos todos, né? No início a gente se evitava, assim, de se beijar, de se abraçar na frente deles, até eles irem se acostumando, né? (M1).

Eu não me identifique logo de cara como o namorado da mãe dela. Até porque eu achei que ela não ia entender muito bem porque era muito pequena... E também porque eu queria que ela se acostumasse comigo, que gostasse de mim primeiro para ser mais fácil me aceitar depois, não ficar com ciúmes (P2).

Podemos observar nos discursos acima que a estratégia utilizada por estes entrevistados foi a de deixar que seus respectivos enteados(as) se acostumassem, inicialmente, com sua presença para, posteriormente, se identificarem como o(a)

namorado(a) da(o) mamãe/papai. Assim, o recurso mais utilizado, naquele momento, pelo padrasto/madrasta foi se aproximar do(a) enteado(a) apresentando-se como um amigo(a) do(a) progenitor(a). Esse recurso vai, inclusive, aparecer no depoimento de alguns enteados(as) quando estes se referirem à maneira como conheceram seu(sua) padrasto/madrasta:

No início, meu pai falou que ela [madrasta] era uma amiga dele. Depois é que ele falou que era namorada dele (E1).

Ele era um amigo, um colega, meu tio (E2).

Ele foi indo... ficando lá no portão conversando com a minha mãe... eu fui conhecendo quando a minha mãe levava lanchinho pra ele e tal... aí, minha mãe foi conversando com a gente.. ela falava assim: ó, conheci um cara legal, não sei o quê e eu tô namorando (E4).

É interessante notar, no discurso de E2 acima, que ela identifica o padrasto de várias maneiras, como podemos observar pelo uso dos substantivos “colega” e “tio”, sugerindo uma certa confusão a respeito da representatividade desta figura em sua vida.

Sobre essa estratégia utilizada - a aproximação do padrasto/madrasta enquanto um(uma) amigo(a) da(o) mãe(pai) – acreditamos que ela é decorrente do fato de que, como assinalamos anteriormente em nosso trabalho, os adultos, comumente, receiam que o(a) enteado(a) veja o novo membro como um intruso ou alguém com quem terá que competir pelo amor e a atenção do pai/mãe. Assim, ao apresentar o(a) padrasto/madrasta como um(a) amigo(a) da mamãe(papai) os adultos da nova família ganham tempo para que o(a) padrasto/madrasta e seu(sua) respectivo(a) enteado(a) se conheçam em um contexto que não apresenta “perigo” de rejeição para padrastos/madrastas e tentam, assim, evitar possíveis conflitos provenientes do ciúmes do(a) enteado(a) em relação ao novo membro familiar.

Talvez seja por isso – medo de ser rejeitado e de sofrer com o ciúme do(a) enteado(a) – que padrastos/madrastas e seus(suas) companheiros(as) não tenham comunicado ao enteado(a) que iriam se casar. Como podemos observar nos depoimentos abaixo, os adultos da nova família deixaram que o(a) enteado(a) percebesse, como o passar do tempo, que eles estavam recasados. Ou seja, tanto no discurso dos padrastos/madrastas, quanto no dos(as) enteados(as) é possível verificar

que não houve uma comunicação formal a respeito da nova união, ficando o entendimento do fato, por parte dos(as) enteados(as), vinculado aos acontecimentos ocorridos no decorrer de um determinado período de tempo:

Não teve uma comunicação formal. Eu fui chegando, fui ficando... até que eu me mudei de vez pra casa da minha esposa (P2).

Nós passamos por situações financeiras difíceis. Fomos morar juntos, eu, minha esposa, a filha dela e um amigo. Minha enteada já desconfiava que estávamos namorando. Aí o amigo saiu e eu fui ficando, ficando.. até que a gente decidiu formalizar a união (P3).

As coisas foram acontecendo porque a gente estava construindo a casa e coisa e tal... (M5).

Eu não sei explicar porque não teve uma coisa formal. Foi acontecendo. Quando eu vi eles já estavam morando juntos (E2).

Não chegou a falar [sobre o recasamento], as coisas foram acontecendo e você acaba percebendo. A N. [madrasta] começou a ver vestido de noiva... Ah, vamos ver como vai ser o seu vestido pro casamento.. e aí, você vai percebendo.. dentro daquele contexto você vai, né? Mas ninguém comunicou nada (E5).

Analisando os depoimentos acima, podemos dizer, então, que as frases “eu fui chegando” (P2), “eu fui ficando” (P3) e “as coisas foram acontecendo” (sujeito M5) refletem o tipo de relacionamento que foi se constituindo, desde o início, entre padrastos/madrastas e seus enteados. Isto é, uma relação calcada muito mais em atitudes do que no diálogo e que, ao que tudo indica, permaneceu com o decorrer da convivência em família, pois quando perguntados sobre como está sendo a comunicação entre eles atualmente, os dois grupos apontaram, novamente, a falta de conversa entre esse subsistema familiar – padrastos/madrastas/enteados(as):

Considero a comunicação ruim. Falamos pouco. Não sei o que dizer e acho que ela também não sabe o que falar. Acho que ela não se sente à vontade em conversar comigo (P3).

Eu falo mais com o meu pai, com ela não (E1).

Dependendo do assunto, eu não falo com ele [padrasto]. Ele é muito certinho e, às vezes, eu tenho a impressão que se eu falar alguma coisa muito diferente, ele não vai entender, não vai aceitar (E3).

Hoje a gente só fala o que precisa ser falado. Assim em casa a gente nem se fala direito. Ele nem olha na minha cara direito (E4).

Como decorrência dessa dificuldade - ou mesmo falta - de diálogo entre padrasto/madrasta e enteado(a), vai aparecer de forma muito marcante no discurso de alguns padrastos/madrastas a figura do(a) progenitor(a) como o membro da família que procura estabelecer e/ou manter a conversa fluindo no dia-a-dia da convivência familiar:

Eu não converso com ele, não. Meu marido é que fala, mas ele [enteado] só fala se o J. cutucar. Espontaneamente ele não fala, não, mas o J. conversa muito com ele e depois conversa comigo, me conta o que eles conversaram (M1).

A gente não conversava muito, não. Eu tinha mais ações do que conversa.... Ações de tá junto, vendo televisão junto, comendo uma pizza no final de semana... de tá tendo aquela... aquele empenho de estar pedindo a pizza, de estar comendo junto, passar a maior parte do tempo junto. Mas a minha esposa contribuiu muito, porque ela conversava muito comigo. Ela conversava também. Conversava com as garotas quando eu saía, me dava uns toques... até hoje ela faz isso (P4).

É curioso observar no relato acima de P4 que ele usa os verbos no passado, sugerindo que o relacionamento com as enteadas sofreu modificações no decorrer da convivência familiar. Essa idéia será confirmada mais adiante quando ele classificar o diálogo com as enteadas como sendo atualmente “normal” :

É normal. Eu não tenho dificuldade em me comunicar com elas. Talvez elas tenham, porque a visão de professor pra elas é como se eu tivesse lá em cima, entendeu? A visão de... da minha carreira de professor pra elas é como se eu tivesse lá em cima (P4).

Analisando o depoimento acima de P4 podemos observar que, ao mesmo tempo que ele diz manter uma comunicação que ele classifica de “normal” com suas enteadas, afirmando não ter nenhuma dificuldade em dialogar com elas, ele põe em dúvida a

reciprocidade de tal afirmativa, através do uso de “talvez”, que aponta para uma incerteza. Tal incerteza é justificada, logo a seguir, pelo fato de que, para ele, sua carreira de professor estabelece uma hierarquia de papéis que o posiciona em um nível superior em relação as suas enteadas, dificultando, assim, sua interlocução com as mesmas.

Essa relação hierarquizada, determinada por sua posição profissional, no entanto, vai aparecer mais adiante no discurso deste mesmo entrevistado apresentando um aspecto favorável para ele em determinados momentos do relacionamento com as enteadas:

Não acho bom nem ruim [estar numa posição hierarquicamente superior às enteadas]. Vai depender do momento. Vai depender do momento. Eu acho que num determinado momento, por exemplo, quando eu quero que elas percebam que estão erradas eu acho isso bom. Mas tem determinados momentos que eu não quero que elas percebam nada, eu quero que elas me falem as coisas, aí isso é ruim porque elas pesam isso. Ficam de falar as coisas pra mim. Falam mais pra mãe (P4).

É curioso notar que o uso da hierarquia como uma forma deste entrevistado (P4) se relacionar com suas enteadas é percebido por ele, ora como positivo, ora como sendo “ruim”, uma vez que impede que elas “falem as coisas” para ele.

Essa forma de se relacionar – baseada na hierarquia -, entretanto, não é vista com bons olhos por E4 (enteada de P4), já que ela acredita que, por ser professor, seu padrasto se tornou uma pessoa “muito rude”, “muito severa” e “muito sério”, não dando abertura para uma maior aproximação entre eles. O depoimento abaixo ilustra bem esse fato:

Ele é muito rude, muito severo. Não sabe falar com jeito, não sabe conversar. É muito sério, assim, sabe? (...)No colégio também. Só se eu falar com ele. Parece que ele quer mostrar que... ele não quer dar abertura pra gente ficar íntimo, pra gente ter aquela intimidade. Pra ele, ele não quer... ele é fechado (E4).

Analisando o depoimento acima, podemos observar que E4 sente que existe uma barreira afetiva por parte do padrasto em relação a ela, que pode estar associada ao fato,

comentado anteriormente, de que, em sua infância, E4 e seu padrasto tiveram que se relacionar de maneira mais distanciada, por conta de uma orientação psicológica baseada no estereótipo do padrasto abusador de enteadas. Talvez seja por isso que esta entrevistada, ao falar sobre seu padrasto, afirme que “ele não quer dar abertura pra gente ficar íntimo, pra gente ter aquela intimidade”.

Ainda sobre a questão da comunicação entre padrasto/madrasta e enteados, os relatos de uma madrasta e de sua enteada nos chamaram bastante a atenção, pois se referem à total falta de diálogo entre as duas, como podemos observar em suas falas a seguir:

A gente ficava muito sem se falar. A gente viveu assim... a gente viveu junto 6, 7 anos e nesses anos foi assim muito... a gente ficou muito tempo sem se falar. A gente vivia na mesma casa, mas a gente se falava muito pouco. A gente teve muitas brigas (M5).

Falávamos o básico mesmo. Nem oi, não tinha. Ela entrava, como se eu fosse um fantasma, passava por mim, nem falava. A não ser quando ela precisava de alguma coisa, entendeu? Mas também era breve (E5).

Como mostram os depoimentos acima, tanto a madrasta (M5) quanto sua enteada (E5) vivenciaram longos períodos em que conversavam apenas o essencial, contribuindo para um relacionamento distante, em que uma ignorava a outra a tal ponto que a enteada sentia-se “como se fosse um fantasma”.

Mais adiante, estas mesmas entrevistadas, ao descreverem como tem sido atualmente a convivência entre elas, apontam para o fato de que o diálogo entre elas foi, fragilmente, estabelecido quando a enteada se casou e saiu de casa:

Mas hoje em dia a gente se dá bem, porque ela tá na casa dela. Ela vem aqui, a gente senta, conversa, porque ela tá na casa dela e eu tô na minha (M5).

Hoje eu vou lá e consigo sentar no sofá e conversar com ela. Mas eu, assim, não consigo olhar assim pra ela, como eu tô olhando pra você. É estranho, assim dentro de mim. Parece que... eu converso, eu falo, mas

quando eu tô falando, eu olho pra televisão, eu olho rápido pra ela e volto pra televisão, sabe? Mas eu converso, eu vou lá e converso (E5).

Como apontam os discursos acima, a separação permitiu o surgimento de algum tipo de conversa entre M5 e E5. Contudo, apesar de M5 afirmar que atualmente “se dá bem” com sua enteada, esse fato não parece encontrar ressonância no relato de E5, uma vez que ela ainda não consegue olhar no rosto de sua madrasta por muito tempo. Ao que tudo indica, as mágoas e os ressentimentos continuam, pelo menos da parte da enteada.

Em relação aos conflitos que surgem na convivência diária entre padrastos/madrastas e enteados observamos que a maioria dos entrevistados do grupo I (padrastos/madrastas) relaciona a origem de tais conflitos a questões relativas às tarefas domésticas. Porém, a forma como cada padrasto/madrasta lida com algumas situações varia sensivelmente. Os depoimentos abaixo são ilustrativos a esse respeito:

Chegava sábado, ela queria ir pra praia. O que é que eu entendia que ela tinha que fazer: se ela combinou de ir pra praia, ela tinha que acordar minimamente levantar, forrar a cama dela, dar uma ajeitada no quarto dela e sair pra praia, entendeu? Eu acho que isso assim, no meu pensamento era normal, não era nada de mais. Mas ela não, ela achava que ela tinha que acordar pra levantar e ir pra praia, não me ajudar a fazer nada. Aí, eu brigava com ela, ela não gostava (M5).

Eu brigo muito... é roupa espalhada.. (risos) é coisa normal... toma café não lava o copo, deixa tudo sujo lá no quarto... é prato, é copo, tudo no chão... As brigas são essas (M1).

Eu cobro dela as tarefas de casa. A maioria dos problemas são de organização da casa. Ela é muito bagunceira (P3).

Eu não gosto que elas deixem as coisas em cima da mesa, que elas são muito de largar as coisas pra lá, sem arrumar e eu fico em cima (P4).

É interessante observar, nos depoimentos acima, a maneira como cada entrevistado encara as “bagunças” de seus enteados. Enquanto M1 considera ser “normal” seu enteado deixar, por exemplo, a roupa espalhada, M5 acredita que o “normal” é sua enteada agir de acordo com o que ela pensa, ou seja, “ela [enteada] tinha

que acordar minimamente levantar, forrar a cama dela, dar uma ajeitada no quarto dela e sair pra praia”.

Mas, embora os padrastos pareçam ser mais incisivos em suas cobranças, tanto eles quanto as madrastas são bastante atuantes quando o assunto diz respeito à arrumação da casa. Talvez isto se dê porque essas situações são de ordem prática e mais fáceis de lidar do que as questões ligadas diretamente à expressão de afeto.

Os enteados, por sua vez, quando questionados sobre quais as situações geradoras de conflitos entre eles e seus respectivos padrastos/madrastas apontaram para questões de ordem distinta:

É essas coisas que eu falei de casa arrumada e também quando a gente sai pra uma festa, festa de velho e eu não gosto. Aí fico falando: pai, vamos embora. Aí, ela fala: agora? Vamos ficar mais um pouco. Aí, pronto. Eu discuto com ela (E1).

Ele é muito rigoroso em relação a namoro. Pra sair, ele não deixa, ele não quer. Tudo ele briga, tudo pra ele é mau, não pode gritar, não pode falar nada. Horário também ele é muito rigoroso. Se eu saio com meu namorado ele quer que eu chegue em casa dez e meia. Se eu chegar dez e trinta e três, ele reclama (E4).

A gente brigava feio mesmo, mas uma coisa nunca teve foi palavrões e xingamentos entre eu e ela, mas por qualquer coisa... por uma vassoura a gente brigava. Assim, eu ficava pensando... ela arrumava a casa toda e não passava um pano no meu quarto. Não custava nada, ela passava na casa toda (E5).

Nos relatos acima de E1 e E4, podemos perceber que as situações mais enfatizadas por estes entrevistados estão relacionadas a questões próprias da fase de adolescência, como, por exemplo, a divergência entre a madrasta e seu enteado sobre as festas “de velhos” e os horários impostos pelo padrasto para sua enteada chegar em casa.

Já os conflitos entre E5 e sua madrasta, apesar de não envolverem “palavrões e xingamentos”, se davam por qualquer motivo, inclusive os mais bobos, até mesmo “por uma vassoura”, como ela diz.

É interessante notar, aqui, que, enquanto os entrevistados E1 e E5 parecem discutir com seu padrasto e madrasta, respectivamente, de forma mais igualitária quando querem fazer valer seus desejos, E4 parece se submeter ao comportamento autoritário de seu padrasto, procurando não o contrariar em suas ordens.

Estas formas diferenciadas com que os entrevistados do grupo II (enteados) lidam com seus padrastos/madrastas nos momentos de conflito vão ser retomadas adiante, quando eles tentarem explicar como solucionam essas situações.

Os sujeitos E1 e E4, por exemplo, procuram conversar com seu(sua) progenitor(a) na tentativa de que estes intervenham na resolução dos conflitos que surgem com seu(sua) padrasto/madrasta. Porém, enquanto que a mãe de E4, após ouvir a filha, conversa com o marido, agindo como uma mediadora mais atuante, o pai de E1 apresenta-lhe como argumento o fato de que a madrasta o trata como se fosse um filho, merecendo, portanto, um pedido de desculpas:

Eu falo com meu pai, mas ele fica falando que eu não posso responder ele, que ela me trata como se eu fosse filho dela, me trata bem... aí, eu vou e peço desculpas pra ela (E1).

Primeiro eu converso com a minha mãe, falo o porquê e tal e aí ela vai e conversa com ele (E4).

A partir dos depoimentos acima, podemos supor que estes entrevistados não encontram espaço para dialogar abertamente com seu(sua) padrasto/madrasta sobre os problemas que surgem entre eles no dia-a-dia, sendo necessário a interferência do progenitor como mediador dos conflitos familiares.

Ainda sobre o depoimento de E1, acima, é possível observar também a crença de que ser mãe ou agir como tal implica em um tipo de relacionamento especial. Assim, se a madrasta de E1 o trata como se fosse um filho, cabe a ele respeitar, reconhecer e recompensá-la por esta atitude.

Já as outras entrevistadas do grupo II (E2 e E3) procuram se isolar no quarto para “esfriar a cabeça” e refletir sobre os fatos ocorridos, pedindo desculpas a seus padrastos, num segundo momento, se percebem que agiram de forma errada com eles. Os depoimentos abaixo são ilustrativos a esse respeito:

Eu costumo ir pro meu quarto. Aí ele vem falar comigo e eu fico mais irritada. Eu sei que eu tô errada, mas não gosto. Aí, depois eu vou lá e peço desculpas, digo que não e bem isso e sempre resolvemos da melhor forma (E2).

Sempre que a gente briga, eu vou pro meu quarto. Fico lá até esfriar a cabeça. Se eu achar que estou errada, eu peço desculpas, senão... (E3).

O quarto também é usado por E5 nos momentos de conflito com sua madrasta. Porém, como podemos notar no discurso abaixo, ele é utilizado como instrumento de distanciamento e de rompimento do diálogo com sua madrasta:

Eu sempre me trancava no quarto e ponto final. E aí ficava dias, meses sem se falar e, aos poucos... ou então falava o básico (E5).

Podemos observar nos depoimentos dos enteados(as) acima que a maioria deles opta pelo isolamento, sendo o quarto o local preferido para buscarem soluções para as situações conflituosas que surgem na convivência diária com seus padrastos/madrastas.

Por outro lado, os padrastos e madrastas, quando perguntados sobre como solucionam esses conflitos, afirmam que eles, em geral, acabam em brigas e discussões que não contribuem de fato para o seu desenlace e para o estabelecimento de um relacionamento satisfatório entre eles e seus(suas) enteados(as). Os relatos a seguir são exemplares neste sentido:

Em geral, esses conflitos são resolvidos com discussões. Muitas vezes, os dois saem magoados e fica aquele clima que só com o tempo passa (P3).

A gente brigava e ficava sem se falar por vários dias. Às vezes eu falava pro pai dela, mas ele sempre defendia ela. Hoje eu acho isso normal, mas na época eu não entendia tanto (M5).

Isto é, os ressentimentos decorrentes dos conflitos propiciam um distanciamento afetivo entre padrastos/madrastas e enteados(as). Nestes momentos, o tempo parece servir como aliado no apaziguamento de tais sentimentos.

O depoimento acima de M5, sugere, ainda, uma dificuldade, por parte dela, para lidar, inclusive sozinha – isto é, sem a interferência do companheiro -, com os problemas que surgiam entre ela e sua enteada na época em que moravam juntas. Esta dificuldade vai ser reforçada mais adiante, quando M5 se refere aos elementos que ela considera que faltaram no relacionamento com a enteada:

Me faltou muita paciência, porque eu achava que não tinha obrigação de aturar porque ela não era minha filha. Me faltou paciência e maturidade para saber lidar com a situação. Ter jogo de cintura (M5).

É interessante notar que para M5 existe uma diferença no que diz respeito às funções que competem à mãe e à madrasta, em que à primeira cabe amar e aceitar seu filho do jeito que ele é. A madrasta, ao contrário, como não tem nenhuma relação de sangue, não tem nenhum tipo de obrigação para com sua enteada.

Acreditamos que essa diferença no exercício dos papéis de mãe e de madrasta pode ser decorrente do fato de que nossa sociedade constituiu histórica e culturalmente um modelo mitificado de mãe, que engloba determinados padrões de comportamento – como amar os filhos incondicionalmente, ser paciente, cuidadora e atenciosa para com eles e educá-los para a vida -, definindo que tipo de “obrigações” uma mãe deve ter para com seu filho. Assim, o dito popular “quem pariu Mateus que o embale” parece ilustrar bem não apenas como a sociedade espera que uma mãe aja em relação a seu filho, mas também como M5 se percebe a respeito de sua enteada.

Ainda sobre o depoimento de M5, é possível verificarmos que esta entrevistada aponta a paciência e a flexibilidade como elementos que propiciam a construção e/ou manutenção de um bom relacionamento entre ela e sua enteada, corroborando o que já havíamos assinalado em capítulo anterior a respeito da importância destes fatores para o estabelecimento de uma relação afetiva satisfatória entre padrasto/madrasta e enteado(a). É importante, porém, que nem padrastos/madrastas, nem enteados se sintam como se estivessem cedendo mais do que o outro na resolução dos conflitos, como parece ser o caso de M1, abaixo:

No final, fica tudo certo. Às vezes, ele vai lá e lava, às vezes eu vou. Muitas vezes eu faço pra não ter aborrecimento, entendeu? (M1).

Apesar de M1 iniciar seu depoimento afirmando que “no final, fica tudo certo”, logo a seguir ela mesma se contradiz e assume que, muitas vezes, ela faz para não se aborrecer, sugerindo que ela é quem acaba cedendo para evitar conflitos com seu enteado.

Diferentemente de M1, o entrevistado P4 parece solucionar as situações conflituosas entre ele e sua enteada de maneira bastante autoritária, como podemos observar no depoimento abaixo:

Eu sou do tipo do camarada que fala uma vez. Não fez, aí eu espero pra dar a volta. Se eu falo pra lavar a louça, não lavou, eu deixo. Aí, quando estiver pra sair, eu espero se arrumar todinha. Tá arrumada? Tá legal, agora você vai lavar a louça e não sai mais (P4).

A partir do discurso acima de P4, verificamos, mais uma vez, o tipo de relação estabelecida entre ele e sua enteada: uma relação hierárquica e autoritária. Essa atitude autoritária de P4 aparece mais adiante em seu relato, quando afirma que o castigo é sua arma principal para punir a enteada:

A minha arma principal é o castigo. Por exemplo: por que é que ela não lavou a louça? Então eu vou te castigar, você não vai sair (P4).

Vale destacar, contudo, que apenas este entrevistado utiliza o castigo como forma direta de controle na resolução dos conflitos que aparecem no convívio diário entre padrastos/madrastas e enteados(as).

Podemos afirmar que a maioria dos depoimentos dos entrevistados do grupo I (padrastos e madrastas) parece reforçar nossa idéia de que a paciência e a flexibilidade são fatores imprescindíveis para a construção e/ou manutenção de um relacionamento harmonioso entre padrastos/madrastas e seus enteados.

3) Ideal de relacionamento familiar e de desempenho de papéis

Nos relacionamentos, em geral, é comum observarmos indivíduos enumerando alguns aspectos que consideram ideais, tanto para a construção e/ou manutenção de um relacionamento familiar, quanto para o desempenho dos papéis que cada membro exerce na família.

Nesta pesquisa, verificamos que a maioria dos entrevistados do grupo I (padrastos/madrastas) foi mais enfática ao mencionar o diálogo como sendo o elemento essencial para um bom relacionamento familiar. Além disso, a paciência “pra esperar os momentos de turbulência passar” (sujeito P2) e o “saber ouvir” (sujeito P4) aparecem também nos depoimentos de alguns padrastos/madrastas como fatores importantes para a construção e/ou manutenção de um bom relacionamento familiar.

Olha, na minha opinião, é preciso ter paciência, conversar muito, mas muito mesmo, porque os problemas vão surgir, né? E a gente tem que resolver da melhor maneira possível. Então, a conversa é fundamental... e paciência pra esperar os momentos de turbulência passar (P2).

É entendimento, conversa. Saber ouvir... (P2).

Ah, é o diálogo. É a conversa. Eu acho que é o sentar, conversar, entendeu? É... é... é debater as idéias, falar o que sente, o que eu acho. Eu acho que faltou muito isso (M5).

Cabe assinalar, aqui, que os depoimentos acima vão ao encontro do que assinalamos anteriormente a respeito da importância do diálogo e da paciência na construção de um relacionamento satisfatório entre padrastos/madrastas e enteados(as). Entretanto, com a continuidade das entrevistas percebemos que para alguns padrastos/madrastas esta não é uma tarefa muito fácil de ser levada a cabo no dia-a-dia da convivência familiar. Vários entrevistados reconhecem que esses elementos estão ou estiveram ausentes, muitas vezes, do convívio familiar:

O que faltou muitas vezes na gente, porque a gente brigava mais do que conversava (M5).

Talvez eu não saiba ouvir muito. Talvez esse seja o meu grande defeito (P4).

A dificuldade apontada por P4 de não saber ouvir vai aparecer, inclusive, no discurso de sua enteada (E4), quando ela se refere aos aspectos que considera importantes na relação familiar. Ao assinalar a “compreensão” como elemento que falta ao padrasto, esta entrevistada aponta, ainda que indiretamente, que ele não a escuta, não ouve o que ela tem a dizer e, por isso, não a compreende:

Sei lá... Nós três, eu, ele e minha mãe... sei lá.. tentar compreender mais o outro, tentar conversar, entendeu... Porque ele só fala comigo gritando, brigando, só assim, dando esporro... Eu acho que falta um pouco mais de compreensão, um pouco mais de.... Pra ele tem ter um pouco mais de amor. Eu acho que é isso que tá faltando pra ele (E4).

É curioso notar que a entrevistada acima (E4) inicia seu depoimento englobando ela, o padrasto e a mãe como responsáveis pela construção e/ou manutenção de um bom relacionamento familiar. Porém, termina indicando o padrasto como sendo o membro da família que só fala com ela “gritando”, “brigando”, “dando esporro”, faltando a ele “um pouco mais de compreensão” para que o relacionamento entre eles se torne melhor.

Esse comportamento mais agressivo – brigar, gritar, dar esporro -, citado por E4 como forma do padrasto se dirigir a ela, é repudiado por uma das madrastras entrevistadas (M1), que, ao contrário, procura fazer com que sua família “viva em paz” e “sem brigas”. Assim, ela evita discutir com o marido na frente dos enteados, impedindo que estes fiquem contra ela e, além disso, que se crie um clima de discórdia na família. Para isso, M1 afirma sempre ter dado “muito carinho pra eles também pra ficar tudo bem... pra não ter esse problema de briga também, né, porque já teve esse problema de separação. Aí de repente eles vêm pra cá e vê a gente brigando não vai ser bom”.

Essa atitude de M1 – evitar brigas na família – pode, no entanto, ser um indicativo de que ela se percebe como sendo a principal responsável pelo bem-estar emocional de sua família. Isto é, esta entrevistada demonstra, em seu discurso, assumir o comportamento mitificado da mulher como a pessoa mais capacitada a promover a

harmonia do lar. Segundo Wagner (2000), esse mito faz com que muitas madrastas procurem compensar afetivamente os(as) enteados(as) pelas perdas que sofreram com a separação ou o divórcio dos pais.

O afeto também vai estar presente na maioria dos depoimentos dos entrevistados do grupo II (enteados), uma vez que eles apontam o carinho e o amor como ingredientes essenciais para um bom relacionamento familiar. Os depoimentos a seguir são exemplares neste sentido:

Ah, eu acho que tem que ter carinho, né? Amor. Que aí a gente consegue.. aceita... passa a aceitar mais as coisas, né? Porque quando você ama, gosta de uma pessoa, às vezes ela te faz alguma coisa, você fica... mas você tenta porque você gosta da pessoa (E5).

Ah, na minha opinião é compreensão... muito carinho, deixa eu ver o que... eu acho que um pouco de tudo, porque não existe aquela família perfeita (E2).

Eu acho que é preciso muito carinho, muito amor, todo mundo tentar se dar bem, não brigar, procurar se entender, essas coisas (E3).

Analisando os depoimentos acima, é possível observar que os enteados, em sua grande maioria, idealizam um tipo de relação familiar no qual todos os membros procuram se aceitar e se entender uns com os outros, sendo o afeto o principal instrumento de união e harmonia do grupo familiar. Esse ideal de relacionamento, apontado pelos(as) enteados(as), pode nos levar a supor que existe um desejo de que esta nova relação dê certo para que eles não vivenciem, novamente, uma ruptura familiar.

Como decorrência dessa idealização, alguns enteados esperam que seus padrastos/madrastas se relacionem com eles como se fossem seus verdadeiros pais/mães. Os discursos abaixo ilustram bem esse fato:

Dar atenção. Dar atenção, carinho, como se fosse uma mãe (E1).

Eu acho que tem que ser companheiro, brincalhão... tem que me tratar como se fosse filha dele, tipo assim, dar carinho, amor, essas coisas de pai mesmo (E3).

Eu acho que o padrasto tem que gostar como se fosse filho mesmo. Porque tá junto... é criança... então pra mim tem que ser como se fosse filho mesmo (E4).

A partir dos depoimentos acima é possível verificar que estes sujeitos associam o desempenho do papel de padrasto/madrasta ao de pai/mãe biológicos. Essa expectativa, também presente nos discursos da maioria dos padrastos/madrastas – “tentar ser um simples pai” (sujeito P3), “vontade de ser pai, se assumir como pai, gostar da pessoa como filha” (sujeito P4), “eu acho que a gente tem que tratar os filhos dele aqui como se fossem filhos” (sujeito M1) – , pode se tornar um fator tanto favorável quanto desfavorável para o bom relacionamento entre padrasto/madrasta e enteado(a).

Ao permitir que todos se relacionem de maneira mais próxima e afetiva, ele pode favorecer o bom entendimento na nova família. Por outro lado, caso o(a) padrasto/madrasta e enteado(a) criem expectativas mútuas em relação ao desempenho do papel de cada um na nova família que não são cumpridas, isso pode dificultar o relacionamento, distanciando estes indivíduos ou mesmo fazendo com que um deles se sinta culpado pelo fato do outro não agir de acordo com o esperado, como pode se observar no depoimento a seguir:

Ele nunca foi de perguntar meus problemas, nunca foi e conversar... eu também nunca fui de fazer isso com ele, por isso que eu acho que ele poder ser assim por minha culpa (E4).

Cabe assinalar, aqui, que essa idealização em torno do desempenho do papel de padrasto/madrasta pode não apenas ser construída a partir do modelo de pai/mãe biológico, como também, por vezes, é constituído tendo como base a figura de padrasto e de madrasta descritos na literatura infantil, na qual o primeiro é identificado como violento e abusador de criancinhas e a segunda é apontada como um ser cruel e malvado. Os seguintes depoimentos são exemplares dessa visão, sendo que o primeiro ilustra bem como a figura do padrasto abusador encontra-se presente no imaginário popular:

No começo, ele era muito, muito legal, mas, o que aconteceu: aí, ele brincava muito com a gente. Comigo e com a minha irmã. Brincava muito. Aí, chegou uma psicóloga e falou pra minha mãe não deixar ele fazer isso com a gente. Por causa daquele lance de padrasto, que tinha um lance que estuprava... que fazia e acontecia... falou isso pra minha mãe não deixar. Aí, minha mãe ficou cheia de minhoca na cabeça. Aí, minha mãe falou pra ele não ficar mais brincando mais com a gente (E4).

Eu não sei te dizer, porque eu não sei o que é uma boa madrasta. Na minha cabeça todas as madrastas são ruins... todas. Eu acho que o atributo dela é esse mesmo: é ser ruim, entendeu? É a característica dela é ser ruim, madrasta. Tá dizendo: má-drasta, entendeu? Eu acho isso. Não acho... Madrasta, não adianta, vai ser ruim sempre e ponto final. Eu não conheço ninguém que... (E5).

Essa associação do(a) padrasto/madrasta com as figuras descritas nas estórias infantis pode ter contribuído para que o relacionamento entre estas duas entrevistadas e seus respectivos padrasto e madrasta se tornasse distante do ponto de vista do afeto e da comunicação.

Com relação ao papel de enteado, este é idealizado pela maioria dos padrastos/madrastas seguindo um modelo de relacionamento familiar hierarquizado, no qual os enteados devem “saber respeitar, saber tratar [a madrasta]” (sujeito M1), devem “saber entender, aceitar [a opinião/ordem da madrasta]” (sujeito M5) e devem “procurar fazer as coisas certas [coisas que o padrasto julga ser o certo]” (sujeito P2).

Essa relação hierarquizada entre padrastos/madrastas/enteados vai aparecer, ainda, no depoimento de um entrevistado do grupo II (enteados) quando este explica como um enteado deve se comportar para ser considerado um bom enteado: “respeitar, não responder” (sujeito E1).

Os outros entrevistados, por sua vez, descrevem o bom enteado como sendo aquele indivíduo que procura “conversar”, “ser alegre”, “ser amigo”, “ter paciência”, “dar carinho”, “ser compreensivo” em relação ao padrasto/madrasta. É interessante perceber, nos depoimentos abaixo, que estas atitudes correspondem a um tipo de relação mais igualitária, sugerindo que os(as) enteados(as), em sua maioria, gostariam de se relacionar desta forma com seus respectivos padrastos/madrastas.

Pra mim, um bom enteado tem que ser alegre, amigo, conversar, dar carinho... ser compreensivo, isso (E2).

Eu acho que evitar brigar à toa, ter paciência, assim, não implicar... acho que tentar ser... ter mais carinho (E3).

Eu acho que procurar, de repente, ser amigo... Porque eu acho assim, que ela poderia ser minha amiga, minha amiga mesmo... confidente...então eu acho que o enteado pode.. podia fazer assim (E5).

Vale ressaltar, ainda, que alguns dos elementos citados acima – paciência e conversa – foram por nós relacionados anteriormente neste trabalho como sendo fundamentais para a construção e/ou manutenção de um bom relacionamento familiar e, em especial, para um relacionamento harmonioso entre padrasto/madrasta e enteado(a). Assim, parece que cabe a todos os membros da nova família se empenhar para que a tolerância e o diálogo aberto estejam sempre presentes no dia-a-dia, bem como o amor, o carinho e a amizade, aspectos também pontuados nos discursos dos(as) enteados(as).

4) O lugar de cada um na nova família

Segundo Bernstein (2002), a primeira e mais importante consideração a ser feita pelos membros da família recasada é o fato de que o padrasto não substitui o pai, nem a madrasta a mãe, sendo necessária a construção de um lugar distinto e específico para estes indivíduos dentro da própria dinâmica familiar. Neste estudo, porém, verificamos que os(as) padrastos/madrastas se posicionam na família recasada a partir de uma identificação com os antigos modelos de pai e mãe, em que o pai geralmente exerce a função de provedor da família e a mãe a de cuidar da casa, do marido e da educação dos filhos. Essa identificação vai estar presente tanto nos discursos dos padrastos/madrastas quanto nos discursos da maioria dos(as) enteados(as):

Ah eu ocupo... o lugar de mãe, né? De.... dona de casa... isso (M1).

Chefe de família (P3).

Eu acho que eu sou o cara que dou o carinho, a educação e dou o

conforto de uma casa. Sou o primeiro [na família]. O pai. O pai realmente (P4).

É... Tipo uma segunda mãe, né? Ela lava, passa, cuida de mim. Quando eu saio, pergunta se eu tô levando documento, essas coisas...(E1)

E o M. [padrasto] ele é... como eu vou explicar... o dono da casa. Pra mim... é como se fosse o pai mesmo... o que manda ... (E4).

Pra mim, ela era a dona da casa, porque tudo o que meu pai fazia, queria... porque tudo o que ela queria, meu pai... concordava... porque é assim mesmo... aqui em casa é assim... ah, eu quero isso, eu quero aquilo... eu... entendeu? Porque a mulher tem esse papel mesmo, né? O homem acha que manda, mas quem manda somos nós, mesmo (E5).

É interessante notar, aqui, que a entrevistada E5 enfatiza o status que a mulher/dona de casa tem enquanto figura central e mais importante da família, aquela que, aparentemente, é submissa, mas, na verdade, é quem domina o lar, quem controla o marido e os filhos. E, como sua madrasta ocupa o lugar de dona da casa, cabe a ela o privilégio de “mandar” no espaço doméstico.

Já E1 associa os afazeres domésticos e os cuidados que sua madrasta demonstra ter em relação a ele ao modelo tradicional de mãe, chegando a defini-la como uma “segunda mãe”. Apesar disso, mais adiante, este mesmo entrevistado afirma que chama a madrasta de tia - “Eu chamo ela de tia L.” (sujeito E1).

E2, por sua vez, confere ao seu padrasto um lugar específico e pertinente à nova configuração familiar:

Acho que em primeiro lugar, ele tem que se por no seu lugar, né? Porque eu sei... no meu caso, ele pode ter me ensinado desde pequena e tal e tudo, mas ele é o meu padrasto. Eu acho que assim, por mim não tem como ele ocupar o... o cargo... o lugar de pai, entendeu? (E2).

Analisando o depoimento de E2, acima, é possível verificar que o lugar de pai e de padrasto estão bem delimitados para ela. Ao que parece, por mais que o padrasto (sujeito P2) tenha com ela uma relação de cuidado e de proteção, ele será sempre padrasto e nem mesmo a ausência de 10 anos de seu pai biológico foi capaz de deixar

vago “o cargo... o lugar de pai” (sujeito E2). Esse fato faz com que pensemos na impossibilidade real de uma figura (padrasto/madrasta) substituir a outra (pai/mãe), por mais que a convivência entre padrasto/madrasta e enteado(a) seja harmoniosa e satisfatória e que a figura paterna ou materna seja ausente. Talvez seja por isso que a literatura sobre o assunto sugere que a nova família construa, no dia-a-dia, um lugar para estes membros.

Podemos dizer, então, que, se por um lado, o lugar que estes padrastos e madrastas ocupam na nova família é fortemente influenciado pelo modelo tradicional de família, o que faz com que estes indivíduos desempenhem suas funções de acordo com os modelos de pai/mãe tradicionais, por outro, as novas transformações sócio-culturais que a família vem sofrendo ao longo dos anos produzem confusões e levantam questões como que lugar ocupar, como se comportar e se relacionar na família nova família, entre outras.

Em decorrência desta confusão, é possível perceber no discurso de alguns enteados(as) a dificuldade em nomear seu(sua) padrasto/madrasta, havendo, inclusive, algumas tentativas iniciais de chamá-los(as) de pai/mãe:

Eu chamo ele pelo nome. Às vezes eu chamo pelo apelido : Mu (E2).

Eu chamo ela de tia L (E1).

Uma vez eu tentei... eu falei: vamos ver se eu consigo, quando eu era menor.. Aí no começo eu tentei, mas só que eu não me senti bem... sei lá... ele atendeu, mas não foi como aquele modo de carinho, nada disso.... ele começou a ficar severo e eu não me senti bem chamar ele de pai, chamava ele de M (E4).

No início eu chamei, mas.. não sei te dizer o que aconteceu que eu não chamei mais. Acho que ele não gostou. Ficou aquele clima... Depois eu voltei a chamar pelo nome (E3).

Como se pode ver nos depoimentos acima, as tentativas empreendidas pelos sujeitos E4 e E3 de chamar o padrasto de pai/mãe foram frustradas, aparentemente, pela falta de receptividade de seus padrasto e madrasta, respectivamente.

É curioso, contudo, notar que a maioria dos padrastos/madrastas considera seus enteados(as) como filhos(as) e que estes últimos, em sua maioria, também se percebem ocupando este lugar na nova família. Os discursos abaixo ilustram bem esse fato:

Aqui ele... ele ocupa também o papel de filho, comigo com o J. [marido], quando ele está aqui, entendeu? Como se fosse filho também aqui, meu e dele, porque eu também cuido dele quando ele está aqui (M1).

Pra mim, ela é minha filhinha querida, né? Como todas as outras que eu tenho (P2).

Ela é a... caçula. Ela é minha filha caçula (P4).

Ah, de filho (E1).

Eu tô na minha família como filha (E2).

É interessante observar, novamente, como o modelo de família tradicional influencia e delimita os lugares que cada um ocupa no novo sistema familiar, estabelecendo relações a partir de uma hierarquia que se encontra presente em tal modelo. Neste sentido, o depoimento abaixo é exemplar:

[a enteada] É a terceira em termos de hierarquia... Muito militar, hein ?
(P3)

Apenas uma madrasta (sujeito M5) posiciona sua enteada como sendo a filha da casa, deixando claro, contudo, a quem pertence essa filiação, ao seu marido.

Ah! De filha. Filha dele, né? (M5).

Esse ponto de vista de M5 é, de certa forma, compartilhado por sua enteada (E5), uma vez que ela afirma que para a madrasta ela “era um espírito, uma alma penada” e para o pai ela “era aquela coisa de filho, mesmo”:

Pra ela ? Pra ela é o que eu te falei, eu era um espírito, uma alma penada, entendeu? (risos) Agora pro meu pai, não. Que era aquela coisa de filho, mesmo. Eu e o meu irmão e ponto, sabe? (E5).

É possível observar, no depoimento acima de E5, que ela faz uma distinção entre o lugar que ela acha que ocupa para seu pai e o que ela ocupa para sua madrasta, sendo que, em relação a seu pai, ela se percebe ocupando o lugar de filha. Já para sua madrasta, ela acredita ocupar um lugar insignificante, invisível, o lugar de “uma um espírito, uma alma penada”. Esse fato sugere que, para E5, sua madrasta não a vê como um membro da família, o que será reforçado mais adiante quando esta entrevistada se refere a como se sentia quando morava com a madrasta:

Eu falava que lá não era a minha casa porque eu não me sentia bem. Eu não sentia vontade pra nada. Eu não sentava na sala, não ficava na sala conversando, sabe?

Assim como E5, uma outra enteada (E4) também se reconhece como sendo filha apenas para sua genitora, sentindo-se excluída desse lugar em relação a seu padrasto:

Eu acho que pra ele eu sou a filha da minha mãe.

A partir dos depoimentos acima, é possível dizer que quanto maior a distância entre padrastos/madrastas e enteados, mais estes últimos se sentirão à parte na família como um todo, relacionando-se mais intensamente apenas com seu(sua) pai/mãe biológico(a) e com seus irmãos ou meio-irmãos. Com isso, será cada vez mais difícil estabelecer uma relação que tenha como eixo principal a afetividade entre os novos membros. Não queremos dizer, contudo, que a solução para tal dificuldade esteja no fato de padrastos/madrastas tratarem os(as) enteados(as) como se fossem pais/mães biológicos e vice-versa. Ao contrário, acreditamos que a saída para esse impasse relacional se encontra, justamente, na construção de novos lugares a serem ocupados

por padrastos/madrastas e enteados(as) na nova família, sendo estes lugares capazes de promover a fluência de sentimentos como amizade, respeito e afeto entre todos os seus membros.

Em relação às responsabilidades assumidas por cada um na nova configuração familiar, encontramos, mais uma vez, falas que apontam para a assimilação do modelo de família tradicional, enquanto modelo de referência, como pode ser observado nos discursos a seguir:

Ah, eu sou dona de casa, né? Então, eu tenho como responsabilidade cuidar da casa, das crianças... organizar as coisas em casa, lavar, passar, fazer comida, essas coisas (M1).

[Responsabilidade de] Pai, principalmente. Pai e marido. [em que] Pai é auxiliar na educação delas, tá? E... na educação e na formação delas... e.. pai e também ser um bom marido (P4).

Dinheiro, Proteção, Educação, Coordenação... (P3).

Eu... eu sou assim, tenho a responsabilidade de tirar boas notas e estudar pra caramba e de... de arrumar a casa, fazer comida, essas coisas (E4).

Isto é, cada membro da família tem suas responsabilidades muito bem demarcadas, sendo estas estabelecidas conforme o lugar hierarquicamente ocupado por cada um. Assim, enquanto as madrastas – identificadas com o modelo tradicional de mãe – cuidam do lar, do marido e dos(as) enteados(as), os padrastos – identificados com o modelo tradicional de pai – procuram prover as necessidades familiares, principalmente as financeiras.

Da mesma forma, as enteadas ficam encarregadas da execução das tarefas tidas como femininas – arrumar a casa, fazer comida -, enquanto que, como mostra o depoimento abaixo, o único enteado do sexo masculino entrevistado não recebe nenhum tipo de responsabilidade, gastando seu tempo livre com atividades de lazer:

Eu não tenho responsabilidades quando eu estou aqui. Quando eu estou aqui, eu acordo, vou pra rua, solto pipa, jogo bola... (E1)

Como decorrência desta clara delimitação de papéis e posições, vai aparecer de forma muito marcante no discurso de uma das madrastras entrevistadas a figura da mulher/dona de casa como o “alicerce” da família, ou seja, a pessoa mais capacitada para organizar e comandar a casa, tendo como principal responsabilidade a manutenção do bem-estar físico e emocional de todos os familiares:

Financeiramente, tenho responsabilidades, porque aqui em casa a gente divide tudo, assim. A gente procura sempre estar dividindo as coisas, né? E assim, responsabilidade... é de, de tá... é como diz a palavra, a gente aprende, eu tenho assim uma noção de religião, a mulher é... a mulher tem que ser sábia, porque eu acho que se a mulher for sábia, tiver sabedoria dentro de casa, consegue ter um equilíbrio familiar. Eu acho que ela [mulher] é realmente a base. Eu acho que a responsabilidade de uma mulher dentro de uma casa é muito grande porque é quem controla tudo (M5).

Ainda em relação às responsabilidades de cada um na família, cabe apontar que apenas esta entrevistada (sujeito M5) afirmou dividir as responsabilidades financeiras da casa com o marido. Isto se deve ao fato dela ser a única entrevistada a trabalhar fora de casa. Ainda assim, como grande parte das mulheres, ela não conseguiu se desvincular totalmente do papel de principal responsável pela casa. Deste modo, é possível identificarmos em seu discurso acima uma tentativa de conciliar comportamentos igualitários e hierárquicos, ideais “modernos” e tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos este estudo, não levantamos hipóteses rígidas de trabalho, o que, de certa forma, nos deixou mais à vontade para ouvir o que nossos entrevistados tinham a dizer acerca das nossas questões. Desde o início, inclusive, nos deparamos com a escassez de material bibliográfico sobre o tema específico de nosso estudo: as relações afetivas entre padrastos/madrastas e enteados adolescentes.

Na verdade, encontramos alguns autores (Wagner, 1999, 2000; Brun, 1999) que se dedicaram a pesquisas que ficavam na questão das relações entre madrasta e enteado(a), mas não obtivemos o mesmo êxito no que diz respeito às relações entre padrasto e enteado(a). Dessa forma, optamos por começar a desenvolver o assunto a partir da visão de família na contemporaneidade, bem como do exercício atual da maternidade e da paternidade, tecendo, ainda, de forma breve, algumas considerações sobre o núcleo familiar com filhos adolescentes, uma vez que estes constituem um dos pontos centrais de nosso estudo.

A bibliografia acerca destas questões ampliou nossos horizontes e facilitou a elaboração do roteiro para as entrevistas.

De modo geral, podemos dizer que muito do que encontramos na literatura pesquisada foi visto nos discursos dos nossos entrevistados. Assim como aponta Brun (1999), percebemos, no relato de um de nossos entrevistados, o mito do padrasto violento e abusador, o que pode indicar que ele ainda se mantém presente no imaginário popular. Da mesma forma, a figura de madrasta malvada e da enteada como uma pessoa maltratada e transformada em “empregada da casa” também aparece nos discursos de nossos entrevistados.

Diversos autores (Wagner, 1999, 2001, Collins, Newman e McKenry, 1995; Osório, 1992) apontam para a importância do diálogo no dia-a-dia da família, principalmente quando o núcleo familiar é composto também por adolescentes. Em nossa pesquisa, observamos que a maioria dos padrastos/madrastas/enteados apresentam dificuldades de diálogo desde o dia em que se conheceram. Isto é, a problemática da comunicação teve início no momento em que padrastos/madrastas e enteados (as) se

conheceram. A maioria dos padrastos/madrastas e seus respectivos pares, inclusive, preferiu deixar que o tempo se encarregasse de clarificar para os enteados a situação de namoro e, posteriormente, a de casamento ou coabitação.

Com a convivência, essa dificuldade de comunicação foi se cristalizando e, na maioria das vezes, afastando afetivamente padrastos/madrastas e enteados(as). Identificamos, na maioria dos relatos dos dois grupos, que os conflitos entre padrastos/madrastas/enteados não são resolvidos com uma conversa franca. Enquanto que os membros do grupo I (padrasto/madrasta), geralmente, solucionam os conflitos e impasses com seus (suas) enteados(as) através de discussões ou de atitudes autoritárias, os do grupo II (enteados) preferem se isolar no quarto ou, como aponta Wagner (2001) em seu estudo sobre a comunicação em famílias com filhos adolescentes, instituem um outro membro da família como mediador. No caso dos enteados entrevistados, a pessoa escolhida é, quase sempre, o progenitor.

Curioso é que, justamente, o diálogo foi apontado pela maioria dos entrevistados, em especial os(as) padrastos/madrastas, como um dos fatores fundamentais para a construção e/ou a manutenção do que eles consideram como um relacionamento familiar ideal. Os enteados enfatizaram, ainda, a afetividade como um elemento importante para a vida em família.

No entanto, observamos que as expressões de sentimentos (amor, carinho, raiva, mágoa, entre outros) entre a maioria dos padrastos/madrastas/enteados se apresentaram como um aspecto difícil de ser demonstrado no convívio familiar diário. No caso de sentimentos como raiva e/ou mágoa, que surgem nas situações conflituosas, a solução encontrada pelos(as) enteados(as) foi extravasá-los(as) através do choro e/ou isolando-se no quarto. Já os padrastos/madrastas fazem uso de uma postura hierarquizada e autoritária quando querem expressá-la. Em caso de afeto, o contato físico, através de um beijo ou de um abraço, não foi mencionado nem pelos padrastos/madrastas, nem pelos (as) enteados (as), o que nos leva a supor que entre esses entrevistados estabeleceu-se uma relação distante, do ponto de vista afetivo.

Esses dois fatores - diálogo e expressão de sentimentos - são, em nossa opinião, fundamentais para a construção das relações afetivas entre padrasto/madrasta/enteados (as). Contudo, constatamos que, para nossos entrevistados, a dificuldade em exercitar

esses dois aspectos parece ter gerado um distanciamento afetivo que vem se mantendo ao longo dos anos de convívio.

Apesar desse grupo de famílias de recasamento desejar construir entre si um relacionamento próximo e intenso afetivamente – o que pode ser visto a partir dos discursos dos padrastos/madrastas/enteados a respeito das expectativas iniciais e do ideal de relacionamento familiar -, verificamos uma inabilidade de seus membros para lidar com problemas relativos ao cotidiano familiar. Tais problemas, a nosso ver, podem ser encontrados não apenas em famílias recasadas, mas em qualquer configuração familiar. É o caso, por exemplo, das reclamações e cobranças sobre a arrumação e organização da casa que são dirigidas ao enteado.

A despeito das expectativas iniciais, observamos que a maioria dos entrevistados dos dois grupos não imaginaram viver dificuldades em suas relações após o recasamento. Ou seja, a maior parte dos padrastos/madrastas/enteados (as) criaram expectativas positivas a respeito de como seria a relação familiar entre eles. Entretanto, tais expectativas não se confirmaram, levando alguns de nossos entrevistados a considerarem a convivência familiar difícil e complicada.

Para alguns padrastos/madrastas, a fase da adolescência, vivenciada pelos enteados, dificultou ainda mais a resolução dos conflitos. Em contrapartida, os enteados não associaram as vivências dessa fase ao aparecimento de conflitos ou a mudanças para pior no relacionamento com seus padrastos/madrastas. Essa divergência entre padrastos/madrastas e enteados a respeito da adolescência como um período de turbulência para o sistema familiar pode estar relacionada ao fato de que o adolescente encontra-se mais envolvido com suas próprias transformações físicas e psicológicas, não se ligando tanto aos acontecimentos familiares à sua volta.

O nascimento de um meio-irmão foi percebido, pela maioria dos entrevistados que viveram essa experiência, como um ponto muito positivo, o que corrobora as pesquisas realizadas por Wagner (1999) com adolescentes de famílias recasadas e com adolescentes de famílias originais. A autora encontrou em seu estudo um maior companheirismo e cooperação no sub-sistema fraterno nos núcleos recasados em comparação com os núcleos intactos, onde a rivalidade e a competição pelo amor parental predominavam na relação fraterna.

Diferentemente do que acreditávamos, os dois primeiros anos de casamento não se configuraram como um período repleto de grandes investimentos afetivos e comportamentais capazes de promover um ambiente familiar harmonioso e duradouro. Ao analisarmos os depoimentos dos dois grupos (padrastos/madrastas e enteados), constatamos que não houve diferenças significativas na forma como os padrastos/madrastas e seus enteados se relacionaram no início do recasamento e nos anos subseqüentes. Isto é, a maneira de resolver os conflitos, o tipo de interação afetiva e o tipo de comunicação estabelecida entre eles nos primeiros anos do recasamento não sofreram grandes modificações, seja para pior ou para melhor, com o decorrer da convivência familiar. Assim, as dificuldades relacionais enfrentadas no início da constituição do novo núcleo familiar não foram solucionadas satisfatoriamente com o passar dos anos. Por exemplo, a rigidez de comportamento e as brigas, citadas por duas enteadas (E4 e E5), foram percebidas por estas como elementos presentes desde o início e que se mantêm até os dias de hoje no cotidiano de suas respectivas famílias.

Tivemos, em alguns momentos, a impressão de que se construiu um muro que, ao longo do tempo tornou-se mais maciço e intansponível. De um lado dessa parede encontram-se os afetos, do outro, a racionalidade, o distanciamento. É neste último lado que a maior parte de nossos entrevistados se encontram.

É interessante ressaltar que o relacionamento entre padrasto/madrasta e enteado(a) antes do recasamento foi percebido pela maioria dos entrevistados como um momento agradável e harmonioso, em que os padrastos/madrastas procuravam, de todas as formas, agradar seus enteados. Talvez essas recordações sejam a mola propulsora que levou nossos entrevistados a criarem seu próprio ideal de relacionamento familiar e de desempenho dos papéis de cada um na nova família.

Através dos relatos da maioria dos entrevistados pertencentes aos dois grupos, foi possível observar que eles associaram o ideal de padrasto/madrasta ao desempenho do papel de pai/mãe biológico. Da mesma forma, o ideal de enteado também foi atrelado, pelos dois grupos, ao papel de filho, sendo que os padrastos/madrastas relacionaram o desempenho ideal do enteado a aspectos relativos ao comportamento e os enteados a questões relativas ao campo afetivo.

Com base nesse ideal de desempenho dos papéis de padrasto/madrasta/enteado na nova família é que padrastos/madrastas tendem a ocupar o lugar de pai/mãe

biológicos, assumindo, ainda que figurativamente, seu/ua enteado (a) como filho (a). Por sua vez, a maioria dos enteados percebe seus padrastos/madrastas ocupando o lugar, hierarquizado, de pai/mãe e, apesar de não se sentirem filhos deles, acabam ocupando um lugar equivalente na família, principalmente porque são filhos do outro cônjuge.

Da mesma maneira, as responsabilidades que acompanham o papel de cada um na nova família levam os padrastos a se identificarem com o papel de “chefe de família”, incumbindo-se de prover o lar, enquanto que as madrastas se encarregam da organização da casa e do cuidado com os filhos, enteados(as) e marido. As enteadas, conforme a idade, recebem responsabilidades relativas aos afazeres domésticos, enquanto que ao nosso único enteado entrevistado nenhuma atividade doméstica foi conferida.

Essas observações nos levam a crer que existe, por parte de todos, o desejo (idealizado) de que o relacionamento familiar se configure como um ambiente de felicidade, harmonia e união entre seus membros, ainda que os atores envolvidos não pareçam saber muito bem como fazê-lo. Isto talvez seja decorrente do fato de que estão se espelhando no modelo tradicional de família, tentando desempenhar os papéis inerentes a este tipo de configuração - pai, mãe e filhos oriundos de um único casamento.

Assim, pode ser que o grande desafio para esse novo núcleo familiar seja constituir-se enquanto um tipo diferenciado de família, considerando as singularidades da própria dinâmica familiar. Aliás esse é um desafio não apenas para as famílias de recasamento, mas para as novas configurações familiares que estão surgindo na contemporaneidade. Quanto aos membros dessas famílias, cabe a cada um construir, a partir da interação diária com o outro, seu próprio lugar e papel no novo núcleo familiar.

Como ferramentas essenciais a essa construção citamos, seguindo os passos de Carter & McGoldrick (1995), uma boa dose de paciência para transpor e negociar as situações ambíguas que aparecem na convivência familiar. O diálogo franco e aberto – tão bem apontado por nossos entrevistados - também pode vir a ser um recurso muito útil para a construção e/ou manutenção das relações afetivas entre padrastos/madrastas e seus respectivos enteados. Faz-se necessário, ainda, conceder a cada integrante da nova

família tempo e espaço necessários ao estabelecimento do sentimento de “pertencer a uma família”.

Longe de elaborar uma fórmula para padrastos/madrastas e enteados se relacionarem de maneira mais feliz e harmoniosa, procuramos, com este estudo, apenas discutir como os sujeitos entrevistados estão vivenciando as relações familiares a partir do recasamento. Esperamos, com isso, contribuir para uma maior reflexão sobre a responsabilidade dos mesmos para a construção e/ou expansão das relações afetivas no novo contexto familiar.

Para finalizar, esperamos que este trabalho fomenta no leitor novos questionamentos e/ou novas pesquisas sobre recasamentos, bem como sobre outras formas de configurações familiares, ampliando as discussões a respeito da diversidade de modelos familiares presentes na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A. M. de. (1987). Notas sobre a família no Brasil. In: ALMEIDA, A. M. de. (et. al). *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo: UFRRJ.
- ALVARENGA, L.L. (1999). Adoção e mitos familiares. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) *Casal e família: entre a tradição e a transformação*. Rio de Janeiro: Nau Editora.
- AMATO, R.P. (1987). *Children in Australian families: the growth of competence*. Sydney: Prentice Hall.
- AQUINO, L. M.M. L. de (1998). A educação infantil e o exercício da paternidade. In: SILVEIRA, P. (Org.). *Exercício da paternidade*. Porto Alegre: Artes Médicas, pp. 55-63.
- ARIÈS, P. (1978). *A história social da criança e da família*. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC.
- BADINTER, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BASTERD, L.L. (1998). Contribuições do feminino para o exercício da paternidade. In: SILVEIRA, P. (Org.). *Exercício da paternidade*. Porto Alegre: Artes Médicas, pp. 65-73.
- BERNSTEIN, A.C. (2002). Recasamento: redesenhando o casamento. In: PAPP, P. (Org.). *Casais em perigo: novas diretrizes para terapeutas*. Porto Alegre: Artmed Editora, pp. 295-322.
- BRITTO, L. M. T. de. (1993). *Se-pa-ran-do. Um estudo sobre a atuação do psicólogo nas varas de família*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: UERJ.
- _____. (1999). De competências e convivências: caminhos da psicologia junto ao direito de família In: BRITTO, L. M. T. de (Org.) *Temas em psicologia jurídica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UERJ, pp. 171-186.
- BRUN, G. (1999). Recasamento e Linguagem. In: Cadernos IPUB. *Família, redes sociais e práticas terapêuticas*. Nº 16. Rio de Janeiro: UFRJ/IPUB, pp. 11-18.
- _____. (1999). *Pais, filhos & cia ilimitada*. Rio de Janeiro: Record.
- BRUSCHINI, C. (1990). *Mulher, casa e família*. São Paulo: Edições Vértice.

- BURDON, B. (1998). Envolvendo os homens na vida familiar: se eles podem fazê-lo, por que não o fazem ? In: SILVEIRA, P. (Org.). *Exercício da paternidade*. Porto Alegre: Artes Médicas, pp. 81-90.
- CAMPOS, D. M. de S. (1986). *Psicologia da adolescência: normalidade e psicopatologia*. Petrópolis: Vozes.
- CÂNDIDO, A. (1951). The brazilian family. In: SMITH, T.L. & MARCHANT, A. (eds). *Brazil: Protrait of half a continent*. New York: The Dryden Press.
- CARTER, B. & MCGOLDRICK, M. *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- CARVALHO, M.C.B. de (1995). O lugar da família na política social. In: CARVALHO, M.C.B. de (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Educ, pp. 15-22.
- COLEMAN, M., GANONG, L. FINE, M. (2000). *Reinvesting remarriage: another decade of progress*. Journal of marriage and family. November.
- COSTA, J. F. (1979). *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- DAMATTA, R. (1991). *A casa e a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- DOLTO, F. (1989). *Quando os pais se separam*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- DONZELOT, J. (1980). *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Ed. Graal.
- ERERA, P.I. (1997). *Step and foster families: a comparison*. New York: Marriage and Family Review.
- ERIKSON, E. (1972). *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- FALCKE, D. (2002). Mães e madrastas – quem são estas personagens ? In: WAGNER, A. (Org.) *Família em cena: tramas, dramas e transformações*. Petrópolis, RJ: Vozes, pp. 77-92.
- FÉRES-CARNEIRO, T. (1987). *Aliança e sexualidade no casamento e no recasamento contemporâneo*. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 3,3, p. 250-261.
- _____. (1995). *Casais em terapia: um estudo sobre a manutenção e a ruptura do casamento*. Jornal Brasileiro do Psiquiatria, 44,2, p. 67-90.
- _____. (2001). Casamento contemporâneo: construção da identidade conjugal. In: FÉRES- CARNEIRO, T. (Org.) *Casamento e família: do social à clínica*. Rio de Janeiro: Nau Editora, pp. 67-80.

- _____. (2002). Prefácio. In: WAGNER, A. *Família em Cena. Tramas, dramas e Transformações*. Petrópolis, RJ: Vozes, pp. 13-15.
- FIGUEIRA, S.A. (1987). O “moderno” e o “arcaico” na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social. In: FIGUEIRA, S.A. (Org.) *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, pp. 11-30.
- FINE, M.A., KURDEK, L., E HENNIGEN, L. (1992). *Perceived self-competence, stepfamily myths and (step)parent role ambiguity in adolescents from stepfather and stepmother families*. *Journal of Family Psychology*, 6 (1), 69-76.
- FOCAULT, M. (1979). A política da saúde no século XVIII. In: FOCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, pp. 193-207.
- FREYRE, G.(1963). *Casagrande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da família patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- GADOTTI, M. (1998). Amor paterno, amor materno: o quanto é necessário, o quanto é insuficiente. In: SILVEIRA, P. (Org.). *Exercício da paternidade*. Porto Alegre: Artes Médicas, pp. 93-111.
- GETTLEMAN, S. & MARKOWITZ, J. (1978). *O divórcio frente à frente*. São Paulo: Summus.
- HALL, Stuart. (2002). *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- [Http://www.aleitamento.com](http://www.aleitamento.com)
- [Http://www.apase.com.br](http://www.apase.com.br)
- [Http://www.pailegal.com.br](http://www.pailegal.com.br)
- JABLONSKI, B. (1998). Paternidade hoje: uma metanálise. In: SILVEIRA, P. (Org.). *Exercício da paternidade*. Porto Alegre: Artes Médicas, pp. 121-129.
- _____. (1998). *Até que a vida nos separe*. 2ª ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Agir.
- _____. (1999). Identidade masculina e o exercício da paternidade: de onde viemos e para onde vamos. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) *Casal e família: entre a tradição e a transformação*. Rio de Janeiro: Nau Editora.

- _____. (2001). Afinal, o que quer o casal? Algumas considerações sobre o casamento e a separação na classe média carioca. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) *Casamento e família: do social à clínica*. Rio de Janeiro: Nau Editora, pp.81-95.
- _____. (2003). Atitudes frente à crise do casamento contemporâneo. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, pp. 141-168.
- LOEWENSTEIN, I., BARKER, G. (1998). De onde vem o bom pai? Reflexões a partir de uma pesquisa qualitativa com adolescentes. In: SILVEIRA, P. (Org.). *Exercício da paternidade*. Porto Alegre: Artes Médicas, pp. 151-163.
- LUHMANN, N. (1991). *O amor como paixão para a codificação da intimidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- MALDONADO, M.T. (1986). *Casamento: término e reconstrução*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- MEAD, M. (1971). *Adolescência y cultura en Samoa*. Barcelona: Paidós.
- MUZA, G.M. (1998). Da proteção generosa à vítima do vazio. In: SILVEIRA, P. (Org.). *Exercício da paternidade*. Porto Alegre: Artes Médicas, pp. 143-150.
- MUZIO, P. A. (1998). Paternidade (ser pai)... pra que serve? In: SILVEIRA, P. (Org.). *Exercício da paternidade*. Porto Alegre: Artes Médicas, pp. 165-174.
- OSÓRIO, L.C. (1989). *Adolescente hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- OUTEIRAL, J.º (1994). *Adolescer: estudos sobre adolescência*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- ROCHA-COUTINHO, M. L. (1994). *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco.
- SAMARA, E. M. (1981). *Casamento e papéis familiares em São Paulo no século XIX*. Cadernos de Pesquisa, Maio.
- _____. (1983). *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1987). Tendências atuais da história da família no Brasil. In: ALMEIDA, A. M. de. (et. al). *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo: UFRRJ.
- _____. (2002). *O que mudou na família brasileira ? (Da colônia à atualidade)*. São Paulo: Psicologia USP vol. 13 nº 2.
- SEGALEN, M. (1996). *Sociologia da família*. Lisboa: Terramar.

- SMITH, D. (1995). *Madrastas mito & realidade. Como desempenhar esse difícil papel*. Porto Alegre: L&PM.
- SOUZA, A. M. N. de. (1985). *A família e seu espaço. Uma proposta de terapia familiar*. Rio de Janeiro: Agir.
- SOUZA, V. (2004). *Agora, quem namora quer casa*. Extra, Rio de Janeiro, 17 de outubro. Geral, p. 5.
- TAYBER, E. (1995). *Ajudando as crianças a conviverem com o divórcio*. São Paulo: Nobel.
- TRAVIS, S. (2003). *Construções familiares: um estudo sobre a clínica do recasamento*. Tese de doutorado Pontifícia Universidade Católica, RJ.
- VAITSMAN, J. (1994). *Flexíveis e plurais. Identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco.
- WAGNER, A. (2001). A comunicação em famílias com filho adolescente: o relato de uma experiência. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) *Casamento e família: do social à clínica*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2001, pp. 38-52.
- _____. (2002). Possibilidades e potencialidades da família: A construção de novos arranjos a partir do recasamento. In: WAGNER, A. (Org.) *Família em cena: tramas, dramas e transformações*. Petrópolis, RJ: Vozes, pp. 23-38.
- WAGNER, A., FALCKE, D. (2000). *Mães e madrastas: mitos sociais e auto conceito*. Estudos de Psicologia: UFRN, 5, p. 421-441.
- WAGNER, A., RIBEIRO, L., ARTECHE, A., BORNHOLDT, E. A. (1999). *Configuração familiar e o bem-estar psicológico dos adolescentes*. Revista Reflexão e Crítica: CPG Psicologia V, XII. p. 147-156.
- WAGNER, A. & SARRIERA, J.C. (1999). Características do relacionamento dos adolescentes em famílias originais e reconstituídas. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) *Casal e família: entre a tradição e a transformação*. Rio de Janeiro: Nau Editora.

ANEXO

Roteiro para Entrevistas

a) Primeiro contato

1. Como vocês se conheceram ?
2. Qual foi a primeira impressão que você teve ?
3. Como foi feita a comunicação sobre o recasamento ?
4. Quais foram as suas expectativas iniciais a respeito do convívio familiar ?
5. Que tipo de expectativas você acha que seu padrasto/madrasta/enteado teve ?

b) Convivência familiar

6. Como foi a convivência durante os dois primeiros anos do recasamento ?
7. Quais foram as maiores dificuldades de relacionamento durante esse período ?
Como foram superadas ?
8. Como está sendo a convivência entre vocês atualmente ?
9. Que tipo de problemas, conflitos surgem no dia-a-dia ? Como são resolvidos ?

c) Relacionamento

10. Qual a diferença na relação com seu padrasto/madrasta/enteado na época do namoro e atualmente ?
11. Como você expressa suas emoções em relação ao seu padrasto/madrasta/enteado ?
12. Como é a comunicação entre você e seu padrasto/madrasta/enteado ?
13. O que é preciso para ter um relacionamento familiar ?
14. Como é a sua relação com o(a) seu(sua) pai(mãe) biológico(a) ? (pergunta feita apenas para o/a enteado/a)

d) Papéis

15. Que tipo de atributos um padrasto/madrasta/enteado deve ter para ser um bom padrasto/madrasta/enteado ?
16. Que lugar você ocupa na sua família ?
17. Que lugar seu padrasto/madrasta/enteado ocupa na família ?
18. Quais são suas responsabilidades familiares ?